



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS



Área de Concentração: Sociedade e Recursos Naturais
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade

GEÍSA MARIA COSTA DE SOUSA

“BUSCANDO CONSTRUIR SUSTENTABILIDADE”
O caso dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande-PB/FEAGRO/CG

Campina Grande-PB

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GEÍSA MARIA COSTA DE SOUSA

“BUSCANDO CONSTRUIR SUSTENTABILIDADE”

O caso dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande-PB/FEAGRO/CG

Dissertação apresentada ao colegiado do programa de Pós-graduação em Recursos Naturais do Centro de Tecnologia em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, na área de concentração sociedade e recursos naturais, como requisito à obtenção do título de mestre em Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Roque D. Bortoluzi

Campina Grande

2009

GEÍSA MARIA COSTA DE SOUSA

“BUSCANDO CONSTRUIR SUSTENTABILIDADE”

O caso dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande-PB/FEAGRO/CG

Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Roque D. Bortoluzi

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Vera Antunes de Lima
UACA/UFCG

Ph.D. José de Souza Silva
Pesquisador das relações ciência-tecnologia-sociedade-inovação (CTSI), EMBRAPA Algodão e Pesquisador Associado da Red Nuevo Paradigma para a inovação institucional na América Latina

Campina Grande, 18 de junho de 2009

Agradecimentos

Ao Divino Pai Eterno, Meu Deus e Meu tudo, que tantas bênçãos me concede. Obrigada meu Pai por mais esta conquista. Obrigada, também, à Minha Mãe do Céu.

Aos meus pais Josaphat Rodrigues de Souza e Violeta Costa de Souza (in memoriam).

Aos meus amados filhos: Pedro Josaphat e Paulo Júlio, meu perdão pela vezes que não estive presente nas horas de procura.

As minhas amigas domésticas: Ivonete do Nascimento (Von) e Maria da Conceição de Araújo (Rosa), por todo trabalho e atenção.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Clodoaldo Bortoluzi, pela confiança.

A minha amiga e co-orientadora, não de direito, mas de fato, Profª Drª Silvana Eloísa Ribeiro da Silva, pela sua competência e simplicidade.

Ao pesquisador e amigo, Ph.D. José de Souza Silva, por ter acreditado neste trabalho e pela disponibilidade de me ajudar e participar do grupo de avaliadores e examinadores.

À Ex-Professora Drª Lilian Dantas, pelo incentivo para ingressar neste mestrado.

À Ex-Professora Drª Deolinda de Souza Ramalho, pelas vezes que me ouviu e se dispôs a colaborar

À Coordenação e a secretária, amiga Cleide, pelo desempenho e paciência em me atender.

Aos professores e professoras, especialmente aos professores Gesinaldo Cândido, pelas críticas construtivas; ao professor Erivaldo Barbosa, pelo apoio moral e ético; e a professora Vera Antunes, pela capacidade e sensibilidade de entender o outro.

Aos colegas do curso, pelos momentos que passamos juntos, em especial àqueles que se tornaram amigos e amigas: Bruno, Patrícia, Augusta e João.

Aos colegas da EMATER-PB, ao Senhor Luciano Francisco de Oliveira, ex-prefeito de Alagoa Nova-PB e a Prof^a Ivenete Teixeira Rocha, pela compreensão e concedendo-me tempo para me dedicar ao curso

Meu eterno agradecimento as minhas queridas agricultoras e queridos agricultores familiares do município de Alagoa Nova, especialmente aos participantes da FEAGRO/CG, pelo carinho, compreensão e ensinamento.

À querida amiga Maria do Socorro Pereira da Silva, ex-extensionista social da EMATER-PB, por tantos anos de incentivo, e por acreditar nos meus objetivos e sonhos.

E a todos que de alguma forma acreditam no “Desenvolvimento Sustentável” como um caminho em construção que precisa ser conquistado.

Dedicatória

A todos os agricultores e agricultoras de hoje e aos futuros agricultores e agricultoras, do município de Alagoa Nova-PB.

RESUMO

O objetivo dessa dissertação foi estudar a forma como os agricultores familiares do município de Alagoa Nova, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande - FEAGRO/CG -, vieram, ao longo dos anos, buscando construir sustentabilidade, principalmente, a partir do processo de comercialização. Além disso, descreveu-se a trajetória de vida desses agricultores familiares antes e depois da participação nesse empreendimento comercial, que apresentou especificidades na comercialização de seus produtos agrícolas; e também se verificou as mudanças ocorridas entre os agricultores familiares em relação à sustentabilidade e à qualidade de vida. As análises realizadas nesse estudo fundamentam-se nas abordagens teóricas que discutem a problemática da agricultura familiar e a construção da sustentabilidade, em suas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental, geográfica, político-institucional e ética. Para operacionalizar a pesquisa de campo, realizou-se, entre os agricultores familiares e pessoas envolvidas com a FEAGRO, um total de 29 (vinte e nove) entrevistas semi-estruturadas. Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a metodologia qualitativa e quantitativa. Os resultados da pesquisa indicam que os agricultores familiares estão buscando sustentabilidade econômica, sócio-cultural, geográfica, ambiental e ética, melhorando a 'qualidade de vida' e construindo autonomia. Isto se evidencia na comercialização direta dos seus produtos agrícolas, eliminando a figura do intermediário, na diversificação da produção, na agregação de valor aos produtos de suas unidades de produção, no uso de uma agricultura orgânica e na realização de outras atividades comerciais. No entanto, no que se refere à questão da sustentabilidade político-institucional, os agricultores familiares da FEAGRO ainda não atingiram uma consciência política e participativa necessária à construção de autonomia.

Palavras-chave: Agricultura familiar - Comercialização - Sustentabilidade

ABSTRACT

This work aims to analyze how peasants from the municipality of Alagoa Nova, involved in the Feira Agropecuária de Campina Grande – FEAGRO/CG, have been achieving sustainability in the trading process. Also, it describes their life trajectory before and after their engaging in this commercial venture which has presented specificities in trading agricultural products, besides verifying the changes occurred between these peasants concerning sustainability and their life quality. The analyses carried out in this study were based on theoretical approaches related to peasantry and sustainability build-up in different dimensions: economic, social, cultural, environmental, geographic, politico-institutional, and ethical. To carry out the field research, we conducted a total of 29 (twenty-nine) semi-structured interviews with peasants and people involved in FEAGRO. A qualitative/quantitative methodology was used to achieve the study objectives. The results showed that the peasants have been searching for sustainability - economic, socio-cultural, geographic, environmental, and ethic – by improving their ‘life quality’ and building autonomy. This can be clearly noticed in direct trading of their farming products, eliminating the figure of brokers in diversifying production, adding value to the products from their production units, using organic agriculture, and accomplishing other trading activities. However, with regard to the political-institutional sustainability issue, the FEAGRO peasants have not achieved political and participative awareness crucial to build autonomy.

Key words: Peasantry; Trading; Sustainability

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Problema e objetivos da pesquisa.....	03
Objetivo Geral.....	03
Objetivos Específicos.....	03
Estrutura do Trabalho.....	03
 CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO	 06
1. AGRICULTURA FAMILIAR E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE.....	06
1.1 Do camponês à agricultura familiar.....	06
1.2 Abordagem preliminar da agricultura familiar brasileira.....	09
1.3 Breve histórico da agricultura familiar brasileira a partir da modernização conservadora.....	11
1.4 Desenvolvimento rural sustentável	14
1.5 O desenvolvimento sustentável aplicado à agricultura.....	23
1.6 Conceitos e críticas sobre o desenvolvimento sustentável.....	28
1.7 Por uma sociedade sustentável.....	32
1.8 Realização prática do desenvolvimento sustentável.....	34
1.9 Definindo qualidade de vida.....	37
 CAPÍTULO 2 - MATERIAL E MÉTODO.....	 40
2.1 Metodologia da Pesquisa.....	40
2.2 Caracterizando a agricultura familiar no município de Alagoa Nova-PB.....	44
2.3 Caracterizando os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB	46
2.4 Caracterizando as comunidades onde vivem os agricultores familiares participantes da FEAGRO/CG.....	47
2.4.1 Comunidade São Tomé.....	47
2.4.2 Comunidade Serra da Boa Vista.....	49
2.4.3 Comunidade Aldeia Velha.....	50
2.4.4 Comunidade Bálsamo.....	51
2.4.5 Comunidade Bacupari.....	53

2.4 Caracterizando a Feira Agropecuária - FEAGRO/CG.....	54
2.4.1 O surgimento da FEAGRO/CG.....	54
2.4.2 Descrição do empreendimento FEAGRO/CG.....	55
2.4.3 A FEAGRO/CG cria sua Associação.....	56
CAPÍTULO 3 - RESULTADO E DISCUSSÃO.....	58
3. A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FEAGRO/CG.....	58
3.1 Sustentabilidade econômica e sócio-cultural dos agricultores familiares participantes da FEAGRO/CG.....	59
3.1.1 Condições econômico-sociais dos agricultores familiares a partir da análise quantitativa com a renda da comercialização na FEAGRO e a renda extra de alguns agricultores.....	61
3.1.2 Identificando as condições de sustentabilidade sócio-culturais, ambientais e de localização geográfica.....	87
3.2 Sustentabilidade político-institucional e ética.....	100
3.2.1 Dimensão político-institucional.....	101
3.2.2 Relações dos agricultores familiares com a dimensão ética.....	103
3.3 Análise focal da busca pela sustentabilidade e qualidade de vida, através das mudanças na produção e comercialização depois da participação na FEAGRO/CG.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

*“O mundo possui recursos para suprir a necessidade de todos, mas não tem recursos suficientes para suprir a ganância de todos” –
Ghandhi*

Durante muitas décadas os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, nem ouviam falar de sustentabilidade quanto mais de buscar construir sustentabilidade econômica, social, cultural, ambiental, político-institucional e ética. Eles apenas produziam o suficiente para o sustento imediato da família cultivando produtos de subsistência, tais como: milho, feijão, mandioca, batata-doce e também algumas frutíferas como a banana, laranja, jaca, cajú, dentre outras.

Além dessa prática de subsistência, conviviam também com a prática insustentável da degradação nos seus recursos naturais, através do desmatamento, queimadas no solo e contaminação das águas, através do uso de agrotóxicos, dentre outras.

A deterioração do meio ambiente que leva a perda do equilíbrio natural, não é resultado dos processos de desenvolvimento em geral, mas, principalmente do estilo de crescimento indiscriminado que é intrinsecamente insustentável em termos ecológicos e extremamente injusto em termos sociais e econômicos. É preciso uma mudança tanto quantitativa quanto qualitativa nesse estilo.

Na década de noventa constitui um complexo período de transição e rápidas mudanças no que diz respeito ao papel dos recursos naturais no processo de desenvolvimento socioeconômico. Testemunhamos um crescente movimento social de tomada de consciência do impacto sobre o meio ambiente que é produzido pelos atuais padrões de crescimento econômico, procurando encontrar alternativas de desenvolvimento que permitam satisfazer, de forma adequada, “às necessidades e aspirações das populações presentes sem comprometer o bem-estar das gerações futuras.”

Concomitantemente com as ameaças ambientais, o mundo enfrenta hoje problemas humanos, patológicos, na forma de pobreza generalizada, violência e desemprego – perigosas vulnerabilidades sociais e políticas – que precisam ser encaradas não só como risco insustentável para a humanidade, mas também ao planeta.

O mundo continua num processo rápido de transformação, tudo está em movimento, em mudança, e o atual contexto passa a exigir novas soluções. Até mesmo o Estado está inserido neste processo, pois, conforme afirma Jara (1998), as transformações expressam também uma mudança no estilo de gestão político-administrativa, afastado dos esquemas centralizados, já que as comunidades urbanas e rurais, junto aos municípios, devem enfrentar o desafio de resolver localmente seus problemas. Portanto, para isto, faz-se necessário estabelecer condições políticas que possibilitem a participação social, criando mecanismos e canais para preparação dos grupos sociais excluídos e marginalizados para o exercício da cidadania, estimulando o envolvimento das associações e comunidades em torno de problemas locais específicos.

Observamos, portanto, um processo contínuo de transformação que perpassa todas as dimensões do conhecimento. Por isso, qualquer objeto de estudo nos dias atuais, visto a partir de sua complexidade, tende a interligar aspectos sociais, políticos, institucionais, tecnológicos, culturais, éticos, ambientais e econômicos.

Nessa complexidade crescem as exigências de competitividade entre países, empresas, regiões, acrescentando a vulnerabilidade das atividades produtivas tradicionais. Atores globais governam uma economia planetária por cima de todos os países subdesenvolvidos e governos. Resulta daí o fortalecimento do dualismo estrutural, uma sociedade e uma economia dividida entre pequenos setores integrados ou incluídos aos fluxos comerciais globais e grandes setores marginalizados e excluídos.

Nestes últimos, encontra-se a agricultura paraibana, as diferentes formas de produção agropecuária, as cooperativas agrícolas, as associações de agricultores familiares, as economias agrícolas de base familiar e os pequenos empreendimentos comerciais, a exemplo da Feira Agropecuária de Campina Grande-PB onde os agricultores familiares comercializam diretamente seus produtos como forma de mudança alternativa de desenvolvimento, competitividade e sustentabilidade.

Entendemos que sem uma estratégia de construção da sustentabilidade local, esse processo de mudanças e ajustes ameaça criar efeitos cruéis nas formas de produção tradicionais operadas por agricultores de base familiar, afetando diretamente os mais fracos, desinformados e desorganizados.

Diante disto, nesta pesquisa investigamos o seguinte **problema**: Como os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande – FEAGRO/CG, têm buscado construir sustentabilidade utilizando-se da comercialização direta de seus produtos, através da referida Feira?

↔ OBJETIVO GERAL

Estudar a forma como os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande, vêm buscando a construção da sustentabilidade a partir da comercialização de seus produtos.

↔ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

↔ **Descrever** a agricultura familiar e a trajetória de vida dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, antes e depois do surgimento da Feira Agropecuária;

↔ **Identificar** o processo de construção da sustentabilidade entre os agricultores familiares participantes da Feira Agropecuária;

↔ **Verificar** as mudanças ocorridas entre os agricultores familiares, participantes da Feira Agropecuária, em relação à sustentabilidade e a qualidade de vida.

↔ ESTRUTURA DO TRABALHO DISSERTATIVO

Com relação à estrutura do trabalho dissertativo, ela está dividida em **três capítulos**, além da **introdução e considerações finais**.

↔ **Na introdução** encontram-se o problema, os objetivos da pesquisa e a estrutura do trabalho;

↔ **No primeiro capítulo**

Encontra-se desenvolvido o referencial teórico que norteia este trabalho: **Agricultura familiar e sustentabilidade**: Do camponês à agricultura familiar; Abordagem preliminar da agricultura familiar brasileira; Breve histórico da agricultura familiar brasileira a partir da modernização conservadora; Desenvolvimento rural sustentável; O desenvolvimento sustentável aplicado à agricultura familiar; A busca pelo desenvolvimento

sustentável e/ou sustentabilidade; Conceitos e críticas sobre desenvolvimento sustentável; Por uma sociedade sustentável; Realização prática sobre o desenvolvimento sustentável e/ou sustentabilidade local.

↔ No segundo capítulo

Encontra-se o **material e método da pesquisa**: Metodologia da pesquisa e a **caracterização das áreas**: Caracterização da agricultura familiar no município de Alagoa Nova-PB; Caracterização das áreas onde vivem os agricultores em estudo e a Caracterização da Feira Agropecuária de Campina Grande, FEAGRO/CG.

↔ No terceiro capítulo

Encontra-se o **resultado e discussão da pesquisa**, no qual tentamos responder aos objetivos propostos, através das análises dos dados declarados nas entrevistas com os atores sociais, desde o surgimento da Feira Agropecuária até as mudanças percebidas com a busca da sustentabilidade e qualidade de vida, depois da referida Feira.

Para “concluir”, formulamos críticas e sugestões que servirão como reflexões para futuras pesquisas.

Nesse momento introdutório é oportuno assinalar também que, por força de algumas alterações metodológicas, que resultaram da crítica construtiva dos avaliadores do projeto ocorreu uma alteração no título original da dissertação e em sua pergunta de partida, que antes era chamado de: “Autonomia econômica e consciência sócio-ambiental”: O caso dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da FEAGRO/CG.

Logo, consideramos algumas sugestões dadas pelos avaliadores do projeto, que nos levou à elaboração de um novo título e um novo problema, conforme apresentado no item 1.2, neste trabalho. Dessa forma, intitulamos o trabalho da seguinte forma: “Buscando construir sustentabilidade”: O caso dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova, participantes da Feira Agropecuária de Campina Grande – FEAGRO/CG.

Esse novo título nos levou a levantar outras dimensões que são indispensáveis à sustentabilidade, tais como: as dimensões político-institucional e ética.

Além disso, retiramos um dos objetivos específicos voltado para a questão de indicadores, tendo em vista que, este trabalho, é um estudo de caso com realidades bem diferentes, principalmente em termos culturais e geográficos.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1. AGRICULTURA FAMILIAR E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

1.1 Do camponês à agricultura familiar

A discussão sobre a agricultura familiar e camponês não é recente, como expressa a professora Nazareth Wanderley (1996) e muitos autores clássicos que se referem a essas questões, a exemplos de Chayanov (1974), Mendras (1976), Caio Prado Júnior (1977), Alberto Passos Guimarães (1979), os quais implementaram a discussão. Recentemente, a discussão foi retomada por Abramovay (1992), Wanderley (1996), Lamarche (1993), Fernandes (2002), dentre outros.

Com o aumento do número de estudos que discute a problemática dos agricultores familiares no século XXI, surge também uma diversidade de conceitos. Muitos desses trabalhos ora tratam o agricultor familiar e o camponês como iguais, ora como diferentes.

Bernardo Mançano Fernandes (2002), em seu trabalho Agricultura camponesa e/ou Agricultura familiar, faz o resgate do conceito de camponês e explica que o uso do conceito de agricultura familiar muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política. O autor argumenta: em algumas leituras de trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como Jollivet (1974) defende a conservação do binômio *“unidade/diversidade”* como postulado fundamental. Segundo este autor, *“o erro seria considerar unidade e diversidade como termos que se excluem mutuamente. Trata-se de reencontrar no múltiplo diferentes formas do mesmo conceito”* (JOLLIVET 1974 In: WANDERLEY, 1996, p.4).

Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, podemos utilizar as palavras pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico (FERNANDES, 2002).

Em um outro estudo Fernandes (2002), acrescenta que a organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não-capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito (FERNANDES, 2002).

Em suas obras, Bernardo Mançano Fernandes demonstra que a figura do camponês caminhou por alguns sistemas de organização da vida social e sobrevive até os dias de hoje – com relações capitalistas e não-capitalistas de produção – principalmente dentro dos movimentos sociais, como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O autor opõe-se assim à idéia de que os agricultores familiares representam o novo, o moderno e o progresso; e os camponeses, o velho, o arcaico e o atrasado. Ele considera ainda que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e se constitui como uma classe social deste modo de produção.

Segundo Marques (2002), o campesinato não é apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Este pode ser entendido como uma classe social que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. Dessa maneira, se por um lado o mercado domina o campesinato; por outro, ele não o organiza.

Considerando as contradições expostas pelo autor acima citado, buscamos relacioná-las com a agricultura capitalista e a agricultura familiar de acordo com De Souza Silva (2008, p. 9):

[...] uma das distinções mais críticas entre estas formas de agricultura é que a primeira é percebida e tratada como um negócio lucrativo, a segunda como um modo de vida. No primeiro caso, os atores sociais entram ou permanecem na agricultura como uma opção de negócio. Porém, sua racionalidade econômica os leva à atitude de que, se este negócio deixar de dar lucro, eles mudam para outro negócio. No segundo caso, os atores sociais estão aí porque este é o modo de vida de suas famílias. O referido modo de vida inclui mas transcende a dimensão econômica para incluir outras dimensões onde estes atores constroem valores, códigos, rituais e significados culturais para dar sentido à sua existência e à existência de tudo mais a sua volta. Este modo de vida deve ser sustentável, e não apenas competitivo, porque eles não podem mudar de negócio quando lhes convier. Por isso na agricultura capitalista existe

pouco compromisso com as dimensões humana, social, cultural, ecológica e ética, enquanto as referidas dimensões são cruciais na agricultura familiar [...]

A partir das dimensões antes mencionadas entendemos que os conceitos de camponês e agricultura familiar são amplos e apresentam suas especificidades. Diante disto, seguimos a classificação proposta pela FAO/INCRA (2000):

↔ Consolidados

São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 50 ha;

↔ Em transição

São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 20 ha;

↔ Periféricos ou de subsistência

A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente têm dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha (FAO/INCRA, 2000). Os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, estão mais relacionados a esta última classificação.

Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade (SILVA, 2003).

A autora considera que o campesinato tradicional “*tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global*” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

Podemos ainda tecer as considerações de Henri Mendras (1976) acerca de alguns traços característicos das sociedades camponesas:

Uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (MENDRAS, 1976 apud WANDERLEY, 1996, p. 24).

Assim, a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma propriedade relativamente pequena ou média.

De acordo com Abramovay (1998), o peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo, porque não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante.

1.2 Abordagem preliminar da agricultura familiar brasileira

Muito se fala em agricultura familiar nos tempos de hoje. Do seu crescimento, da sua importância para o Brasil e como esta pode servir de resposta para muitos dos problemas do campo. Problemas estes que vão desde a necessidade de desconcentração de terras/ renda, à ocupação e geração de empregos. E que não se minimizaram com a entrada de governos supostamente mais democráticos a partir de 1990 (VEIGA, 2005).

A agricultura familiar, que atualmente simboliza a geração de empregos no meio rural, sempre esteve presente no Brasil, talvez como a principal forma de atividade econômica de muitas famílias (TEDESCO et. al, 1999). A realização do trabalho em família se mostrou necessário desde épocas muito remotas, quando o ser humano aprendia a lidar com a lavoura e

vivia em sociedades agrícolas cujos meios de produção pertenciam à comunidade, sendo que cada família administrava um espaço dentro das terras utilizadas pelo grupo.

Essa prática milenar de trabalho em família acompanhou a história da humanidade em seus diversos aspectos e setores de atividades econômicas. Ganhou força teórico-política ao longo das transformações vividas pela sociedade e sofreu grande influência dos sistemas de organização da vida social. O que denominamos hoje como agricultura familiar, já apresentou formas de produção, de relações de trabalho, de geração de renda e de sobrevivência diferenciadas (WANDERLEY, 1996).

Nem sempre definimos as propriedades de produção com base no trabalho familiar como agricultura familiar, e esta raramente foi incentivada pelos estados nacionais, que, aliás, raramente depositaram algum nível de interesse nesse tipo de propriedade agrícola que é caracterizada por minifúndios. Famílias organizadas em pequenas propriedades, se politizadas, representavam uma ameaça política para o governo nacional, se não politizadas, mas com interesse em aumentar a produção, era considerado atraso econômico e estímulo à improdutividade, já que as prioridades sempre foram às grandes propriedades agrícolas. Ao pequeno produtor e sua família cabia o papel de assalariar-se no campo – nas grandes lavouras de café e cana-de-açúcar, – ou na cidade – ocupando a função de construtor civil, entre outras funções (MOREIRA, 1999).

Segundo Wanderley (1999), a produção familiar possui um aspecto histórico muito intenso e bastante significativo para explicar as problemáticas de hoje. É bem verdade que a transformação da natureza do trabalho, com a implementação de técnicas mais avançadas de produção, a consequente especialização da divisão social do trabalho e a própria abertura das economias nacionais com a intensificação do sistema capitalista em várias partes do mundo acarretaram em uma grande diferenciação das formas de trabalho e sobrevivência da produção familiar existente ao longo do século XX. Contudo, a sua principal característica, que é o trabalho realizado em família no abastecimento de alimentos, sobretudo para o mercado interno, persistiu se adequando aos diferentes interesses do sistema capitalista e (re)criando estratégias de sobrevivência e aumento de renda familiar (MOREIRA, 1999).

De acordo com Kageyama (1987), aproximadamente nos últimos dois séculos, várias inovações tecnológicas, produzidas principalmente em sociedades capitalistas, têm modificado profundamente as relações do ser humano com a atividade no campo. A intensificação da atividade industrial e o próprio soerguimento da indústria como principal atividade econômica do sistema capitalista trouxe alguns desdobramentos para a agricultura que resultaram em muitos estudos, que inclusive sugeriram o fim das formas de produção familiar no campo, o qual não se

discorrerá, por motivo de cortes conceituais, principalmente porque neste trabalho se dar ênfase a questão da produção familiar.

Nesta pesquisa, considera-se a agricultura familiar de acordo com as características apresentadas por Veiga (1995), onde esta se constitui numa íntima relação entre trabalho e gestão de propriedade. Para este autor na agricultura familiar, o processo produtivo deve ser assegurado diretamente pelos proprietários, onde deve existir uma diversificação dos produtos produzidos no estabelecimento, uma durabilidade dos recursos naturais, garantindo desta forma uma qualidade de vida ao agricultor e sua família, conservando sua autonomia e sua originalidade constituída por pequenos e médios agricultores.

1.3 Breve histórico da agricultura familiar brasileira a partir da modernização conservadora

No final dos anos 70 e começo dos 80, a agricultura no Brasil era uma agricultura capitalista que ao trabalhar com culturas fortemente mecanizadas (o algodão e a cana-de-açúcar), torna-se produtiva e competitiva, ocasionando a expropriação¹ de um número significativo de agricultores familiares e a exploração² dos trabalhadores rurais assalariados, que devido a diminuição dos empregos temporários são obrigados a migrarem para as cidades.

Com a modernização do campo não existia mais economia agrícola, sociologia rural, etc. O que havia era a economia política do complexo agroindustrial. Neste período, houve um peso cada vez maior do trabalho assalariado, tomado como a expressão máxima e universal do desenvolvimento capitalista e o incentivo à industrialização da agricultura (ABRAMOVAY, 1994).

Frente a esse processo “conservador” da modernização agrícola no país (discriminador, parcial e incompleto) a agricultura familiar não podia gozar de um mínimo de autonomia para tomar decisões, não conseguia ter acesso ao crédito e nem modernizar-se,

¹ Para Martins (1991), a expropriação é o divórcio entre o trabalhador e as coisas que ele necessita para trabalhar - a terra, as ferramentas, as matérias primas etc. O trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho, ficando apenas com a força de trabalho, ficando apenas com a força de trabalho para vender.

² A exploração ocorre com diminuição da oferta de empregos, uma simples introdução de herbicidas em uma fazenda, já pode produzir amplo desemprego de trabalhadores utilizados nas tarefas de limpeza das plantações. Sem emprego ficam a mercê dos “gatos” - agenciadores de empregos ou dos subempregos nas cidades (MARTINS, 1991).

portanto, ficou incapaz de competir no mercado com os CAI's - Amplos Complexos Agro-industriais, altamente subsidiados pelo governo.

Conforme Abramovay (1992), a situação de marginalidade a que foi relegada nos anos 60, 70 e 80, fez com que a sua imagem ficasse *“ligada à pobreza, numa área habitada por uma família numerosa, trabalhando intensamente com instrumentos tecnicamente precários, etc.”* (ABRAMOVAY, 1992, p. 142). Esta imagem era tão forte que boa parte dos teóricos não hesitava em associar a noção de “familiar” com algo frágil e sem poder econômico. Outros chegaram a cogitar a ideia de que a produção familiar era apenas um resquício do passado, destinada a desaparecer para deixar o lugar ao grande empreendimento capitalista, julgado economicamente mais eficiente.

Vinculada a essa concepção marxista da classe “progressista”, a produção familiar passou a ser vista apenas como elemento regulador do mercado de força de trabalho não especializado, ou como mercado consumidor de produto de baixo custo. O campo cultivado por pequenos produtores era visto como um espaço economicamente pouco produtivo e de importância social limitada.

Grande parte dos agricultores familiares depara-se com problemas decorrentes da concentração do capital, desenvolvimento de tecnologias de comunicação e de dominação cultural, regulações ambientais e demandas sociais, que passam a apontar para uma fragilização desse próprio sistema. Nesse campo, se, de um lado, estudos vêm tentando demonstrar a importância da pequena exploração familiar, admitindo, sejam seus diferentes graus de envolvimento com o mercado, seja sua importância social, por outro lado, têm alertado continuamente que parcelas desse segmento, muitas vezes, se apresentam desprotegidas das necessárias estruturas de crédito e de apoio estatais e paraestatais, acumulando problemas do tipo: cultivo em terras de qualidade inferior e gradativamente mais fraca, além de pior localizadas; difícil acesso a créditos, ausência de investimentos em tecnologia e assistência técnica; inadimplência; dificuldade de estocagem, intermediação e outros problemas (CARVALHO & MALAGODI, 2003).

Não obstante, a agricultura familiar produz 40% da riqueza gerada no campo no Brasil, cerca de R\$ 57 bilhões. São mais de quatro milhões de agricultores (84% dos trabalhadores rurais brasileiros) que vivem em pequenas propriedades e produzem a maior parte da comida que chega à mesa dos brasileiros. Quase 70% do feijão vêm da agricultura familiar, assim como 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho, 60% das hortaliças e 40% das aves e ovos, (REVISTA GLOBO RURAL, 2008). A agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela manutenção do

trabalhador no campo e, conseqüentemente, um dos maiores agentes de redução do êxodo rural no Brasil. Segundo Tedesco et. al., (1999), em geral são agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

Estudos do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA (2005), mostram ainda que, do total estimado de 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas, cerca de 1,4 milhão pertencem à categoria patronal e aproximadamente 1,1 milhão são unidades do tipo familiar, com uma situação consolidada em termos de capitalização e nível tecnológico da exploração. Os restantes 3,1 milhões são estabelecimentos, também do tipo familiar, mas que, em maior ou menor intensidade, apresentam problemas de diversas naturezas. As unidades agrícolas familiares ocupam aproximadamente 14 milhões de pessoas (56% do ativo total) e são responsáveis por quase 30% do valor total da produção agropecuária nacional, mas ocupam apenas 22% da área total e recebem apenas 16% do valor dos financiamentos.

Ainda segundo dados da Fundação Getúlio Vargas/Conjuntura Econômica (2005), o segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades de todo Brasil, tendo em vista que muitos municípios ainda possuem menos de 50 mil habitantes e, destes mais de três mil têm menos de 20 mil habitantes. Esses produtores e seus familiares são, segundo Delgado (1995), responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda desse segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas cidades metrópoles.

Essa inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia e cuidados com o meio ambiente. Esse último conjunto de fatores normalmente tem sido o principal limitante do desenvolvimento da agricultura familiar no país como desafios a vencer a crise sócio-ambiental. (TEDESCO et. al, 1999).

Na presença de uma crise sócio-ambiental, a agricultura familiar tem estado sujeita a espaços cada vez mais restritos. Diante da redução da disponibilidade de terras, a agricultura familiar, que precisa produzir e reproduzir, depara-se com a necessidade de terras permanentemente produtivas, ao passo que, sujeita a espaços reduzidos, desencadeia um aproveitamento mais intensivo dos recursos que contribui para o esgotamento da terra e, portanto, para o aumento da pobreza, das dificuldades e ausência de condições para o desenvolvimento rural sustentável (CARVALHO & MALAGODI, 2003).

1.4 Desenvolvimento rural sustentável

A perspectiva desenvolvimentista, notoriamente hegemônica no período pós Segunda Guerra, orientava para o crescimento econômico, permanente e baseado no consumo abusivo de recursos naturais não renováveis, como condição básica e indispensável para que as sociedades tidas como *subdesenvolvidas* superassem o “atraso” e alcançassem o “progresso”, condição já presente nas nações e sociedades consideradas como *desenvolvidas*. (JARA, 1998).

Os problemas gerados nesse processo e as insuficiências desse enfoque já são bastante conhecidos e não necessitam ser aqui reproduzidos, bastando lembrar que o reconhecimento da crescente insustentabilidade do modelo convencional de desenvolvimento resultou de uma série de eventos, obras e alertas que, ao longo dos últimos 40 anos, vem despertando a comunidade científica e a opinião pública sobre a necessidade de novos enfoques, mais respeitosos com o meio ambiente, socialmente desejáveis, politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico.

Um conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável surge, nesse contexto, a partir do Relatório Brundtland, em 1987 (CMMAD, 1992), onde o crescimento econômico passa a ser contrastado com a noção de sustentabilidade e se difunde a ideia de que, para ser *sustentável*, o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muitos como inviável ou mesmo impossível. Conforme essa orientação, o desenvolvimento sustentável³ “*é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades*”. Segundo o mesmo relatório, esta definição encerra em si outros dois conceitos fundamentais: *i*) o conceito de *necessidades*, em particular as necessidades essenciais dos pobres, às quais se deveriam outorgar prioridade preponderante; e *ii*) a ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e a organização social entre a capacidade do meio ambiente para satisfazer as necessidades presentes e futuras.

O desenvolvimento sustentável implica, ademais, uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a oportunidade de igualdade para todos. A grande dificuldade que esse conceito nos traz reside na palavra

³ *Nosso futuro comum – o Relatório Brundtland*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

necessidades, que, por ser uma construção social, varia segundo as pessoas e a sociedade em que vivem (JARA, 1998). Como abordamos mais adiante, essa dificuldade conceitual resulta nas críticas e conformação de distintas correntes do Desenvolvimento Sustentável, com repercussões nas orientações que definem as possibilidades e concepções de desenvolvimento.

Nesse trabalho partimos do entendimento de que o desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais, culturais, econômicas e institucionais de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos. Ademais, defendemos o desenvolvimento rural sustentável como um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos (PEÑA, 1992), que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas sócio-econômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental, aos objetivos de equidade e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional (FONTES & MARTINS, 2006).

Porém, para que esses ideais possam ser monitorados, independentemente da adoção de um conceito preciso de desenvolvimento rural sustentável, faz-se preciso avançar na compreensão dos elementos ou estratégias que permitam a obtenção contextos de sustentabilidade, tema que nos leva a explorar as dimensões básicas da sustentabilidade.

No âmbito das visões colocadas pelos autores sobre esta questão, às estratégias orientadas ao desenvolvimento rural sustentável, de acordo com Costabeber & Caporal (2005), devem considerar seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica e social, que para este autor é chamada de primeiro nível; cultural e política, chamada de segundo nível; e ética, terceiro nível.

↔ Dimensão ecológica

A manutenção e recuperação da base de recursos naturais – sobre a qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos – constituem aspectos centrais para se atingir patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer agroecossistema (COSTABEBER & CAPORAL, 2005). Portanto, "*cuidar da casa*" (RATTNER, 2005, p. 33) é uma premissa essencial para ações que se queiram sustentáveis, o que exige, por exemplo, não apenas a preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo (aspecto da maior relevância no enfoque agroecológico), mas

também a manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral (CAPORAL & COSTABEBER, 2002b).

Não importam quais sejam as estratégias para a intervenção técnica e planejamento do uso dos recursos – uma microbacia hidrográfica, por exemplo –, mas importa ter em mente a necessidade de uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, dando um tratamento integral a todos os elementos do agroecossistema que venham a ser impactados pela ação humana. Ademais, é necessário que as estratégias contemplem a reutilização de materiais e energia dentro do próprio agroecossistema, assim como a eliminação do uso de insumos tóxicos ou cujos efeitos sobre o meio ambiente são incertos ou desconhecidos (por exemplo, Organismos Geneticamente Modificados).

Em suma, o conceito de sustentabilidade inclui, em sua hierarquia, a noção de preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade, em geral, e de produção agropecuária, em particular, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações (ALTIERI, 2001).

↔ **Dimensão social**

Ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade (SACHS, 2004). Ou seja, a equidade é a propriedade dos agroecossistemas que indica quão equânime é a distribuição da produção [e também dos custos] entre os beneficiários humanos. De uma forma mais ampla “(...), *implica uma menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades dos mais desfavorecidos*” (COSTABEBER & CAPORAL, 2005, p. 21).

Sob o ponto de vista temporal, esta noção de equidade ainda se relaciona com a perspectiva intrageracional (disponibilidade de sustento mais seguro para a presente geração) e com a perspectiva intergeracional (não se pode comprometer hoje o sustento seguro das gerações futuras) (SIMÓN FERNÁNDEZ & DOMINGUEZ GARCIA, 2001).

A dimensão social inclui, também, a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica superior, o que comporta, por exemplo, a eliminação do uso de insumos tóxicos no processo

produtivo agrícola mediante novas combinações tecnológicas, ou ainda através de opções sociais de natureza ética ou moral. Nesse caso, segundo Rattnner (2005) é a própria percepção de riscos e/ou efeitos maléficos da utilização de certas tecnologias sobre as condições sociais das famílias de agricultores que determina ou origina novas formas de relacionamento da sociedade com o meio ambiente, um modo de estabelecer uma conexão entre a dimensão social e a ecológica, sem prejuízo da dimensão econômica: “*um novo modo de “cuidar da casa” ou de “administrar os recursos da casa”*” (RATTNNER, 2005, p. 33).

↔ **Dimensão econômica**

Estudos têm demonstrado que os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos-chave para fortalecer estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não obstante, como está também demonstrado, não se trata somente de buscar aumentos de produção e produtividade na agropecuária a qualquer custo, pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazos (VEIGA, 2005).

A sustentabilidade de agroecossistemas também supõe a necessidade de se obter balanços agroenergéticos positivos, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis (GOLDEMBERG, 2005). Aliás, como coloca Ely (1990), a insustentabilidade de agroecossistemas pode se expressar pela obtenção de resultados econômicos favoráveis à custa da depredação da base de recursos naturais que são fundamentais para as gerações futuras, o que põe em evidência a estreita relação entre a dimensão econômica e a dimensão ecológica.

Por outro lado, segundo Wanderley (2000), a lógica, presente na maioria dos segmentos da agricultura familiar nem sempre se manifesta apenas através da obtenção de lucro, mas também por outros aspectos que interferem em sua maior ou menor capacidade de reprodução social. Por isso, há que se ter em mente, por exemplo, a importância da produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família. Igualmente, a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional,

não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social (WANDRELEY, 2000).

↔ Dimensão cultural

Na dinâmica dos processos de manejo de agroecossistemas – dentro da perspectiva da sustentabilidade – deve-se considerar a necessidade de que as intervenções sejam respeitadas para com a cultura local. Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “*identidade cultural*” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema (VEIGA, 1994). A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural – uma prática social – realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente.

Esta faceta da dimensão cultural não pode e não deve obscurecer a necessidade de um processo de problematização sobre os elementos formadores da *cultura* de um determinado grupo social. Eventualmente, estes elementos podem ser relativizados em sua importância, considerando-se as repercussões negativas que possam ter nas formas de manejo dos agroecossistemas, descartando-se aqueles procedimentos ou técnicas que não se mostrem adequados nos processos de construção de novas estratégias na relação homem-natureza (CAVALCANTI et. al, 2003). Ou seja, práticas culturalmente determinadas, mas que sejam agressivas ao meio ambiente e prejudiciais ao fortalecimento das relações sociais e às estratégias de ação social coletiva, não devem ser estimuladas.

De qualquer modo, historicamente a agricultura foi produto de uma relação estruturalmente condicionada envolvendo o sistema social (a sociedade, os agricultores) e o sistema ecológico (o meio ambiente, os recursos biofísicos), o que, em sua essência, traduz-se numa importante base epistemológica da Agricultura Sustentável, tal como nos ensina Norgaard (1989).

Mais do que nunca, esse reconhecimento da importância do saber local e dos processos de geração do conhecimento “*ambiental e socialmente útil*” (LEROY, 1988, p.15) passa a ser crescentemente valorizado em contraponto à ideia ainda dominante, mas em processo de obsolescência, de que a agricultura poderia ser homogeneizada com independência das especificidades biofísicas e culturais de cada agroecossistema (COSTABEBER & MOYANO, 2000).

↔ **Dimensão política**

A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural (JARA, 1998).

Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve ser concebido a partir das concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, numa lógica que considera aquelas dimensões de primeiro nível como integradoras das formas de exploração e manejo sustentável dos agroecossistemas (VIEIRA, 2002).

Como afirma Altieri (2001), sob a perspectiva da produção, a sustentabilidade somente poderá ser alcançada no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. Portanto, tal dimensão se faz necessária para que a participação da comunidade e, mais especificamente a dos agricultores familiares, venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento rural sustentável. Altieri (2001, p. 21) apoiando-se em Chambers (1983), lembra que, assim, esperamos que *“os agricultores e camponeses se transformem nos arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento”*, condição indispensável para o avanço do empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social (JARA, 1998).

Nesse sentido, devemos privilegiar o estabelecimento de plataformas de negociação nas quais os atores locais possam expressar seus interesses e necessidades em pé de igualdade com outros atores envolvidos. A dimensão política diz respeito, pois, aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da auto-estima e o pleno exercício da cidadania.

↔ **Dimensão ética**

A dimensão ética da sustentabilidade se relaciona diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à

preservação do meio ambiente (RIECHMANN, 1997). Todavia, como sabemos, a crise em que estamos imersos é uma crise socioambiental, até porque a história da natureza não é apenas ecológica, mas também social. Portanto, qualquer novo *contrato ecológico* deverá vir acompanhado do respectivo *contrato social* (VIEIRA, 2002).

Tais contratos, que estabelecerão a dimensão ética da sustentabilidade, terão que tomar como ponto de partida uma profunda crítica sobre as bases epistemológicas que deram sustentação ao surgimento desta crise (LEFF, 2001). Neste sentido, precisamos ter clareza de que o que está verdadeiramente em risco não é propriamente a natureza, mas a vida sobre o Planeta, devido à forma como se utiliza e se destrói os recursos naturais. Sendo assim, a dimensão ética a que se refere exige pensar e fazer viável a adoção de novos valores, que não necessariamente serão homogêneos.

Para alguns dos povos do Norte rico e opulento, por exemplo, a ética da sustentabilidade tem a ver com a necessidade de redução do sobre-consumo, da hiper-poliuição, da abundante produção de lixo e de todo o tipo de contaminação ambiental gerado pelo seu estilo de vida e de relação com o meio ambiente. Para nós, do Sul, provavelmente a ênfase deva ser em questões como o resgate da cidadania e da dignidade humana, a luta contra a miséria e a fome ou a eliminação da pobreza e suas consequências sobre o meio ambiente. Ademais, como lembra Leff (2001, p 93),

a ética ambiental vincula a conservação da diversidade biológica do planeta com respeito à heterogeneidade étnica e cultural da espécie humana. Ambos os princípios se conjugam no objetivo de preservar os recursos naturais e envolver as comunidades na gestão de seu ambiente.

Assim, a dimensão ética da sustentabilidade requer o fortalecimento de princípios e valores que expressem a solidariedade sincrônica (entre as gerações atuais) e a solidariedade diacrônica (entre as atuais e futuras gerações). Trata-se, então, de uma ética da solidariedade (Riechmann, 1997) que restabelece o sentido de fraternidade nas relações entre os homens. Na esteira dessa dimensão, a busca de segurança alimentar inclui a necessidade de alimentos limpos e saudáveis *para todos* e, portanto, minimiza a importância de certas estratégias de *produção orgânica* dirigida pelo mercado e acessível apenas a uma pequena parcela da população (VEIGA, 2005).

Igualmente, esta dimensão deve tratar do direito ao acesso equânime aos recursos naturais, a terra para o trabalho e a todos os bens necessários para uma vida digna. Em suma, quando se aborda o tema da sustentabilidade, a dimensão ética se apresenta numa elevada hierarquia, uma vez que de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados

esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível (COSTABEBER & CAPORAL, 2005).

As seis dimensões básicas da sustentabilidade, descritas anteriormente, são úteis para a identificação dos passos que vêm auxiliando, inclusive, o processo de construção de estilos de desenvolvimento local⁴.

Esse novo marco ético define o desenvolvimento como um processo participativo, equitativo e sustentável, cujo objetivo primordial é a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a conquista de modos de vida ética, política, social, econômica e ambientalmente mais sustentáveis (CEPAL apud BUSS & RAMOS, 2000). O território passa a ser visto como um “entorno inovador” e torna-se importante, “[...] sobretudo, promover a iniciativa do desenvolvimento local endógeno e de geração de emprego produtivo para enfrentar, precisamente, a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente, não somente assistencialmente” (LLORENS, 2001, p. 25).

Prega o ideário da Agenda 21 que o desenvolvimento sustentável seja induzido por meio da participação multissetorial de diversos agentes (governamentais, empresariais e da sociedade civil) no planejamento e na execução de ações integradas em nível local, as chamadas microrregiões⁵. Seu foco privilegia formatos de organização econômico-social como o cooperativismo e a gestão colegiada, capaz de induzir a geração de posto de trabalho, de estimular a participatividade, a diversificação e a complementaridade de empreendimentos, daí resultando cadeias sustentáveis de iniciativas e uma dinâmica de desenvolvimento econômico-social voltada para a superação da pobreza rural e urbana (KRUTMAN, 2004, p. 19).

A agricultura, nesse contexto, desempenha papel relevante. Sua contribuição ao processo de desenvolvimento é amplamente conhecida. Pode-se citar a produção de alimentos e matéria-prima e, no Brasil, em particular, absorção de mão-de-obra oriunda do próprio setor que, em geral, não é qualificada e se constitui um dos fatores de produção mais abundante e que não tem, ainda, condições de ser absorvida pelos outros setores da economia. Assim, contribui também para redução dos problemas sociais advindos do êxodo rural. Vale lembrar que a maior parte da produção agropecuária gerada no país é produzida

⁴ Ver Jara (1998, p. 306), item sobre Desenvolvimento Local: “Local não é apenas o microcosmo espacial, geográfico e territorial, mas principalmente um espaço social cujas fronteiras são definidas por relações sociopolíticas e culturais”.

⁵ A partir daí, o território passa a ser visto como “[...] um recurso específico e um ator principal do desenvolvimento econômico, e não unicamente um mero espaço ou marco das atividades econômicas ou sociais” (LLORENS, 2001, p. 29).

pela agricultura familiar que tem essa atividade como única fonte de emprego e renda (KAGEYAMA, 2004).

De acordo com Kageyama (2004), um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento rural relaciona-se com o mercado de trabalho que, para a grande maioria da população, é a fonte de renda que possibilita a sobrevivência e acesso aos frutos do desenvolvimento e ainda, porque, no curso das mudanças inerentes ao próprio desenvolvimento, o mercado de trabalho – e particularmente o mercado de trabalho agrícola – sofre grandes transformações em quantidade (por exemplo, desemprego tecnológico) e qualidade (como por exemplo, o trabalho temporário, sazonal ou em tempo).

Para Chalita (2005), a noção de desenvolvimento rural surge posteriormente àquela de desenvolvimento agrícola (condições de produção relativas à atividade econômica específica) e àquela de desenvolvimento agrário (condição de produção na sociedade inerente ao processo histórico e estrutural mais amplo). Por isso, é uma noção que traduz alterações políticas, sociais e econômicas influenciadas pelos novos condicionantes que o movimento mais geral da sociedade gradualmente impõe as populações e as atividades rurais, para além das condições únicas da realização das práticas econômicas (VEIGA, 2005).

Para a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), um dos fatores chave do desenvolvimento rural é a criação de emprego, estimulando o potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais. Isso constitui medidas que levam em consideração as características específicas de cada tipo de zona, mas em comum para todas as zonas, melhoria na qualidade de vida e a luta contra o isolamento.

O desenvolvimento rural deve combinar aspectos econômicos (aumentando o nível de renda) e aspectos sociais (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável). Nesse contexto a agricultura sustentável, socialmente justa e economicamente viável, reforça a proposta de ação local como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável. Isso é relevante na medida em que o processo de adoção de sistemas agrícola-sustentáveis de produção não pode ser considerado como dependente exclusivamente da decisão do agricultor, devendo ser levado em consideração o contexto sócio-político em que o processo ocorre.

Assim, de acordo com Veiga (2005), a aproximação dos atores envolvidos no processo tais como produtores, comerciantes e consumidores, revelam interesses comuns de pessoas envolvidas e comprometidas com a produção de desenvolvimento sustentável, fortalecendo, portanto, a agricultura familiar.

1.5 O desenvolvimento sustentável aplicado à agricultura

O desenvolvimento sustentável tem sido o paradigma do milênio. O meio ambiente começou a ser melhor observado e gerar preocupações a partir da década de 1960, quando o uso indiscriminado dos recursos naturais começava a provocar efeitos catastróficos sobre o planeta. Muitos dos problemas ligados ao meio ambiente decorrem do emprego de tecnologias de produção que não levaram em conta os impactos ambientais e seus efeitos globais.

A especialização segmentou o conhecimento, onde cada especialista fazia somente a sua parte sem se preocupar com o todo. Entretanto, os sistemas que compõem o meio ambiente são interdependentes sendo indispensável uma análise das relações causa/efeito entre os fenômenos. Até final da década de 1960 o objeto do planejamento estava limitado à economia. O ambiente natural era uma abstração, partindo-se do pressuposto que os recursos eram inesgotáveis, que poderiam ser apropriados e explorados pela sociedade, para vencer a escassez e aumentar a oferta de bens e serviços (CAVALCANTI, 2003).

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta foi tão intensa que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a promover a 1ª. Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Segundo Camargo (2005), no mesmo ano, porém, anterior a essa conferência, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram um estudo – limites do Crescimento – que concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial.

O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente “catástrofe”. As reações vieram de intelectuais do primeiro mundo para quem a tese de Meadows representaria o fim do crescimento da sociedade industrial e dos países subdesenvolvidos – já que os países desenvolvidos queriam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica (VEIGA, 2006).

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento e, segundo Layrargues (1997), consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem

comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético.

Na década de 80, o economista Ignacy Sachs se apropria do termo e formula seus princípios. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Essa teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável (LAYRARGUES, 1997).

Outra contribuição à discussão veio com a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas, em 1974. A declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com altos índices de consumo.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo, há também um máximo. A ONU voltou a participar na elaboração de um outro relatório, o Dag-Hammarskjold, preparado pela fundação de mesmo nome, em 1975, com colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países. O referido relatório completa o de Cocoyok, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre usar outros solos, promovendo a devastação ambiental. Os dois relatórios têm em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados (VEIGA, 2006).

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por *Relatório Brundtland*. O Relatório dizia que Desenvolvimento Sustentável “*é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades*” (BRUNDTLAND-REPORT, 1987). O relatório não apresenta as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional (RATTNER, 2003).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO₂, que constavam no acordo sobre o clima, e não assinou a convenção sobre a biodiversidade.

Durante a ECO-92 foram redefinidos objetivos e meios de programas de assistência para a relação sociedade-natureza. O Desenvolvimento Sustentável desempenhou o papel central da conferência, onde 126 Chefes de Estado ou seus representantes assinaram diversas convenções comprometendo-se na busca de suas metas (NOVAES, 2005).

A Conferência do Rio de Janeiro aprovou cinco importantes documentos sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Preocupação de preservação, dois novos tratados internacionais sobre clima e biodiversidade; uma declaração de princípios sobre o manejo de florestas; a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com 27 princípios; e um plano estratégico de ação para o desenvolvimento sustentável, o documento que ficou conhecido como Agenda 21.

Com 800 páginas organizadas em 40 seções e 120 programas de ação, a Agenda 21 é um documento das Nações Unidas sobre o compromisso desta geração com o desenvolvimento sustentável, com a harmonização da ética do planeta da cidadania plena. Parte da premissa de que o desenvolvimento sustentável não é apenas uma alternativa do modelo de desenvolvimento, mas um requisito, uma exigência do tempo presente, no sentido de toda a humanidade compreender e solucionar, pacificamente, o cenário de crise que envolve o nosso planeta (ALMEIDA JR, 1993).

Segundo Veiga (2005), a crise sócio-ambiental deste final de século colocou em xeque as bases teóricas e metodológicas que sustentaram o estabelecimento do atual modelo de crescimento econômico e sua reiterada inobservância dos limites impostos pela natureza, especialmente no que concerne aos meios de produção.

Logo, diante da complexidade e gravidade do momento atual, faz-se necessário uma mudança na estrutura dos meios de produção conciliando-os com o desenvolvimento sustentável local, seja urbano ou rural, nesse contexto o ideal de sustentabilidade apoiado nos princípios de uma agricultura sustentável exige entender a agricultura com um processo de construção social e não simplesmente como a aplicação de algumas tecnologias, daí a importância do desenvolvimento sustentável no meio rural. Isto é, ajudar no direcionamento

de ações e atividades que promovam novos estilos de desenvolvimento e de agricultura, que respeitem não só as condições específicas de cada agroecossistema, mas também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (SEVILLA GUZMÁN, 1999).

Para Jara (1998), a sustentabilidade na agricultura refere-se ao uso dos recursos biofísicos e econômicos de acordo com a sua capacidade, operando dentro de espaços geográficos e culturais determinados, mediante tecnologias adequadas que permitam obter bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades das comunidades. Todo estilo de desenvolvimento que não permita melhorar ou manter a produtividade da terra, que promova exclusões e mantenha as concentrações marginalizantes precisa ser questionado.

E neste início do século 21, em que a Humanidade enfrenta o esgotamento acelerado dos recursos naturais do planeta num ritmo sem precedentes na História, faz-se necessário explicar de forma clara e objetiva como a questão ambiental se insere em várias áreas de conhecimento e nos meios em que atuam. José Eli da Veiga analisa, por exemplo, os desafios da agricultura, uma atividade que gera inúmeros impactos ambientais, aumentando, por conseguinte, a destruição do planeta. Num mundo onde a população continua crescendo e o problema da fome ainda não foi sanado, colocando, portanto em primeiro plano a questão da sobrevivência.

Para este autor, a questão que se coloca, então, é a de saber se será possível alimentar a crescente população mundial sem aumentar a destruição do planeta. E existem essencialmente três tipos de resposta a esta pergunta (VEIGA, 2005). A primeira, muito pessimista, e de tipo malthusiano, tende a desacreditar que inovações tecnológicas possam vir a aumentar a produtividade na produção de alimentos no ritmo necessário ao abastecimento dos novos contingentes populacionais que proliferam nos países mais periféricos. Apesar das previsões neomalthusianas dos anos 1970 terem sido inteiramente desmentidas, *“sempre é possível detectar aqui e ali menores elevações de produtividade ou mesmo estagnações produtivas como sinais de que estão sendo atingidos limites físicos absolutos”* (VEIGA, 2005, p. 211). E o maior especialista mundial nesse tipo de monitoramento é, sem dúvida, Lester Brown, expoente do famoso Worldwatch Institute.⁶

Do lado contrário, segundo o mesmo autor, existem dois tipos de respostas otimistas. Há uma corrente que tem absoluta confiança no aprofundamento dos métodos da agricultura moderna por novos saltos de produtividade que seriam engendrados pela engenharia genética nos agroecossistemas mais favoráveis da América do Norte e da Europa.

⁶ “O Worldwatch Institute (www.worldwatch.org) produz anualmente o relatório Estado do Mundo, hoje publicado em 30 idiomas, com mais de 1 milhão de cópias.” (VEIGA, 2005, p. 211).

Seus adeptos dizem que o uso ainda mais intensivo das melhores terras disponíveis com as novas tecnologias é que poderá minimizar tanto os custos econômicos como ambientais do necessário aumento da produção alimentar, pois essa é a opção que incrementará a recuperação e conservação da biodiversidade em terras menos aptas, que deixarão de ser cultivadas por força da globalização. Por isso,

acham que mudanças no rumo da pesquisa agropecuária que forem motivadas por crescentes preocupações ambientais só poderão agravar a insegurança alimentar do mundo. Em síntese, pensam que seria melhor que os países mais periféricos do sul deixassem de lado qualquer pretensão à auto-suficiência alimentar e importassem cada vez mais alimentos das nações do Norte que mais facilmente podem aumentar a oferta. Os dois principais representantes dessa corrente são: o pai da “revolução verde” e Prêmio Nobel da Paz, Norman Borlaug, e Dennis T. Avery, autor de um livro intitulado Salvando o planeta com praguicidas e plásticos, publicado em 1995 pelo famoso Hudson Institute (VEIGA, 2005, p. 212).

Cética sobre eventuais futuros prodígios da agricultura moderna é a terceira corrente, que de acordo com Veiga (2005), formada principalmente por dirigentes dos sistemas oficiais de pesquisa agropecuária que pregam uma “revolução superverde” ou “duplamente verde”. *Isto é, um esforço internacional ainda mais produtivo que a chamada “revolução verde”, mas que consiga, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais e o meio ambiente*” (VEIGA, 2005, p. 212). Seu principal expoente é Gordon Conway.⁷

Trata-se, evidentemente, de “um nobre e generoso projeto” (VEIGA, 2005, p. 212), mas que talvez esteja sobrepondo o otimismo da vontade (ou da esperança) ao inevitável pessimismo (ou pragmatismo) da razão. *“Principalmente porque uma agricultura que preserve os recursos naturais e o ambiente certamente não poderá resultar da difusão de qualquer nova tecnologia genérica de fácil adoção* (VEIGA, 2005, p. 212).

Ainda para este autor,

as atuais soluções consideradas mais sustentáveis não são facilmente multiplicáveis. São bem específicas a cada ecossistema e muito exigentes em conhecimento agroecológico. Também são muito intensivas em trabalho, o que não lhes garante competitividade econômica e muito menos política (VEIGA, 2005, p. 212).

Nada impede, entretanto, que esta situação venha a se alterar sob as pressões sociais por alimentos saudáveis e respeito à natureza. Pressões que certamente incentivarão muitos

⁷ Autor do best-seller *The doubly green revolution: food for all in the 21st century*, republicado diversas vezes desde 1997 pela Penguin Books (VEIGA, 2005, In: TRIGUEIRO, 2005).

agricultores e pesquisadores a esforços comuns na busca de soluções mais sustentáveis para os atuais padrões produtivos.

Apesar de ter surgido desde o início da década de 1960 significativa contestação aos padrões produtivos da agricultura moderna,⁸ foi somente em 1997, com a publicação da obra-prima do pesquisador francês Marcel Mazoyer – *História da Agricultura do Mundo* –, que se tornaram esfarrapadas as desculpas para tão absurda lacuna na formação dos profissionais que lidam diretamente com o setor agropecuário, sejam eles engenheiros, veterinários, geógrafos, economistas ou sociólogos (VEIGA, 2005). E é Mazoyer quem pergunta:

*Quanto maiores não serão ainda os danos provocados pelo uso dos tão potentes meios e dos extraordinários métodos de produção de hoje, e esse uso não for consciente e socialmente controlado? Isto é, se esse uso não for mantido a distância respeitosa dos perigos mais imediatos e das consequências longínquas mais insuportáveis?*⁹ (MAZOYER, 1997, apud TRIGUEIRO, 2005, p. 201).

Sem freios institucionais, os praguicidas e os fertilizantes químicos continuarão a ser utilizados até o limiar de sua rentabilidade, que costuma estar muito além do limiar de nocividade. Sem interdição, quaisquer produtos perigosos, mas lucrativos, não cessarão de ser empregados como sendo necessários.

1.6 Conceitos e críticas sobre o desenvolvimento sustentável

Independente de quem o criou e em que ano se estabeleceu, é fato constatado que o conceito de desenvolvimento sustentável, tornou-se o paradigma dos anos 90 e continua nos dias atuais, a ganhar um interesse significativo entre cientistas sociais, economistas, administradores, planejadores, políticos, movimentos sociais e ambientalistas. Atualmente, embora muito se discuta sobre o tema, ainda é difícil defini-lo. Trata-se da emergência de um significado novo, que faz parte de uma mudança fundamental em nossos pensamentos, atitudes e valores. Trata-se de uma reorientação ética, que faz reavaliação dos

⁸ “*Cujo principal marco histórico foi o livro Silent spring de Rachel Carso (Houghton Mifflin, 1962)*” (VEIGA, 2005, In: TRIGUEIRO, 2005).

⁹ Cf. tradução portuguesa publicada pelo Instituto Piaget (Lisboa, 3001, p. 430), ou publicação original pelas Editions du Seuil (Paris, 1997, p. 443) (VEIGA, 2005, In TRIGUEIRO, 2005, p. 201).

relacionamentos da sociedade com a natureza e do Estado com a sociedade civil, à luz de postulados interdependentes de equidade social, equilíbrio ambiental, bem-estar econômico e autodeterminação política (JARA, 1998).

É muito conhecido o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido em 1987, no Relatório da Comissão Bruntland, que o apresenta *como processo que busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades* (AGENDA 21 GLOBAL, 1996, p. 486).

Está implícita, nessa abordagem, a preocupação com as condições sociais das pessoas e das comunidades. O relatório aspira a um mundo mais humano e enfatiza que a redução da pobreza é pré-condição para um desenvolvimento ambientalmente seguro. No entanto, nesse processo de mudança, orientado a satisfazer necessidades e aspirações, fica também implícita a visão de que *“todos os seres e os recursos estão à disposição do homem, disponíveis para realizar seus desejos e projetos, traduzindo uma ótica antropocêntrica”* (JARA, 1998, p.72).

O conceito da Comissão Bruntland não esclarece como vão ser satisfeitas tais necessidades, nem sequer quais são essas necessidades, ou de que comunidades ou grupos sociais está se falando (JARA, 1998). Mas acreditamos que está implícita a idéia de alcançar um desenvolvimento contínuo sem exaurir os recursos naturais, ou seja, o raciocínio sobre o uso racional do capital ecológico, evitando causar prejuízos para a comunidade como um todo.

Para Buarque (1994), o desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de mudanças sociopolítica, socioeconômica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro.

Por conseguinte, para este autor, numa visão ampliada, o desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e com o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e com a distribuição do poder; e com os valores pessoais e a cultura.

Assim, desenvolvimento sustentável promove um novo tipo de competitividade econômica, socialmente inclusiva, que faz a sociedade avançar para modos de vida menos destrutivos e alienados. Dessa maneira a preocupação está centrada mais na qualidade da vida que na quantidade da produção, e podemos afirmar que não se trata apenas das

concepções de “desenvolvimento sustentável”, adotado pelo Relatório de Brundtlan, mas da emergência de um novo paradigma. Novos conceitos, ideias e percepções que orientem também os processos de desenvolvimento humano sustentável e/ou sustentabilidade solidária (MARINHO, 2006). *“É o princípio da solidariedade, que define uma capacidade básica de sentir e pensar os outros em suas condições concretas, uma vontade de agir de forma coerente à sorte dos outros”* (JARA, 1998, p. 73).

Nesta visão um dos aspectos positivos da argumentação que está por trás de desenvolvimento sustentado, segundo Diegues (2005) é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não somente em benefício das gerações atuais, mas também das futuras.

Já o aspecto crítico fundamental ao conceito de desenvolvimento sustentável para Diegues (2005), é a necessidade de uma outra ética, diferente da ética subjacente ao crescimento econômico atual que se baseia na concepção de que a natureza deve ser subjugada a qualquer preço, a serviço do homem. Esse jugo ou dominação se expande também sobre as relações sociais.

Logo, a nova ética, de acordo com esse autor, se baseia, de um lado, na noção de convivialidade e no respeito pela natureza como sendo composta de seres vivos que exige o abandono da perspectiva antropocêntrica para uma perspectiva mais global, biocêntrica. Movimentos como o da Ecologia Profunda (“Deep Ecology”) e autores como Sylvan (1985) e Russel (1992) citados por Diegues (2005), propõem novos paradigmas sociais que se confrontam com os atuais.

O quadro (1) mostra as diferenças entre os dois paradigmas:

Paradigma Social Dominante	Paradigma da Ecologia Profunda
Domínio sobre a natureza. Meio ambiente como recurso	Harmonia com a natureza. Natureza constituída por seres vivos com direitos à existência independente de seu valor de uso
Objetivos materiais/crescimento econômico	Objetivos não-materiais/sustentabilidade ecológica
Recursos naturais ilimitados	Recursos finitos
Soluções baseadas exclusivamente na	Soluções adaptadas a cada situação e

tecnologia avançada. Consumismo	ecossistemas. Necessidade básica/reciclagem
Centralização/grande escala	Descentralização/pequena escala
Autoritarismo/estruturas repressivas	Estruturas democráticas/participação social

FONTE: Adaptado de SYLVAN (1985) apud DIEGUES 2005

Várias críticas têm surgido sobre a concepção do desenvolvimento sustentado e sua aplicabilidade.

Alguns autores, entre os quais Redclift (1987) citado por Diegues (2005, p. 7),

criticam a proposta da Comissão Brundtland por não ter dado ênfase às condições internacionais que o desenvolvimento sustentado deve enfrentar, pois a proposta ignora as relações de forças internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países do Terceiro Mundo à tecnologia, as relações desiguais de comércio, desfavoráveis a estes últimos e a oposição das multinacionais a propostas tecnológicas contrárias a suas estratégias globais. Além disso, o Relatório Brundtland não leva em conta as contradições internas dos países em desenvolvimento, que os impedem de atingir o desenvolvimento sustentado.

O segundo aspecto criticado por Redclift (1987), ainda segundo Diegues (2005), é a crença do Relatório Brundtland nas forças de mercado para solucionar os problemas ambientais.

Defende a necessidade do 'planejamento' como instrumento para resolver as contradições entre o "crescimento econômico" e a conservação do meio ambiente. A questão, no entanto, não é somente técnica, mas, sobretudo, política, e diz respeito às visões e interesses dos vários grupos sociais, com interesses divergentes a respeito do acesso e uso dos recursos ambientais. Essas dimensões políticas não são claramente explicitadas no Relatório Brundtland (DIEGUES, 2005, p 7).

A terceira crítica feita por Redclift (1987),

é a mais global e radical. Diz respeito à própria concepção de desenvolvimento com estratégia e instrumento para se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população. Os conceitos de desenvolvimento e mesmo o chamado "sustentado" se baseiam na necessidade de se atingir o grau de "desenvolvimento" atingido pelas sociedades industrializadas (DIEGUES, 2005, p. 7).

Para Diegues (2005), está cada vez mais claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades, baseado num consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais, sobretudo aqueles vindos dos países do Terceiro Mundo, é

igualmente insustentável a médio e longo prazos. Além disso, é patente que a distância entre esses dois grupos de países está se alargando cada vez mais, apesar das fracassadas “décadas de desenvolvimento” oficialmente estabelecidas pela ONU. *Daí a necessidade de se pensar o problema global sob a perspectiva de “sociedade ou “sociedades sustentáveis” e não de desenvolvimento sustentável* (DIEGUES, 2005, p. 7).

Segundo Jara (1998), isso significa que é imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidade próprias, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica. Portanto, trata-se da emergência de um significado novo, que faz parte de uma mudança fundamental em nossos pensamentos, atitudes e valores. Ou seja, de uma reorientação ética, que faz reavaliação dos relacionamentos da sociedade com a natureza e do Estado com a sociedade civil, à luz de postulados interdependentes de equidade social, equilíbrio ambiental, bem-estar econômico e autodeterminação política para a promoção da sociedade sustentável.

1.7 Por uma sociedade sustentável

O paradigma da solidariedade do desenvolvimento baseia-se numa ética onde é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vistas a realização de todas as pessoas. Somos co-responsáveis para cuidar desses bens para que frutifiquem e beneficiem a todas em iguais condições. Isso exige uma nova relação humana em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, numa dinâmica cumulativa. Percebe-se a quase impossibilidade de que esses postulados sejam plenamente exercidos pela ótica capitalista.

A lógica da solidariedade e da sustentabilidade do desenvolvimento implica na humanização de todas as relações sociais de integração orgânica do ser humano com a natureza. Passa pela formação de laços sociais de solidariedade, nos quais o significado da cidadania vai do grau mínimo de satisfação de necessidades básicas – condição para participação cidadã – até a realização completa dos “humanos-seres-solidários”. Acreditamos ser esse o caminho para chegarmos à verdadeira democracia que exige a superação de todas as formas de discriminação e dominação: de classe, raça ou gênero (LEROY, 2008).

A sociedade sustentável pode ser uma utopia do ponto de vista político econômico convencional. Contudo, o estado crítico do planeta, tanto nos aspectos ambientais como sócio-econômicos, faz da sociedade sustentável uma utopia desejável e necessária, se se pretende que a Terra sobreviva à crise mundial.

O **quadro (2)** lista os atributos valorativos que prevalecem na sociedade não-sustentável e na sociedade sustentável:

SOCIEDADE NÃO-SUSTENTÁVEL	SOCIEDADE SUSTENTÁVEL
.Antropocêntrica	.Cosmocêntrica
.Individualista	.Comunitária
.Egoísta	.Altruísta
.Intolerante	.Tolerante
.Competitiva	.Cooperativa
.Imediatista	.Mediatista
.Adialogal	.Dialogal
.Visão fragmentada e antiecológica do homem e da natureza	.Visão holística e ecológica do homem e da natureza

FONTE: Revista Humanidades, vol. 10, nº 4, 1994.

Além de diferenças valorativas, essenciais, a sociedade não-sustentável e a sociedade sustentável contrastam pelos seus atributos sócio-econômicos, culturais, políticos e ambientais, como os listados, dentre outros. **Ver quadro 3:**

SOCIEDADE NÃO-SUSTENTÁVEL	SOCIEDADE SUSTENTÁVEL
.Taxa do fluxo energético-material ao nível Máximo	.Taxa do fluxo energético-material ao nível mínimo
.Taxa de fluxo informacional ao nível máximo, excedente a capacidade de assimilação	.Taxa do fluxo informacional ao nível máximo, não excedente à capacidade de assimilação
.População com tendência a crescer em progressão geométrica	.População com tendência a crescer em progressão aritmética
.Poluição pouco controlada	.Poluição muito controlada
.Biodiversidade pouco protegida	.Biodiversidade muito protegida
.Diversidade cultural pouco protegida	.Diversidade cultural muito protegida

.Crescimento econômico essencialmente
quantitativo

.Baixa qualidade de vida da população em
geral

.Crescimento econômico essencialmente
qualitativo

.Alta qualidade de vida da população em geral

FONTE: Revista Humanidades, vol. 10, n. 4, 1994.

É interessante assinalar que os atributos da sociedade não-sustentável, em contraste aos atributos da sociedade sustentável que se pretende alcançar, têm caracterizado sistemas políticos e econômicos de todo tipo, até mesmo os historicamente antagônicos, como democracia e autocracia, capitalismo e socialismo. Essa é a principal razão de o industrialismo ter sido igualmente poluente em países capitalistas e socialistas.

Segundo Almeida Jr. (1994), isso leva-nos a fazer um breve exame, pelo ângulo político, da realização prática do desenvolvimento sustentável.

1.8 Realização prática do desenvolvimento sustentável

A realização prática do desenvolvimento sustentável, segundo Almeida Jr. (1994), representará uma profunda reorientação no modo de perceber, pensar e agir do homem em relação ao seu mundo, em todas as suas dimensões. Mas o desenvolvimento sustentável não ocorrerá espontaneamente. Além disso, representa uma ameaça à ordem mundial estabelecida – às práticas econômicas convencionais, à noção clássica e absoluta de soberania, aos valores inerentes ao psicomaterialismo, à educação como processo de manipulação, à atomização corporativista do conhecimento e de sua aplicação. Ao modo tradicional, clientelista, de se fazer política, enfim, aos modelos sócio-econômicos e políticos vigentes, que tendem a perpetuar as relações opressor-oprimido, num contexto ambiental presidido por uma visão imediatista e utilitarista.

Daí por que as conseqüências práticas do desenvolvimento sustentável far-se-ão sentidas tanto no mundo dos valores como no mundo do conhecimento e da ação (LEROY, 2002), ou seja: a ideia de sustentabilidade planetária deverá permear as concepções, os planos, as políticas e as agendas de ação de uma nova ordem mundial, -- se o desenvolvimento sustentável for tentado na prática. Nesse caso, a *ideia de sustentabilidade*

planetária afetar a vida de indivíduos e grupos sociais em todos os níveis e em todas as nações; afetar, enfim, as interações homem-natureza, homem-ambiente, sobretudo nas sociedades não-tribais e não-tradicionais (LEROY, 2002, p. 123).

As alavancas da realização prática do desenvolvimento sustentável são a educação, o direito, a inovação tecnológica e os movimentos de ação social. E o fulcro dessas alavancas reside na ação política (JARA, 1998).

A agenda mínima de ação política com vistas à realização prática do desenvolvimento sustentável deve incluir, tanto local, como nacional e internacionalmente, atuações que atentam aos seguintes pontos:

- 1. Promover a educação ambiental comunitária, difusa, com ênfase nos ideais e atributos da sociedade sustentável, bem como nas responsabilidades individuais e coletivas frente às questões ambientais e humanas.*
- 2. Incentivar os movimentos de ação social pró-cidadania e de cunho ambiental, envolvendo-os no constante debate em torno da sociedade sustentável.*
- 3. Propiciar provisões legais que promovam a sociedade sustentável, protejam os direitos humanos individuais e coletivos, balizem o uso sustentado dos recursos naturais e coibam o dano ambiental.*
- 4. Promover a reorientação epistemológica do conhecimento e de sua aplicação, incentivando a multi, inter e transdisciplinaridade, bem como a integração entre conhecimento técnico-científico e conhecimento tradicional.*
- 5. Incentivar a inovação tecnológica, sobretudo no tocante às práticas não-poluentes, à reciclagem energético-material, aos processos minimizadores e reparadores de danos ambientais e à produção de bens com alta durabilidade e baixo custo ambiental.*
- 6. Incentivar a livre economia que tenha compromisso com o equacionamento “cooperativo” dos custos/benefícios humanos e ambientais.*
- 7. Sistematizar os estudos e processos de avaliação de impacto ambiental, introduzindo nos planos, programas e projetos públicos e privados a noção ecossistêmica de interação empreendimento-ambiente.*
- 8. Propiciar o manejo e o monitoramento ambiental, incentivando mecanismos e processos de reparo e recuperação, tanto em aspectos da flora e da fauna como do ar, da água e do solo.*
- 9. Assegurar, por todos os meios, a preservação e o estudo da biodiversidade, em níveis específicos e ecossistêmicos.*
- 10. Assegurar, por todos os meios, a preservação e o estudo da diversidade cultural humana em todos os seus aspectos.*
- 11. Propiciar, por todos os meios, a promoção humana e a melhoria da qualidade de vida, buscando a eliminação da marginalidade psicológica, sócio-econômica e cultural.*
- 12. Criar condições para o desarmamento geral, com ênfase nas armas nucleares, químicas e biológicas.*
- 13. Propiciar reformas institucionais e governamentais, em todos os níveis, que sejam consentâneas à realização da sociedade sustentável.*

14. *Incentivar políticas microrregionais e globais que sejam consentâneas à realização da sociedade sustentável, inclusive a noção de soberania limitada e ao “princípio da contiguidade”.*

15. *Promover, por todos os meios, a ética da sociedade sustentável – a busca e a realização do planeta harmônico e da cidadania plena* (ALMEIDA Jr.,1994, p. 297-298).

Daí, qual será a natureza do ato político que permitirá a implementação dessa agenda mínima de ação, com vistas à realização prática da sustentabilidade local, que ora os atores sociais em estudo buscam alcançar?

Tomando como base a definição do que vem a ser sustentabilidade, considera-se que um local é sustentável, quando as famílias através do acesso à política de infra-estrutura básicas e agrícolas, conseguem dispor dos meios de produção e transformação social de maneira a lhes proporcionar a implementação de um sistema produtivo viável e o acesso a benefícios sociais que promovam a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a cidadania.

Quando falamos de desenvolvimento local sustentável, por conseguinte, estamos falando de munícipes, agricultores e de comunidades, de uma maneira geral organizados e capacitados, ou seja, como diz Jara (1998, p. 73) *“dotados de conhecimentos, habilidades e destrezas para que eles mesmos saibam e possam gerenciar e orientar seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem para atingir uma melhor qualidade de vida”*.

Não obstante, é com participação cidadã que os atores sociais são capazes de refletir sobre seus problemas e suas necessidades, gerando consciência e apropriação. *“Participación practicada como una estrategia que activa el “diálogo de saberes”--entre el conocimiento institucional y la sabedora popular—que es necesario para orientar La intervención en una comunidad para transformala* (SILVA, 1998, p. 14).

Neste sentido estamos falando de um desenvolvimento aplicado num âmbito espacial delimitado – o território municipal, a micro-região, o assentamento, a comunidade urbana e a comunidade rural (DANTAS, 2003). Estamos falando de um desenvolvimento endógeno, ou seja, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais. O fato de ser um processo de caráter endógeno não significa não precisar de recursos exógenos. Significa aprender a caminhar com as próprias pernas, e que o município, a cooperativa ou a empresa (Feagro), por exemplo, vão sustentar sua economia e desenvolver-se a partir de seus próprios recursos (COSTA DE SOUSA, 2002).

Além do mais, o desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas, técnicas e ambientais, ficando cada vez mais claro o fato de que o desenvolvimento não é apenas um fenômeno econômico.

Trata-se de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais como condicionantes à qualidade de vida.

1.9 Definindo qualidade de vida

Nos últimos anos, o tema da qualidade de vida, tem sido debatido e apresentado sobre diversas óticas. Está na literatura especializada, em “slogans” de prefeituras municipais, em plataformas políticas, em épocas de campanhas eleitorais e como meta dos projetos públicos, tanto para o setor urbano quanto para o setor rural. Em tudo se busca a qualidade de vida, é o novo ideal da contemporaneidade.

Porém, como afirma Buarque (1993), apesar de ultimamente ser tão divulgado, esse conceito é antigo, e *se constitui em uma busca utópica do ser humano* (BUARQUE, 1993, p. 158). Melhorar a qualidade de vida, significaria viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto no subjetivo do ser.

A qualidade de vida, seja à qual realidade estiver orientada, é uma questão complexa e multifacetada, pois abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social. (SOUZA, 1994, p. 15)

Dessa forma, podemos dizer que não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, principalmente quando nos referimos à dimensão subjetiva do tema, pois o que pode ser qualidade de vida para alguns, necessariamente não será para outros. Entretanto, é possível fornecer elementos para pensar na qualidade de vida enquanto fruto de indicadores objetivos (sociais) e selecionar alguns indicadores subjetivos, a partir da percepção que os grupos estudados constroem e percebem seu viver cotidiano (DA COSTA, 2001).

Fora o problema da dimensão subjetiva, ao trabalharmos com a questão da qualidade de vida temos que nos preocupar também com as armadilhas que a sociedade moderna impõe como fatores de satisfação e bem estar social, isto é, temos que ter como afirma Buarque (1993), um outro olhar, pois apesar de ser um conceito antigo, a qualidade de vida tem sido recentemente associada à capacidade de consumo: quanto mais bens materiais

o ser humano possuir, mais o seu padrão de vida tende a melhorar e por conseguinte sua qualidade de vida.

Ainda de acordo com Buarque (1993), essa percepção de que o progresso econômico serve de base para a qualidade de vida pelo consumo, passa a funcionar como um fator ameaçador para a sociedade e impede a construção da qualidade de vida, pois, o avanço técnico, em vez de reduzir, tem criado desigualdades e necessidades entre os homens e ameaçado o futuro pelas novas armas e pela degradação ambiental.

Apesar de apresentar um quadro de descrença, para o autor acima citado, acredita que não podemos desprezar por completo a democratização do acesso à bens e consumo que a modernidade impôs para um número cada vez maior de pessoas. Pois, as consequências advindas da sociedade de consumo – crescimento econômico limitado, aumento do *apartheid* social, a ruína do socialismo etc. – impediram a construção da qualidade de vida enquanto seu significado utópico – todos desejando e conseguindo o acesso aos equipamentos que simbolizam a melhoria na qualidade de vida – mas possibilitaram a discussão de uma busca de qualidade de vida real e possível.

No caso do Brasil, ele afirma que o primeiro passo é modernizar o conceito de qualidade de vida e, em consequência, o rumo da sociedade. Pois, aqui o processo de modernização criou uma hierarquia pela qual a técnica passou a ser objetivo central que definia a qualidade de vida e a racionalidade econômica, desse modo os objetivos sociais ficaram secundários; e os valores éticos foram abandonados.

Segundo Camargo (2005), a solução está em subverter esta hierarquia, e fazer uma radical descentralização das atividades econômica e cultural, um respeito à diversidade e uma distribuição do bem estar econômico. Tendo como pontos centrais, a eficiência e a democracia.

Assim, de acordo com Buarque (1993), podemos interpretar que os três eixos principais do entendimento do que vem a ser qualidade de vida, em especial, dizem respeito,

↔ **a questão da satisfação e o acesso aos bens básicos** – educação, transporte, acesso ao emprego produtivo, alimentação e saúde e saneamento básico, etc.;

↔ **ao acesso aos bens fundamentais** para a complementação da vida dos indivíduos como – cultura, lazer, relações afetivas plenas, relações familiares fundamentais, relação com a natureza, com o trabalho;

↔ **ao acesso aos bens éticos-políticos** – informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, participação política na gestão local e com consciência para a cidadania.

A inter-relação de todos esses fatores é um aspecto interessante, pois como entidade biológica é membro de uma só espécie e suas necessidades físico-químicas e biológicas variam relativamente pouco entre os diferentes grupos e sociedades. *“Por sua vez, os componentes econômicos, sociais e culturais mais importantes do ambiente podem variar amplamente entre os diferentes grupos humanos e organizações sociais”* (BARBOSA, 1998, p. 408). Os diversos sistemas humanos percebem diferentemente e atribuem valores distintos aos muitos aspectos específicos e presentes no ambiente.

Para Silva (1998), o sujeito é o fator chave da qualidade de vida e está associado ao desenvolvimento humano sustentável e representa o núcleo do processo educativo, refere-se por exemplo a,

- (i) A capacidade do sujeito de transformar a prática em consciência através do exercício permanente da ação-reflexão-ação;*
- (ii) As diferentes capacidades e habilidades que promovem o protagonismo dos diferentes atores sociais no processo de seu próprio desenvolvimento;*
- (iii) A capacidade dos diferentes atores sociais de apropriar-se dos benefícios de seu trabalho de forma equitativa;*
- (iv) A construção da cidadania para todos;*
- (v) A capacidade de organização para a participação social e política dos atores sociais;*
- (vi) O fortalecimento da auto-estima dos indivíduos e da coletividade;*
- (vii) A consolidação dos valores associados a solidariedade e a cooperação que viabiliza a vida social em comunidade;*
- (viii) A criatividade, etc. (SILVA, 1998, p. 4).*

Daí a importância dos pesquisadores em valorizar a forma como os grupos estudados constroem e percebem o seu viver cotidiano, pois, por ser uma questão complexa e multifacetada, para cada situação estudada, deve existir uma definição para o que vem a ser qualidade de vida.

CAPÍTULO 2 – MATERIAL E MÉTODO

2.1 Metodologia da pesquisa

Para atingirmos os objetivos aqui explicitados e respondermos ao problema formulado de como se dar a busca da construção da sustentabilidade pelos agricultores familiares rurais do município de Alagoa Nova, participantes da FEAGRO/CG – Feira Agropecuária de Campina Grande-PB, através da comercialização dos produtos agrícolas, primeiramente fiz-se um estudo com levantamento bibliográfico que serviu para o embasamento teórico.

O trabalho fundamentou-se, especificamente, nas discussões teóricas sobre a agricultura familiar e as dimensões de sustentabilidade (econômica, social, cultural, ambiental, político-institucional e ética), que abrangeram as seguintes questões: do camponês à agricultura familiar; abordagem preliminar da agricultura familiar brasileira; breve histórico da agricultura familiar a partir da modernização conservadora; desenvolvimento rural sustentável; desenvolvimento sustentável aplicado à agricultura; conceito e críticas sobre o desenvolvimento sustentável; por uma sociedade sustentável; realização prática do desenvolvimento sustentável; e definindo qualidade de vida.

Consultamos ainda Atas da Associação dos agricultores familiares da FEAGRO: AACB (Associação dos Agricultores do Compartimento da Borborema) e documentos referentes ao processo de constituição e construção do espaço do empreendimento comercial da FEAGRO/CG. Também foram consultados relatórios da EMATER de Campina Grande-PB e da EMATER de Alagoa Nova-PB.

A natureza da pesquisa foi fundamentalmente qualitativa, enriquecida pelos depoimentos nas entrevistas semi-estruturadas. Mas, no momento em que utilizou-se da análise quantitativa, essas foram empregadas de forma simplificada em tabelas e gráficos, e tiveram uma função secundária e auxiliar para verificarmos as condições de sustentabilidade econômica dos agricultores, através das declarações sobre as rendas nos dois últimos anos: 2007 e 2008, com relação à comercialização na Feira e com as rendas extras de alguns dos agricultores, que serão especificadas a partir da apresentação de cada um dos participantes da Feagro, classificados por categorias: Agricultores bem sucedidos, agricultores sucedidos e agricultores com dificuldades de serem bem sucedidos, como também os comentários a cerca

de cada sustentabilidade buscadas pelos agricultores familiares, colocadas no capítulo 3 sobre Resultado e Discussão.

Para verificarmos a sustentabilidade sócio-cultural – buscamos informações sobre saúde, educação, moradia, bens de consumo, segurança, vias de acesso (estradas), dentre outras, através das categorias entre os agricultores bem sucedidos, sucedidos e com dificuldades de serem sucedidos, apresentadas pelo gráfico (1); analisamos a sustentabilidade ambiental a partir das práticas executadas pelos agricultores familiares em suas propriedades e pelos dados nas entrevistas durante algumas visitas, como também através de cadastros na EMATER/local, onde se encontram alguns dados de alguns dos agricultores familiares, participantes da Feira Agropecuária, com relação às práticas ambientais informadas nos formulários de Cadastros de Propriedades de Agricultores.

A dimensão político-institucional – analisamos através dos depoimentos – tendo em vista que durante o trabalho de campo não houve nenhuma reunião na Associação da FEAGRO, nem em suas Associações locais nas comunidades. E, especificamente, com relação à dimensão institucional podemos constatar pelos depoimentos e pela presença no local da FEAGRO, que a principal parceira, a EMATER-PB, vem deixando a desejar sobre sua presença na atuação como órgão governamental, não somente no apoio à comercialização no local da Feira, mas também com a falta de assistência técnica nas propriedades dos agricultores familiares.

Analisamos ainda a questão da dimensão ética, através das relações sociais entre os próprios agricultores familiares; entre estes e os consumidores durante a comercialização na Feira, principalmente com questões de preço e a forma como tratam os consumidores; entre estes e os comerciantes; a relação com a EMATER-PB e os agricultores; e, principalmente entre o local onde vivem os agricultores com a família.

Com relação à metodologia utilizada, não significou que conseguimos captar de fato todos os dados, pois temos em vista a posição de Haguette (1987), que afirma que “*o real não é captado como um espelho, mas perseguido, numa proposta weberiana, do relativismo assumido nas leituras do real.*” (HAGUETTE, 1987, p. 76). Além disso, como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados, no nosso entender, podem permitir uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema.

Com relação ao trabalho de campo, entre as diversas formas de abordagem técnica existentes para realizá-lo, escolhemos a entrevista semi-estruturada e/ou semi-diretiva

(componente da pesquisa qualitativa). De acordo com MINAYO (1994), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, pois é através dela que o pesquisador busca obter as informações contidas na fala dos atores sociais. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Realizou-se um total de 29 (vinte e nove) entrevistas, distribuídas da seguinte maneira: Dez agricultores familiares do município de Alagoa Nova, participantes da Feira Agropecuária; três agricultores familiares do município de Alagoa Nova, não participantes da Feira Agropecuária; dois agricultores familiares do município de Alagoa Nova, ex-participantes da Feira; um jovem agricultor comerciante da Feira; um ex-funcionário da EMATER-CG, hoje agricultor familiar do município de Campina Grande; duas esposas de agricultores familiares que comercializam na Feira juntamente com os esposos; dois técnicos da EMATER/Campina Grande; um auxiliar administrativo da EMATER/CG, que atua como responsável para resolver problemas de ordens administrativas; uma extensionista social da EMATER/CG que acompanha os agricultores familiares nos locais da Feira; o atual coordenador da EMATER/CG; um técnico da EMATER/Alagoa Nova, um ex-técnico da EMATER/Alagoa Nova; uma ex-extensionista social da EMATER/Alagoa Nova e dois consumidores assíduos da Feira Agropecuária.

As entrevistas foram realizadas nos locais da realização da FEAGRO no Parque do Povo e na Universidade Federal de Campina Grande; nos escritórios da EMATER de Alagoa Nova e Campina Grande, neste com os técnicos, naquele com os técnicos e alguns agricultores familiares durante as visitas ao escritório; nas residências em suas propriedades e na residência de um agricultor da cidade de Alagoa Nova. Os depoimentos com os agricultores e com os técnicos foram conseguidos em entrevistas abertas a partir de um roteiro de perguntas semi-estruturado.

Nas visitas, em algumas unidades de produção, na oportunidade para coleta de dados utilizamos a história de vida com o objetivo de deixar que os agricultores se expressassem livremente e não se limitassem apenas a responder as perguntas formuladas, permitindo assim, captar o maior número de elementos que compõem a trajetória de vida dessas pessoas. As observações e anotações dos dados qualitativos foram também instrumentos utilizados no recolhimento de informações. Nessa coleta dos dados destacamos alguns aspectos que consideramos fundamentais:

- a) A forma de participação dos agricultores na FEAGRO com questões de mudanças culturais na produção e comercialização, como forma de sustentabilidade e qualidade de vida;
- b) A autonomia que adquirem na prática com as vendas dos produtos sem o intermediário;
- c) As relações que se dá com o meio ambiente a partir da experiência adquirida no passado com a agricultura convencional e com as mudanças de valores para preservação e conservação ambiental;
- d) As relações éticas e político-institucionais existentes na vida desses atores sociais.

Ainda com relação aos dados qualitativos utilizamos a análise de discurso, entendendo por esta um exercício de penetração no significado que as palavras queriam exprimir e, não apenas, na forma aparente como esse discurso se apresentou.

Assim, a partir da exposição metodológica praticada nesta pesquisa, procuramos levantar percepções, interpretações e juízos de valor sobre uma realidade socialmente construída, com múltiplos significados e elevado grau de subjetividade com suas respectivas visões de mundo; identificando-se, portanto, com a ferramenta do estudo de caso.

Uma das ferramentas de pesquisa mais utilizadas nas ciências sociais é o estudo de caso. Calcado na observação direta e na série sistemática de entrevistas, é uma das maneiras de se investigar um tópico empírico seguindo um conjunto de procedimentos pré-determinados. Incluindo uma ou múltiplas unidades de análise, o estudo de caso, segundo Yin (2001), é uma estratégia de pesquisa recomendável para examinar acontecimentos contemporâneos sobre os quais o pesquisador tenha pouco ou nenhum controle.

Além de o objeto dessa dissertação enquadrar-se à perfeição nessas condições, a estratégia do estudo de caso tornou-se apropriada como ferramenta de pesquisa, devido à inviabilidade de identificar-se o marco amostral¹⁰ geral de todos os agricultores familiares que fazem parte da FEAGRO, sobre o qual se selecionaria, por procedimento estatístico, um subconjunto específico de agricultores e suas comunidades para compor a amostra¹¹.

Diante das colocações acima mencionadas, entendemos que o modelo qualitativo foi o mais apropriado para nortear o estudo da busca da construção da sustentabilidade pelos agricultores familiares ora em estudo. Com efeito, quando o estudo não visa mensurar

¹⁰ Marco amostral: Cômputo do total das unidades que fazem parte da população ou universo potencial da pesquisa (KRUTMAN, 2004, p. 77).

¹¹ Amostra. “É uma parte da população, selecionada de acordo com uma regra ou plano” (RUDIO, 1991, p. 50).

resultados, mas sim compreender “[...] o significado das relações entre as ações e os resultados, este caminho exige uma abordagem com predominância qualitativa” (TANAKA; MELO 2001, p. 105).

Procuramos esclarecer que a opção do objeto de estudo ora analisado foi fruto de um conjunto de concepção e valores ligados à nossa experiência particular de vida, à nossa formação geral, inclusive à acadêmica e, também, a uma opção de engajamento político e social através do qual pretendemos contribuir na construção de uma sociedade melhor.

2.2 Caracterizando a agricultura familiar no município de Alagoa Nova-PB

O município de Alagoa Nova-PB está localizado na Mesorregião do Agreste e na Microrregião do Brejo Paraibano com 20.000 habitantes, e tem uma área de 122,25 Km².

De acordo com Costa de Sousa (2002), a agricultura do município de Alagoa Nova-Paraíba, durante muitas décadas, foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia, principalmente com as da *grande e média propriedades rurais* com a monocultura da cana-de-açúcar. Até a década de 1980 existiam mais de 40 (quarenta) engenhos de cana-de-açúcar produzindo produtos como aguardente e rapadura, que empregavam muitas famílias que moravam na terra do senhor de engenho como trabalhadores e/ou moradores, ou mesmo os que residiam na periferia da sede do município, mas que trabalhavam também nos engenhos como bóias-fria.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova, as grandes propriedades foram desmembradas para fins de Reforma Agrária como foi o caso das propriedades conhecidas como Engenho Geraldo, Engenho São Brás, Boa Esperança, Queira Deus e outras, que fizeram aumentar o número de pequenos estabelecimentos agrícolas familiares. Atualmente são registrados mais de 2.000 pequenos estabelecimentos no município de Alagoa Nova-PB (EMATER-PB, 2008).

A densidade demográfica deste município, segundo dados do IBGE (2004), é de 160,0 hab./Km². Possui uma elevada concentração de imóveis com área inferior a 10 ha, totalizando 88,43% dos imóveis rurais do município, ocupando uma área de apenas 41,03%

da área total.¹² Predominando uma grande quantidade minifúndios, cujas terras são exploradas por agricultores familiares que sobrevivem da exploração agropecuária através do plantio de hortifrutigranjeiros e da criação de bovinos, suínos e pequenos animais. Ver **quadro 4**:

CRIAÇÃO DE BOVINOS, SUINOS E PEQUENOS ANIMAIS EM ALAGOA NOVA-PB

	2005	2006	2007	2008
Rebanho	Cabeças	Cabeças	Cabeças	Cabeças
Bovinos	4.130	4.800	7.020	9.100
Suínos	1.030	930	1.000	1.200
Eqüinos	343	401	400	540
Asininos	234	223	301	399
Muares	1.300	1.380	1.400	1.700
Ovinos	536	530	650	800
Caprinos	1.540	1.560	1.580	1.700
Aves	29.895	30.091	30.430	32.000

FONTE: Relatório Anual da EMATER/Local, 2007.

Na exploração pecuária, destaca-se a bovinocultura de aptidão mista, constituindo para o agricultor familiar um suporte econômico, além de sua utilidade na alimentação diária. Como suporte econômico, muitos agricultores vendem o produto do leite in natura nas padarias e, onze agricultores comercializam o leite para a indústria de laticínios Cariri, que fica localizada na região do Cariri Paraibano.

No município, a forma de exploração agrícola dos pequenos agricultores é a cultura de sequeiro, totalmente dependente do ciclo de chuvas regulares. Atualmente, as culturas de maior expressividade econômica são: banana, laranja (tangerina e cravo), batata doce, mandioca, milho, feijão, além das hortaliças.

Com relação à produção agrícola, apresentamos as principais culturas temporárias e permanentes, bem como a área cultivada pelos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, conforme **quadro 5**:

¹² Dados do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – 2005.

PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES

	2006		2007		2008	
Produto	Área (ha)	Produção	Área (ha)	Produção	Área (ha)	Produção
Culturas Temporárias						
Feijão(t)	1.850	1.305	1.050	700	900	262
Milho(t)	1.850	1.305	1.050	700	900	262
B.Doce(t)	1.000	12.000	300	2.100	150	550
Mandioca(t)	1.000	12.000	260	2.080	60	180
Culturas Permanentes						
Banana(milh.)	5.000	3.000	4.200	1.700	3.680	1.840
Laranja(milh.)	100	5.000	100	1.000	100	3.000
Manga (milh.)	150	15.000	150	9.000	135	8.100
Tangerina(mil)	300	30.000	300	4.500	300	13.500

FONTE: Relatório Anual da EMATER-PB com Culturas Temporária e Permanente do município de Alagoa Nova-PB, 2007.

Segundo os técnicos da EMATER de Alagoa Nova, houve uma significativa redução da produção nas áreas cultivadas nos últimos três anos com relação aos anos anteriores em virtude da diminuição do índice pluviométrico no município, que atualmente vem ocorrendo, devido, principalmente às mudanças climáticas. Este fenômeno, além de reduzir a produtividade das culturas de maior expressão econômica: a banana e a batata doce, contribuiu também para diminuir a sustentabilidade sócio-econômica dos agricultores familiares do município.

2.3 Caracterizando os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB

Com relação à forma de produzir da maioria dos agricultores familiares, segundo o Relatório de Cadastro de Propriedades do município, ano 2009, ainda predomina o sistema de produção tradicional. Trata-se da combinação de uma policultura de subsistência e de uma criação de pequenos animais – *policultura-pecuária*. Ao tratar desse assunto, Wanderley (1999), informa que esse sistema foi se aperfeiçoando ao longo do tempo até atingir um

equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal.

A produção para o auto consumo ou de subsistência sempre se constituiu uma estratégia fundamental dos agricultores do município de Alagoa Nova, tanto demográfica, social e econômica. Para Wanderley (1999), no último caso, ela se expressa pela capacidade de prover subsistência do grupo familiar em dois níveis complementares: a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes.

Vejamos o calendário agrícola das principais culturas do município produzidas pelos agricultores familiares, conforme **quadro 6**:

CALENDÁRIO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA EM A. NOVA-PB

Culturas	Preparo do Solo	Plantio	Tratos Culturais¹³	Colheita	Comercialização
Feijão	dez-fev	fev-abr	fev-mai	mai-jun	jul-set
Milho	dez-fev	fev-abr	fev-mai	ago-out	out-nov
Mandioca	nov-fev	fev-mai	mar-ago	nov-fev	fev-abr
Banana Seq.	mai-jun	mai-jun	ago-set	mar-mai	mai-jun
Banana Irrig.	ago-set	ago-set	out-nov	jul-ago	set-out
Cana	fev-mai	mai-jul	jul-set	set-fev	set-fev

FONTE: Agenda do Produtor Rural – Banco do Nordeste/2009

2.4 Caracterizando as comunidades e os agricultores familiares participantes da FEAGRO/CG

2.4.1 Comunidade São Tomé

A comunidade de São Tomé está localizada à 12 Km da sede do município, tendo uma estrada de barro que dar acesso à cidade vizinha de Esperança-PB.

¹³ Tratos culturais são: capinas, desbaste, aplicação de defensivos, adubação de cobertura e coroamento.

O clima é temperado, favorável à exploração agrícola, com uma média pluviométrica de 800 mm; o solo da localidade é de textura argilosa que oferece boa adaptação às culturas desenvolvidas com hortifrutigranjeiros, no entanto necessita de adubação; sua topografia é plana e ondulada.

A comunidade é também conhecida por Distrito de São Tomé e/ou Capela de São Tomé. Possui um colégio municipal de ensino fundamental até a segunda fase; um ginásio esportivo; dois orelhões telefônicos; um posto de saúde da família; uma capela para rezar missas, casamentos, batizados etc.; três mercearias e/ou budegas (pequenos estabelecimentos de produtos alimentícios e outros produtos); uma lojinha de confecções; um pequeno açude para abastecer todo o Distrito, barreiros e cacimbas.

No local residem 40 pequenos agricultores familiares, dos quais **três** destes participam da Feira Agropecuária de Campina Grande/PB, os quais entrevistamos, uma vez que eles produzem produtos hortifrutigranjeiros (hortaliças, frutas, feijão, milho e batata doce), numa área total de 18 ha e comercializam os mesmos sem o intermediário.

A área desta região é também muito valorizada pelos restaurantes turísticos existentes, conhecida por área do “Circuito Turístico de Restaurantes do Brejo Paraibano”. Dentre os agricultores pesquisados: um possui um restaurante denominado de “Restaurante Pesque e Pague” (Foto 01). E uma agricultora familiar, junto com os filhos, também possui uma atividade extra com um “bifê” para festas, denominado “Grupo de Bifê de Festas de São Tomé”.



FOTO 01: Restaurante “Pesque Pague”- Circuito Turístico de Restaurantes no Distrito de São Tomé de Alagoa Nova-PB – (Org. GALDINO, 2008).

Para Wanderley (1999), as atividades externas à agricultura familiar que geram renda para a unidade familiar, caracterizam a agricultura como pluriativa, não representando a desagregação do grupo, mas se constitui como elementos positivos com os quais a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras.

2.4.2 Comunidade Serra da Boa Vista

A comunidade Serra da Boa Vista está localizada à 08 Km da sede do município, tendo uma estrada de barro que dar acesso à cidade vizinha de Areia-PB.

O clima é temperado, favorável à exploração agrícola, com uma média pluviométrica 900 mm; o solo da localidade é argiloso, que oferece boa adaptação às culturas desenvolvidas com a fruticultura, principalmente a banana, no entanto necessita de adubação orgânica; sua topografia é ondulada e montanhosa. A comunidade de Boa Vista é conhecida por Serra da Boa Vista, onde no topo da serra pode-se ver toda a cidade de Alagoa Nova (Sede do município), uma parte da cidade de Areia-PB e outra parte da cidade de Massaranduba-PB.

Existe na comunidade um grupo escolar de ensino fundamental até a primeira fase; um orelhão telefônico; um posto de saúde da família; uma capela para rezar missas e celebrações, duas mercearias e/ou bodegas (pequenos estabelecimentos de produtos alimentícios e outros); cacimbas com olho d'água e um riacho no início da serra.

Na comunidade residem 50 agricultores familiares, dos quais **dois** deles foram entrevistados por fazerem parte da Feira Agropecuária de Campina Grande/PB que comercializam produtos hortifrutigranjeiros (hortaliças, feijão, milho, mandioca e banana) produzidos numa área de 04 hectares cada um.

Os agricultores da Serra da Boa Vista, participantes da Feagro, além de poderem comercializar seus produtos diretamente sem a presença do intermediário, desfrutam e moram numa região com paisagens, que vistas do alto da serra, proporcionam também aos moradores uma excelente qualidade de vida.

A Serra da Boa Vista faz parte também do “Circuito Anda Brasil em Alagoa Nova-PB”, sendo rota de parada também pelos “Caminhos do Frio” (Foto 3), que abrange outras cidades do Brejo paraibano, criado pelo governo estadual, em 2005, com parceria com o

SEBRAE-PB (Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas), para o incentivo ao Turismo Rural no Brejo Paraibano (BRAGA, 2008).



FOTO 2: Paisagem da Serra da Boa Vista - “Caminhos do Frio”, Alagoa Nova-PB. (Org. GALDINO, 2008).

2.4.3 Comunidade Aldeia Velha

A comunidade Aldeia Velha está localizada numa distância de 12 Km da cidade sede do município, Alagoa Nova, tendo uma estrada asfaltada que dar acesso à cidade de Campina Grande-PB.

O clima é temperado, favorável à exploração agrícola, com uma média pluviométrica 800 mm; o solo da localidade é de textura argilosa, que oferece boa adaptação às culturas desenvolvidas, principalmente com fruticultura, no entanto, necessita de adubação; sua topografia é ondulada.

A comunidade é conhecida por Aldeia Velha, devido ter sido criada pelos primeiros habitantes do município: Os Índios Bultrins (SALES, 1990). Possui um grupo escolar de ensino fundamental até a primeira fase; um orelhão telefônico; um posto de saúde da família; uma capela para rezar missas; uma bodega (pequeno estabelecimento de produtos alimentícios e outros); cacimbas com “olho d’água” e barreiros.

Na comunidade residem 20 agricultores familiares, dos quais **três** destes foram entrevistados por fazerem parte da Feira Agropecuária de Campina Grande/PB, que produzem e comercializam produtos, tais como: milho, feijão, batata doce e frutas, principalmente a banana, e ainda produtos transformados como bolos, doces, sucos e licores, numa área de 17 hectares para os três agricultores familiares. Sendo a área de um dos participantes, pertencente a uma agricultora que comercializa os produtos transformados, numa área de 03 hectares. Todos comercializam diretamente seus produtos sem o intermediário.

A característica paisagística da comunidade Aldeia Velha é baseada na fruticultura e uma pequena parte de mata virgem (Foto 03).



FOTO 03: Paisagem do restante da mata da Aldeia Velha, fevereiro/2009

2.4.4 Comunidade Bálsamo

A comunidade do Bálsamo está localizada numa distância de 06 km da cidade de Alagoa Nova, tendo uma estrada de barro que leva a ex-barragem de Camará e ao povoado de Cipilho, município de Areia-PB.

Nesta localidade também já existiram engenhos de cana-de-açúcar, como o antigo Engenho São Luis, que pertence partes das terras as cidade de Areia e de Alagoa Nova,

conhecido pelas paisagens com árvores frutíferas, árvores ornamentais e da mata ciliar, que cobria todo o rio riachão, afluente do rio Mamanguape – bacia hidrográfica do Brejo Paraibano.

Foi nas proximidades do local do ex-engenho São Luis, dentro do município de Alagoa Nova, que foi construída a barragem de Camará, à qual foi rompida em junho de 2004, lugar onde, segundo depoimentos, viveu o escritor José Borges de Sales, que o levou a escrever o livro intitulado: Alagoa Nova: Notícias para sua História, no qual se refere à cidade de Alagoa Nova como “*A verdejante esmeralda dos Bultrins*” (SALES, 1990, p. 13), em referência ao verde do lugar e ao aldeamento primitivo dos índios Bultrins, primeiros habitantes do local.

A referida comunidade, além das paisagens verdes, localiza-se perto da cachoeira conhecida por “Cachoeira de Noberto”. Tendo sido também por estes fatores, que foi criada na localidade uma parte da “Trilha Ecológica do Brejo Paraibano”. (Foto 04):



FOTO 04 – Trilha Ecológica - “Cachoeira de Noberto” – Alagoa Nova-PB (Org. GALDINO, 2008).

Segundo dados no Relatório sobre o “Turismo Rural” de Alagoa Nova (2007), esta trilha faz parte da agenda do “Turismo rural” de Alagoa Nova, criada durante a gestão do governo municipal de 2007, para expandir o desenvolvimento econômico, sócio-cultural e ambiental do município.

O clima é temperado, favorável à exploração agrícola, com uma média pluviométrica de 900 mm, o solo da localidade é de textura areno/argiloso, que oferece boa

adaptação às culturas desenvolvidas, principalmente a banana e a cana de açúcar; sua topografia é quase ondulada.

Nessa comunidade residem 20 agricultores familiares, dos quais **um** deles foi entrevistado, por fazer parte da Feira Agropecuária, o qual produz e comercializa sua principal cultura: a banana, diretamente na referida Feira sem a presença do intermediário.

2.4.5 Comunidade Bacupari

A comunidade do Bacupari está localizada numa distância de 09 km da cidade de Alagoa Nova, tendo uma estrada de barro: Várzea Nova que leva à cidade Areia-PB.

Na comunidade encontra-se um Grupo Escolar de Ensino Fundamental, um pequeno estabelecimento comercial (bodega) para vender produtos alimentícios e outros produtos, principalmente a “pinga brejeira” (cachaça). Também no local ainda possui resquícios do Engenho Antigo. (Foto 05):



FOTO 05: “Engenho Antigo” (Org. GALDINO, 2008)

O clima é temperado, favorável à exploração agrícola, com uma média pluviométrica de 900 mm; o solo da localidade é de textura areno/argiloso, que oferece boa adaptação às culturas desenvolvidas, principalmente a banana de sequeiro, milho, feijão e

mandioca e outras frutíferas como a manga, jaca, caju e goiaba. Sua topografia é quase ondulada.

Na comunidade residem 20 agricultores familiares, dos quais **um** deles foi entrevistado por participar do grupo de agricultores da Feira Agropecuária. O mesmo cultiva e comercializa os produtos de milho, feijão, hortaliças e algumas frutas como a manga, jaca e caju, sem a interferência do intermediário.

2.5 Caracterizando a Feira Agropecuária - FEAGRO/CG

2.5.1 O surgimento da FEAGRO/CG

Quando na época da realização da primeira Feira agropecuária, a pesquisadora já fazia parte do quadro funcional da EMATER de Alagoa Nova, à qual participou como apoio humano, acompanhando os agricultores familiares à primeira Feira, juntamente com os técnicos daquela instituição.

A FEAGRO/CG – Feira Agropecuária Regional de Campina Grande-PB, surge em meio à comemoração do “Dia do Agricultor”, em 26 de julho de 1996, com a participação de alguns municípios pertencentes na época a coordenadoria regional da EMATER/Campina Grande: Alagoa Nova, Lagoa Seca, Matinhas, Massaranduba, São Sebastião de Lagoa de Roça, Queimadas, Pocinhos, Boqueirão e o próprio município de Campina Grande. Inicialmente, de toda a região, faziam parte cerca de cinquenta agricultores familiares. Os agricultores participantes de Alagoa Nova eram vinte agricultores familiares.

De acordo com os técnicos da EMATER/CG dois motivos levaram à criação da FEAGRO: primeiro, a EMATER-PB não podia sobreviver sem prestar assistência ao homem do campo. Pois, devido às mudanças impostas pelo neoliberalismo, não só na economia, mas também na forma político-administrativa com a descentralização, esta instituição precisava também buscar alternativas para dar continuidade ao seu trabalho, pensando agora no desenvolvimento local das comunidades, assistidas por ela. O segundo motivo que levou os técnicos a buscarem condições para a concretização da FEAGRO estava intrinsecamente correlacionado à realidade vivida pelos agricultores familiares – a presença do intermediário

e/ou atravessador – que precisava ser eliminado dessa relação desigual e injusta (TEDESCO et. al., 1999).

Assim, antes do surgimento e concretização da FEAGRO/CG, a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar em Alagoa Nova-PB, se verificava em quase sua totalidade, através dos intermediários. Estes estabeleciam uma relação de exploração, marcada pela compra dos produtos hortifrutigranjeiros abaixo do preço instituído pelo mercado, gerando um descontentamento para todo grupo familiar rural, e um abuso de preço para o consumidor. Para Tedesco et. al (1999), a comercialização entre os agricultores rurais somente é viável a partir da eliminação de um maior número possível de intermediários, uma vez que eles fazem parte de uma peça importante no universo constituído pelo mercado, cuja lógica ainda não inclui a função da agricultura familiar.

Além disso, a penetração deste elemento na relação da produção familiar em estudo, contribuiu, por muito tempo, para inexistência de uma mentalidade independente capaz de buscar sustentabilidade política e sócio-econômica, por melhores condições de vida num espaço competitivo e compatível com sua realidade demográfico-espacial.

2.5.2 Descrição do empreendimento FEAGRO/CG

A Feira se localiza na porção central da cidade de Campina Grande-PB, no local denominado “PARQUE DO POVO”. O local abrange uma área de aproximadamente 42.500 m². A Feira ocupa apenas a área coberta do parque (pirâmide) que tem cerca de 2.000 m². (Foto 06):



FOTO 06: Pirâmide do Parque do Povo, em C. Grande: (Org. FERNANDES NETO, 2007).

Na área de realização do empreendimento, encontram-se instalados aproximadamente 40 bancas de produtos agropecuários e artesanais, e entre estes, os agricultores familiares de Alagoa Nova-PB com seus produtos hortifrutigranjeiros e produtos transformados.

Segundo entrevista com o atual Coordenador Regional da EMATER/CG, a Feira Agropecuária no Parque do Povo – FEAGRO - foi sancionada no dia 20 de setembro, através da Lei Nº 4.314. O prefeito em exercício na ocasião, em conjunto a Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande, reconheceu e legitimou a FEAGRO como sendo uma Feira de utilidade pública municipal.

2.5.3 A FEAGRO cria sua Associação

Segundo entrevista com o primeiro presidente da Associação dos Agricultores do Compartimento da Borborema: AACB – da FEAGRO, dois motivos muito fortes levaram a criação da Associação, primeiro, para fortalecer a alternativa de comercialização dos produtos vindos das propriedades e/ou sítios dos próprios agricultores, buscando desta forma, eliminar a presença do intermediário e/ou atravessador; segundo motivo, como espaço democrático para buscar condições sustentáveis com políticas públicas, como também resolver problemas, principalmente de ordem político-institucional.

No início da concretização da FEAGRO/CG, através da Associação, o fortalecimento da referida Feira se dava pela tomada de decisão com gerenciamento contínuo, organização da produção com planejamento e, principalmente, com a não comercialização na Feira com produtos trazidos de fora, ou seja, comercializar apenas os produtos próprios das unidades de produção.

Nos primeiros relatórios em Atas da Associação na EMATER de Campina Grande, mais precisamente em 1998, após dois anos da criação da FEAGRO, constam que foram oferecidos pela EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural da Paraíba) e SINE-PB (Sistema Nacional de Empregos da Paraíba) cursos de capacitação em “qualidade total” e “agregação de valor aos produtos”, e curso para “comercializar entendendo de competitividade”, oferecido pelo SEBRAE-PB.

Com relação a este curso, um dos primeiros sócios, hoje não mais participante da Feira, declarou:

[...] Fica difícil prá gente entender de melhorar a “cara” – aparência – do produto, pois até já participei de curso pelo SEBRAE, mas, num sei não moça, eu não vi a moça que deu o curso fazer essa tal de “agregação de valor.” (Agricultor 02)

Percebemos neste depoimento que o conceito teórico de agregação de valor não foi suficiente para que o agricultor absorvesse a noção de “mercado com competitividade”, pois na prática o facilitador do curso não conseguiu relacionar esse conceito à experiência do agricultor.

Com relação aos problemas de ordem político-institucional, entrevistamos, principalmente os primeiros sócios da AACB que ainda são participantes da Feira, os quais foram unânimes em declarar que a Associação não realiza mais suas funções políticas como nos primeiros anos, pois, além de não se discutir mais a questão da produção com práticas orgânicas, os preços das mercadorias e a qualidade do produto, não se reivindicam os direitos de ordem político-institucional, como a presença da EMATER-PB em suas comunidades, o afastamento dos intermediários, que já invadiram o espaço ao redor da Feira dos Agricultores no local da Pirâmide do Parque do Povo e a falta de decisão democrática dos agricultores com relação à autonomia política da FEAGRO/CG.

Segundo os primeiros sócios, a mesma serve apenas como função administrativa para adquirir fundos, através do pagamento de uma taxa de R\$ 4,00 por Feira, para pagar despesas extras com ajudantes que colocam os bancos no local, para a realização da mesma e outros problemas administrativos que necessitem ser resolvidos.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

“[...] É por isso que digo: A Terra é a Mãe, e se é mãe, ela protege, mas só protege se a gente a proteger também, porque se a gente não se cuida, sofre e morre logo cedo, do mesmo jeito é com a terra que precisamos proteger, cuidar e preservar” (O. P. - Agricultora 3).

*“[...] a terra é para todos, pois é ela quem dá o sustento, seja prá o rico, que compra o alimento, ou prá o pobre, que recebe.”
(M. P. - Agricultor 6)*

3. A BUSCA DA SUSTENTABILIDADE PELOS AGRICULTORES FAMILIARES, PARTICIPANTES DA FEAGRO/CG

Um dos principais objetivos em estudos de caso, segundo Yin (2001), é chegar a uma explanação geral ou “teoria” passível de generalização. Entretanto, diferentemente das pesquisas calcadas em análise estatística, não há fórmulas já consagradas para levar a cabo esse desiderato nesse tipo de investigação. Por isso, a qualidade do trabalho de generalização analítica *“[...] depende muito do próprio estilo rigoroso de pensar que o pesquisador possui, juntamente com a apresentação suficiente de evidências e a análise cuidadosa de interpretações alternativa.”* (YIN, 2001, p. 132).

No intuito de validar os resultados, qualificando-os como fidedignos e confiáveis, neste estudo de caso, o objetivo principal deste capítulo é tentar responder aos objetivos propostos, através da trajetória de vida dos agricultores familiares antes e depois da Feagro, da identificação da construção da sustentabilidade e ainda verificando quais as mudanças que realmente ocorreram e que podem ser identificadas como sustentáveis que contribuíram na qualidade de vida após a participação na FEAGRO.

Realizamos algumas interpretações quantitativas de forma individual e coletiva, que foram colocadas em tabelas e gráficos sobre a renda familiar com a comercialização dos produtos agrícolas na Feagro e com a renda extra de alguns agricultores, que nos ajudam também entender a realidade da sustentabilidade do grupo focal (os agricultores familiares participantes da Feagro).

3.1 Sustentabilidade econômica e sócio-cultural

A análise que pretendemos desenvolver aqui neste item, a partir dos dados alcançados pela pesquisa com os agricultores familiares, participantes da Feagro, nas dimensões econômica e sócio-cultural é quase que totalmente qualitativa, porque, mesmo com relação à questão econômica, o que é mais importante é a análise interpretativa desta questão com as diferentes condições sócio-culturais entre eles, devido, principalmente ao espaço-cultural onde estão inseridos com seus valores, costumes, modos de vida e/ou relações de ser, que, segundo De Souza Silva (2008, p. 19), “*sustentam e dão sentido à vida*”.

Esclarecemos que, a análise quantitativa dos dados econômicos com a renda familiar obtida da comercialização na Feagro e da renda extra de alguns dos agricultores, corresponde aos 02 últimos anos: 2007 e 2008, pois foi com muito esforço que obtivemos algumas informações que nos fizeram quantificá-los, tendo em vista que os agricultores familiares não dispõem da prática de registros sobre receitas com despesas, lucros e/ou quaisquer outros dados que precisem ser registrados com relação a comercialização no local do empreendimento Feagro ou de outro empreendimento, e ainda resistem comentar sobre tal questão.

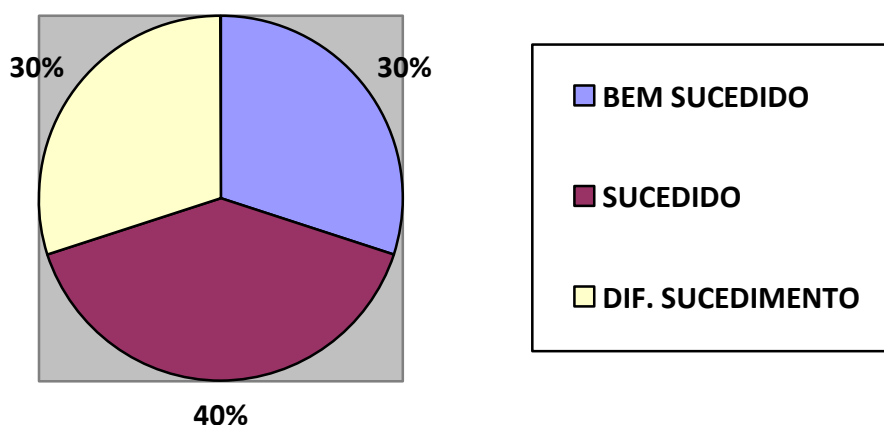
Embora a renda obtida da agricultura através da participação na Feagro, constitua-se a principal fonte da maioria dos agricultores familiares, seja diretamente pela venda da produção ou indiretamente pelo consumo dos produtos produzidos, não podemos desconsiderar no cálculo da renda familiar os recursos financeiros obtidos, de alguns agricultores, com outras atividades extras: comércio, salários ou com ajuda financeira de filhos e aposentadorias, já que é uma realidade também presente e que reflete no tipo de vida vulnerável ou sustentável dos agricultores familiares. Em relação à atividade extra com comércio ou outra, Wanderley (1996, p. 31) chama de ‘pluriatividade’, considerando que “*o trabalho externo se constitui como um elemento positivo que a família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras*”.

Dentro da amostra com os dez agricultores familiares, participantes da Feira Agropecuária, gostaríamos de destacar os seis agricultores que possuem rendas extras à agricultura familiar: o primeiro agricultor possui um pequeno restaurante, que também é abastecido com produtos do sítio; o segundo agricultor e sua esposa recebem salários

mínimos (de motorista e merendeira), a terceira, que é uma agricultora, casada com um agricultor aposentado, ainda trabalha com um filho solteiro e uma filha solteira na atividade da agricultura e também com outra atividade: preparação de festas, através de um ‘bifê’ – “Bifê de Festas do Grupo São Tomé” –; o quarto agricultor recebe ajuda financeira de dois filhos casados; o quinto, que é o casal de agricultor familiar da amostra, trabalha, além da Feagro, no “Bifê” do grupo de festas; e o sexto agricultor, além do trabalho com a agricultura, é aposentado.

Ressaltamos as diferenças econômicas e sócio-culturais entre os agricultores familiares, para identificar quais os fatores potencializam ou dificultam o avanço da busca pela sustentabilidade para uma melhor qualidade de vida. E, para melhor entender essas diferenças entre eles, os distribuímos em três categorias quanto ao grau de sucedimento econômico e sócio-cultural com a participação na Feagro: **Agricultores bem sucedidos, agricultores em busca de ser bem sucedidos e os agricultores com dificuldades de ser bem sucedidos**, ou seja, estes, apesar de estarem comercializando seu próprio produto na Feagro, possuem dificuldades para gerenciá-los concomitantemente relacionado com outros fatores além do econômico, conforme o gráfico 1:

Gráfico 1 - Distribuição dos agricultores quanto ao grau de sucedimento econômico e sócio-cultural.



Como o problema em estudo é verificar como os agricultores familiares estão buscando sustentabilidade, através da comercialização dos seus produtos agrícolas na FEAGRO/CG, consideramos imprescindível complementar as análises de viabilidades sustentáveis econômicas e sócio-culturais da produção agrícola familiar com as análises das condições de sustentabilidade ambiental, político-institucional e ética, que serão apresentadas nos próximos itens, tendo em vista que a sustentabilidade envolve todas estas dimensões.

Logo, para que os agricultores familiares, participantes da Feira, possam buscar e/ou conquistar a sustentabilidade, não é preciso somente que comercializem seus produtos diretamente sem a presença do intermediário, objetivo principal da criação da FEAGRO/CG desde 1996, mas que possuam condições dignas de vida tais como: moradia, acesso à saúde, escolas, acesso a bens de consumo, estradas em boas condições, transporte, lazer, condições ambientais sem degradações, acesso as políticas públicas, participação política e democrática com decisão em suas associações (na comunidade e na própria FEAGRO).

3.1.1 Condições econômico-sociais dos agricultores familiares a partir da análise quantitativa com a renda da comercialização na FEAGRO e a renda extra de alguns agricultores

Para entender o conjunto dimensional da sustentabilidade, citado neste sub-item, primeiro tentamos fazer uma análise quantitativa dos dados informados nas entrevistas, demonstrando-os através de tabelas e gráficos, sobre a renda familiar com a comercialização na FEAGRO e com as rendas extras de seis agricultores, e a partir daí fazemos uma interpretação sobre o conjunto dimensional: econômico e sócio-cultural.

Para conseguir as informações sobre a renda econômica com a comercialização na Feira e outras, já que eles não possuem anotações e se omitem a falar sobre esta questão, fizemos algumas perguntas semi-diretivas, que fluiu no momento quando eles se empojavam falando do passado com a presença do atravessador que levava todo o lucro de seus trabalhos, sem nem mesmo deixar cobrir as despesas com a produção. Assim, aproveitamos a oportunidade para registrar os seus depoimentos. No momento oportuno fizemos à pergunta chave, que centrou-se na questão da média da renda mensal com a da comercialização, hoje, sem o intermediário, já incluindo as despesas que afirmaram existir por meio da produção, incluindo: preparação do solo, adubação química e orgânica, plantio, tratos culturais, compras de sementes, trabalho com terceiros e transporte dos produtos. A partir das respostas dessas questões conseguimos obter os cálculos simplificados sobre a renda familiar com a comercialização na Feagro e com a renda extra dos agricultores.

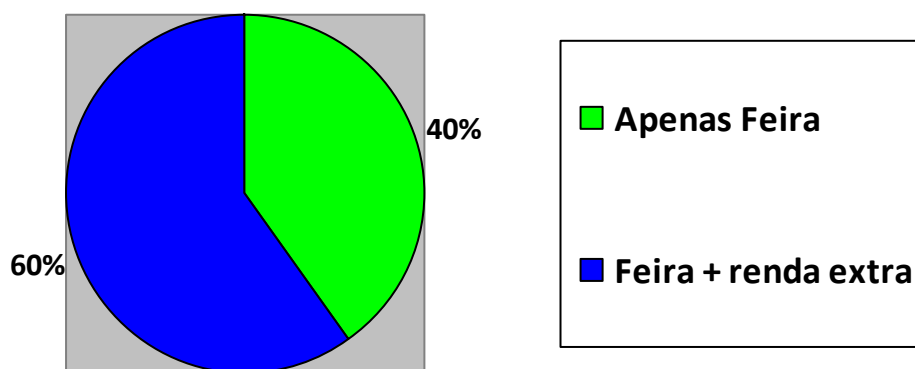
Analizamos, ainda, além das falas dos agricultores, os dados contidos nas entrevistas com os dois técnicos da EMATER, que às vezes acompanham os agricultores familiares na FEAGRO/CG: um extensionista rural da área econômica e uma extensionista rural da área social.

Esclarecemos que não incluímos a renda das atividades agrícolas para o auto consumo, nem as despesas da família com outros produtos alimentícios não produzidos na propriedade ou com produtos como: de limpeza, cosméticos, remédios, roupas, calçados e outros produtos necessários à unidade doméstica, uma vez que não se trata de um cálculo de renda bruta com um orçamento familiar completo.

Esclarecemos ainda, que apesar dos agricultores familiares já terem participado de cursos de capacitação sobre administração rural, através da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba) e SINE (Sistema Nacional de Emprego), os mesmos não costumam registrar os dados de receitas com lucros ou despesas nas propriedades ou no empreendimento FEAGRO e ainda se mostram resistentes em falar sobre o assunto.

Realizamos então a interpretação dos dados, procurando entendê-los mais próximos da realidade, que resultou num cálculo simplificado, a partir da média da renda mensal com a comercialização pela Feira da Feagro e com a média da renda extra dos seis agricultores. Ver Gráfico 2:

Gráfico 2 - Distribuição da frequência quanto a origem de rendas dos agricultores



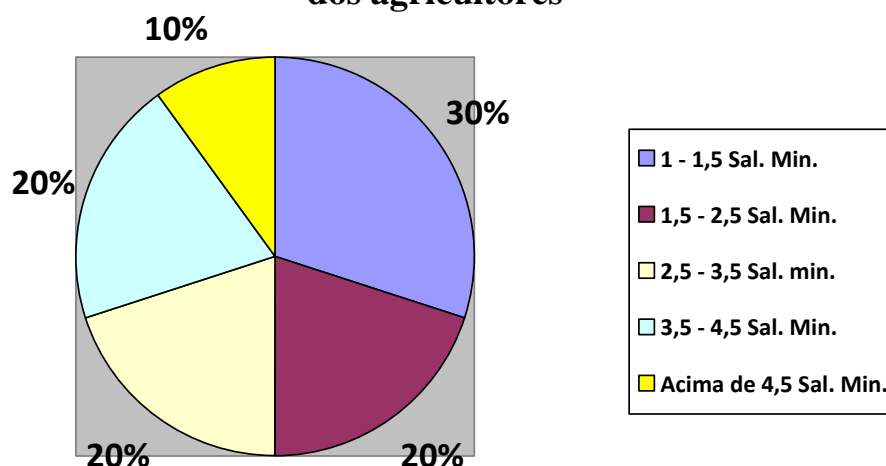
Apresentamos, primeiramente, a renda familiar com a comercialização na Feagro e com a renda extra dos agricultores considerados bem sucedidos, que iremos chamá-los de agricultores e agricultoras: **01, 02 e 03**, das comunidades e/ou sítios: (Sítio: Bálsamo - 01 agricultor, e Sítio: São Tomé - 01 agricultor e 01 agricultora); em seguida as rendas dos agricultores considerados sucedidos, que iremos chamá-los de agricultores: **04, 05 06 e 07**, das comunidades e/ou sítios: (Sítio: Aldeia Velha - 02 agricultores, Sítio: São Tomé - 01 agricultor e Sítio: Bacupari - 01 agricultor); e por fim, àqueles agricultores (as) que apesar de

fugirem do intermediário e comercializarem seus próprios produtos são considerados agricultores familiares com dificuldade de ser bem sucedido ou sucedido, que iremos chamá-los de agricultores e agricultora **08, 09 e 10**, das comunidades e/ou sítios: (Sítio: Boa Vista - 02 agricultores e Sítio: Aldeia Velha - 01 agricultora).

Esclarecemos, porém, que o resultado quantitativo foi obtidos da seguinte forma: 1º: A partir da informação da média da renda mensal com a comercialização na Feagro e com a média mensal da renda extra dos seis agricultores com comércios, salários, ajuda de filhos e aposentadorias, (coluna 2 na tabela), obtivemos a renda anual com a comercialização (coluna 3 na tabela) e a renda anual extra (coluna 4); 2º: Para obter a média anual total das duas rendas (coluna 5 na tabela), fizemos alguns cálculos de porcentagens referentes as despesas, declarados por cada um na produção com: preparação do terreno, adubação orgânica e química, plantio, transporte e ajuda de terceiros, para levar o produto até à Feira para a comercialização, e as existentes com as atividades comerciais. A partir daí diminuimos o valor encontrado das rendas, depois somamos os valores das duas rendas médias anuais das duas atividades do valor encontrado com as despesas, resultando no valor da média anual da renda total do agricultor.

Vejamos a seguir a apresentação de cada um dos agricultores familiares, os cálculos simplificados da renda familiar com a comercialização e com a renda extra colocados nas tabelas, de forma individual, em relação aos anos 2007 e 2008; os comentários referentes à busca pela sustentabilidade; e ainda o gráfico em que apresentamos a posição do grupo focal – os agricultores familiares – com relação à distribuição da renda média mensal referente ao salário mínimo. Ver Gráfico 3:

Gráfico 3 - Distribuição da renda média mensal dos agricultores



↔ **Agricultor (1), considerado bem sucedido**

Nasceu em 1969, casado, mora com a esposa e duas filhas, das quais, a mais velha de 18 anos de idade o acompanha como ajudante na comercialização dos seus produtos na Feagro. A família se beneficia da renda da comercialização de seus produtos na referida Feira, hoje, em segundo plano, pois possui um pequeno empreendimento comercial: “Restaurante Pesque e Pague”, que nos últimos dois anos tornou-se o principal sustento da família no mesmo local onde residem: Sítio São Tomé, numa área de 12 hectares. (Ver rendas, Tabela 01):

TABELA 01
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E COM A RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média da Renda Anual com a Comercialização	Média da Renda Extra Anual	Média Anual das Rendas (- as despesas)
2007	2.050,00	9.600,00	15.000,00	11.340,00
2008	2.200,00	7.200,00	19.200,00	16.320,00

FONTE: Entrevista com o agricultor e a esposa no escritório da EMATER-A.Nova-PB, em janeiro/2009.

Segundo declarou o agricultor (1), o ano de 2007 foi um ano de pouca chuva, e não lhe proporcionou o esperado com as vendas das hortaliças (tomate, coentro, cebolinha, salsa, alface e pimentão), além do milho, feijão e batata doce, que comercializou na Feira Agropecuária Campina Grande. (Foto 07):



(FOTO 07: FEAGRO/CG, Parque do Povo, C. Grande, em janeiro/2009).

Já com relação à atividade comercial do seu “Restaurante Pesque e Pague”, obteve uma renda superior, que, segundo o agricultor (1), tornou-se mais importante para a família, mesmo com mais despesas do que a conseguida com a dos produtos comercializados na Feira.

As despesas declaradas pelo agricultor (1) com a produção de seus produtos agrícolas para comercialização foram em torno de 40% das receitas: plantio das hortaliças, compras de sementes, plantio das sementes, com o pagamento a um diarista para ajudar na colheita e seleção das mesmas, e ainda com a ajuda de um diarista para levar as verduras à Feira, quando não pode contar com as filhas, durante o período da frequência às escolas. As despesas com o comércio no restaurante (bebidas, conservas, alimentos, acessórios descartáveis e outros) foram em torno de 50% das receitas, no entanto, este lhe proporcionou uma maior renda.

Declarou o agricultor (1), que a média de sua renda mensal com a comercialização dos produtos na Feagro, no ano de 2007, foi em torno de R\$ 800,00 e da renda mensal extra com a atividade comercial do restaurante foi em torno de R\$ 1.250,00, totalizando uma média mensal de R\$ 2.050,00; sendo que a média da renda anual com a comercialização na Feagro foi de R\$ 9.600,00 e a da atividade extra foi de R\$ 15.000,00. Logo, a renda média anual referentes às duas atividades, em 2007, foi de R\$ 11.340,00, após calculadas as despesas de 40% das receitas (com a Feira) e de 50% das receitas (com o comércio do restaurante).

Em 2008, apesar de ter sido um ano mais chuvoso com relação ao ano anterior, não proporcionou ao agricultor uma melhor renda anual, devido à queima das hortaliças, com dias prolongados de chuva, já que as mesmas são de qualidade orgânica, precisam ser balanceadas por sol e chuva regulares. Assim, diminuiu a venda dos seus produtos agrícolas na Feagro. Com relação à atividade com o restaurante, aumentou a renda extra em relação ao ano anterior, tendo em vista o aumento de peixe no açude e também a procura por lazer nesta região turística de Alagoa Nova-PB. Ambas as despesas com as duas atividades: a produção para comercializar na Feira e com os gastos para o restaurante foram em torno de 30% das receitas, cada uma delas. A média da renda mensal com a atividade da comercialização na Feagro foi em torno de R\$ 600,00 e a da renda extra com a atividade do comércio com o restaurante foi em torno de R\$ 1.600,00. Um aumento bastante significativo da renda na atividade extra em relação ao ano anterior. A média da renda anual com a comercialização foi em torno de R\$ 7.200,00 e a média da renda extra com a atividade comercial do restaurante foi em torno de R\$ 19.200,00. Logo, se as despesas com a produção,

comercialização e com as existentes com o restaurante foram em torno de 30% das receitas, a média da renda anual com as duas atividades foi de R\$ 16.320,00, em 2008.

Logo, constatamos pelos depoimentos deste agricultor e de sua esposa que há uma boa perspectiva de melhora na qualidade de vida econômica e sócio-cultural, e até ambiental, tendo em vista que sua propriedade está localizada numa região turística do município de Alagoa Nova com muito verde e água, favorável a preservação e lazer.

Vejamos o que declarou a esposa do agricultor (1) quando perguntamos o que a Feira da Feagro representa para a família em termos de sustentabilidade econômico-social.

A minha sogra que também é agricultora e comercializa na Feagro, foi quem levou meu esposo para fazer parte do grupo, já que se tinha a nossa própria terra. Ela, minha sogra, sempre acreditou em dias melhores, pois antes entregávamos toda nossa verdura aos atravessadores, na antiga CEASA de Campina Grande, e outros produtos como milho, feijão e batata doce eram para o consumo de casa. Aí, ao levar seu filho junto com ela, descobrimos que poderíamos viver sem a ajuda da minha sogra financeiramente, só tirando o sustento com a nossa terra, plantando e comercializando àqueles produtos. Só entramos na Feira no ano de 2000, pois como se sabe, ela existe desde 1996. Depois de comercializar na Feira, principalmente pelos fregueses procurarem mais por produtos orgânicos, falando de produtos sem agrotóxicos, e que estes produtos ainda são difíceis de segurar toda semana na feira, começamos a compreender melhor que tínhamos uma localização privilegiada da nossa terra com muita água e com muito verde, e a nossa renda poderia aumentar se também criássemos um ponto comercial tipo restaurante. E como na redondeza já existiam dois restaurantes: O Bianão e o restaurante Pirauá, pensamos aproveitar o açude para o pesque e pague, que de início só existia uma tenda, foi daí que surgiu nosso pequeno restaurante, mas que hoje pesa mais para nossa renda do que a comercialização dos produtos na Feagro. Mas, tudo começou por ela, pela Feira, é tanto que quem está indo mais à Feagro, quando precisamos atender fregueses na sexta-feira no restaurante, é minha filha de 16 anos, que já estuda o ensino médio, e disse que quer fazer o curso de Administração de Empresas para melhorar e dar continuidade aos empreendimentos. Estamos mais felizes ainda porque nossa área está localizada na região do “Circuito Turístico de Restaurantes do Brejo Paraibano” em Alagoa Nova-PB, que também vendo beneficiada, devido à criação da Festa da Galinha de Capoeira de Alagoa Nova. (Esposa do agricultor 1)

↔ Agricultor (2), considerado bem sucedido

Nasceu em 1955, casado, pai de três filhos. Reside na cidade e moram com ele: a esposa, um filho com a esposa e dois netos. A família além da renda com a agricultura (comercialização) possui outras rendas: O agricultor tem um contrato de motorista para

transportar merenda escolar no município e a sua esposa é funcionária municipal como merendeira. O filho casado sobrevive da pequena renda que seu pai lhe paga como ajudante na propriedade denominada de Sítio Bálsamo, com uma área 10 hectares. (Ver rendas, Tabela 02):

TABELA 02
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR COM A
COMERCIALIZAÇÃO E RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Renda Anual com a comercialização	Renda Extra Anual	Média Anual das Rendas (c/ as despesas)
2007	1.520,00	9.600,00	8.640,00	12.480,00
2008	1.830,00	12.000,00	9.960,00	18.360,00

FONTE: Entrevista com o agricultor e a esposa na residência da cidade de Alagoa Nova, no mês de janeiro/2009.

Para o agricultor (2), os anos de 2007 e 2008 proporcionaram resultados satisfatórios advindos das atividades agrícolas com frutas (manga, jaca, cajú, laranja pêra e banana pacovan, que é seu principal produto) através da comercialização na Feagro. Como podemos observar a renda retirada da Feira com a comercialização é maior em relação à renda extra, que é o somatório dos salários recebidos pelo casal, em ambos os anos.

Declarou que a média da renda mensal com a Feagro no ano de 2007, foi em torno de R\$ 800,00, ficando o restante de R\$ 720,00 com os salários mínimos da esposa e do salário recebido para transportar à merenda escolar da prefeitura às escolas do município. As despesas com a produção: adubação orgânica, plantio, tratos culturais, colheita e transporte dos produtos, foram em torno de 40% das receitas, naquele ano, que rendeu ao agricultor (2), somado com os salários o valor de R\$ 12.480,00, correspondente a média da renda anual total (coluna 5 na tabela). Na coluna 03 da tabela temos o valor de R\$ 9.600, que correspondente ao valor da renda anual com a comercialização, e na coluna 04, correspondente a renda anual extra (salários), o valor de R\$ 8.640,00.

Já as rendas correspondentes ao ano de 2008 foram maiores que 2007, que segundo o agricultor (2) lhe proporcionou uma grande melhora em termos de investimento. A média da renda mensal foi de R\$ 1.830,00, somada aos salários, já as despesas no ano de 2008, declaradas, foram de 30% das receitas apenas com a produção agrícola e comercialização, resultando para na renda média total anual de R\$18.360,00.

Pudemos ainda compreender que a comercialização dos seus produtos na Feagro é muito importante para a família, não apenas em termos de maior rendimento, mas pela

oportunidade de buscar crescer preocupando-se com a questão ambiental para melhorar a sua produção e oferecer produtos com qualidade. Pois, segundo este agricultor, hoje, dispensa o uso total de produtos químicos e utiliza apenas o adubo orgânico de esterco de gado na bananeira, não faz queimadas no solo e seleciona o produto antes de levá-lo à Feira, fazendo com que estas práticas o façam crescer economicamente, socialmente e ambientalmente de forma sustentável.

Também se referiu à Feira como uma grande vitória para afastar de suas vidas o tão conhecido atravessador, que comprava seu produto por um preço muito abaixo do mercado, ganhando este através de seu trabalho.

O agricultor, ao falar de sua vida antes da comercialização na Feagro, quando entregava seu produto ao intermediário, principalmente a banana, ficou bastante emocionado e, falando ainda de suas dificuldades e luta com a agricultura naquela época, declarou:

A FEAGRO é tudo pra mim e minha família. Fazia muitos anos, desde os tempos que morei na terrinha do meu pai, que nunca estive tão tranquilo como agora. Lutava muito com plantação apenas de milho, feijão, mandioca e batata doce para vender na feirinha de Alagoa Nova, mas apenas um pouquinho, pois tinha que deixar o do sustento da família, e a banana, esta sempre foi meu suporte, pois mesmo entregando ao atravessador, era dela que conseguia as outras coisas pra manter o sítio e a família. Sempre me preocupei com esta questão de independência, desde os tempos que fui presidente da associação da minha comunidade, quando morava em Boa Vista. Esse tempo foi muito bom, cheguei até ser vereador, como sabem, mas Deus me livre disto mais. Aí surgiu a Feagro, pois sou um dos primeiros agricultores a fazer parte, graças a Deus, digo muitas vezes, pois com a comercialização, principalmente da minha banana, eu conheci outras pessoas que além da Feira eu entrego em Quitandas de Campina Grande e outras cidades. Até já consegui negociar meu sítio antigo com este novo que comprei na comunidade do Bálsamo, com muita água e com solo muito rico, mas mesmo assim procuro sempre adubar com esterco de gado: o orgânico. Só fico preocupado porque existe um grande produtor de cana de açúcar, vizinho do meu sítio, que faz adubação química e quando chove sei que este produto vai pelas águas até minha propriedade. Tirando isto, já construí a minha casa na “rua”, ou seja na cidade, onde moramos com nosso filho mais novo que casou e que me ajuda no sítio. Sim, minha vida tem mudado pra melhor com a participação na Feagro, que até já comprei meu caminhão, de segunda mão, mas é bom, e posso também levar algumas frutas do meu irmão que ainda tá lá na Serra da Boa Vista, que não é tão bem sucedido como nós, mas continua trabalhando com a terrinha que foi de pai e por isso, ainda dou muitas graças a Deus. (Foto 8):



(FOTO 08: FEAGRO/CG - Parque do Povo, C. Grande, janeiro/2009).

Percebemos pelo depoimento acima que o agricultor vem buscando sustentabilidade, adquirindo uma melhor qualidade de vida, através da Feagro, pois, além de obter uma melhor condição econômico-social vem se preocupando com a questão ambiental no seu sítio e também se preocupando com problemas ambientais vindos de fora da sua propriedade, pois declarou que existe uma grande propriedade, vizinha à sua, que seu proprietário utiliza uma grande quantidade de agrotóxico, o qual chega ao seu local através do vento e da água de chuva que penetra no solo.

São exemplos de problemas como estes com questões ambientais, que mesmo não podendo ser resolvidos pelo agricultor, precisam ser levados ao conhecimento da Associação, dos órgãos governamentais de sua competência, ao conhecimento da sociedade e ou ainda à justiça para fazer valer a legislação ambiental.

↔Agricultora (3) considerada bem sucedida

Nasceu em 1946, casada, mãe de 08 filhos, mora com o esposo aposentado, 03 filhos solteiros e 02 filhas solteiras no sítio denominado São Tomé de Cima, numa área de 6,0 ha. Os outros três são casados e vivem dos seus próprios trabalhos em suas partes de terra. A agricultora, os filhos e as filhas que moram com ela, além de trabalhar com agricultura e comercializar na Feira, possuem uma renda extra voltada para preparação de festas com “bifê”, denominado de: “Grupo de Bifê de Festas de São Tomé.” (Ver rendas, Tabela 3):

TABELA 03
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR COM A
COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E COM A RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Renda Anual com a comercialização	Renda Anual Extra	Média Anual das Rendas (c/ as despesas)
2007	1.600,00	7.200,00	12.000,00	12.240,00
2008	1.800,00	7.200,00	14.400,00	16.080,00

FONTE: Entrevista com a agricultora no Escritório da EMATER/Alagoa Nova, jan./2009.

Segundo a agricultora (3), o ano de 2007, foi um ano bom em relação à renda com a comercialização dos seus produtos na Feira Agropecuária: As frutas – manga, cajú, jaca e acerola; hortaliças: Coentro, cebolinha, alface e tomate; algumas flores; e ainda milho, feijão, batata doce e inhame, pois obteve uma renda média anual em torno de R\$ 7.200,00, devido à média da renda mensal com a comercialização ter sido em torno de R\$ 600,00. Já com relação à renda extra (a aposentadoria do esposo e do trabalho com a atividade do “Bifê de Festas” realizada com os filhos) disse ter sido muito boa, em torno de R\$ 1.000,00 reais mensais, totalizando, portanto, a média da renda mensal em R\$ 1.600,00. As despesas com a produção para a comercialização neste ano foi em torno de 30% do montante comercializado, e a do empreendimento extra, foi em torno de 40% das receitas, rendendo anualmente às duas atividades + a aposentadoria do esposo, uma renda média total de R\$ 12.240,00 (coluna 5, ano 2007).

Com relação ao ano de 2008, a agricultora (3) considerou também ter sido um ano bom para a atividade com a comercialização, pois a média da renda mensal com esta atividade foi igual ao do ano anterior, em torno de R\$ 600,00, rendendo anualmente em torno de R\$ 7.200,00. No entanto, segundo a mesma, foi um ano com mais despesas, muito embora algumas não foram computadas como em investimento (cercas, bomba elétrica e outros), apenas as despesas normais com a produção (preparação do terreno, plantio, tratos culturais, dentre outras), que foram todas em torno de 50% das receitas. Com relação à renda extra mensal da atividade comercial do “Bifê de Festas”, nesse ano, a agricultora declarou ter rendido em torno de R\$ 820,00 mais a aposentadoria do esposo de R\$ 380,00, totalizando com a da comercialização o valor de R\$ 1.800,00 (coluna 02), o que fez com que melhorasse seu empreendimento. Declarou ainda que as despesas com a atividade do “bifê” foram menores em relação ao não anterior, em torno de 30% das receitas, cobrindo assim as despesas com os investimentos na propriedade e com as despesas de produção na agricultura

para a comercialização, aumentando ainda a renda média anual total das atividades para R\$ 16.080,00 (coluna 05, ano 2008).

A agricultora comentou ainda que o ano de 2008 foi muito bom com relação à atividade extra, porque as pessoas procuraram muito os seus filhos para organizarem festas para casamento, aniversários e outros, através do “Grupo de Bifê de Festas de São Tomé”.

A agricultora é muito comunicativa e muito conhecida, não só no Distrito de São Tomé e na cidade sede do município de Alagoa Nova, mas nos municípios de São Sebastião de Lagoa de Roça e Esperança, por se tratarem de municípios circunvizinhos ao povoado de São Tomé onde mora. É presidente da Associação dos moradores do povoado de São Tomé. (Foto 9):



(FOTO 09: FEAGRO/CG – Parque do Povo, C. Grande em, jan./2009)

Ao entrevistá-la foi logo declarando:

Já perdi a conta de quantas vezes estudantes e professores de Universidades e outros órgãos como EMATER, SEBRAE já me entrevistaram, que hoje digo: E depois, o que posso ganhar, não em dinheiro, mas em benefícios para minha família, meus vizinhos e minha comunidade, principalmente os jovens. Pois, o que quero é ver todo mundo crescendo, trabalhando na sua terra ou outro trabalho, emprego, porque não é brincadeira ver tantos jovens, principalmente buscando outras facilidades na vida, como as drogas, e não poderem se firmar e ter seu ganho, mesmo que seja pouco. Por isso que agradeço a Deus por ter surgido esta Feira. Pois sem ela, sei que seria difícil ter assegurado tantos filhos perto de mim, que hoje já estão adquirindo independência financeira, não só pela Feagro, mas também pelo trabalho com o “Bifê de Festas”. As festas que são organizadas por eles através de salgados, doces e ornamentações com as flores naturais que são produzidas no sítio. É por isso que digo: A Terra é a Mãe, e se é mãe ela protege, mas só protege se a gente a proteger também, porque se a gente não se cuida, sofre e morre logo cedo, do mesmo jeito é com a terra que precisamos proteger, cuidar e preservar. (Agricultora 3)

É importante comentar, que neste depoimento, a agricultora não está apenas preocupada com a questão econômica, quando fala da necessidade de trabalho ou emprego para os jovens, mas muito preocupada com a questão político-social, através do retorno do conhecimento com investimento em políticas públicas, para que dessa forma possam usufruir sem ter que crescer ou conviver com o desemprego e as drogas. E ainda com a questão da preservação ambiental através do cuidado com a nossa “Mãe Terra”.

↔ **Agricultor (4), considerado em busca de ser bem sucedido**

Nasceu em 1948, casado e pai de dois filhos e uma filha. Reside no sítio Aldeia Velha, numa área de 08 ha. Moram com ele, além da esposa, apenas um filho casado com a esposa e uma neta. A família além da renda da agricultura possui outras rendas. O agricultor recebe ajuda financeira de dois filhos que são funcionários públicos: De um que é casado e mora com ele e de outro, casado, que mora em Campina Grande-PB. Já a filha é casada e mora na terra do esposo. (Ver rendas, Tabela 04):

TABELA 04
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E COM A RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda com comercialização	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (com as despesas)
2007	1.100,00	8.400,00	4.800,00	10.680,00
2008	1.250,00	9.600,00	5.400,00	11.160,00

FONTE: Entrevista no local da Feira na Universidade Federal de Campina Grande e na residência do agricultor em janeiro de 2009.

Segundo o agricultor (4) os dois anos computados foram bons para ele, principalmente com relação à comercialização dos produtos da agricultura, pois disse que apesar de ser pouca sua renda mensal em comparação aos anos bem anteriores, quando era considerado bem sucedido, disse estar muito satisfeito com a comercialização através da Feagro. Além da banana, seu principal produto como fruta, comercializa outras: jaca, manga e laranja cravo; também milho, feijão e batata doce.

No ano de 2007, a média de sua renda mensal com a comercialização na Feagro foi em torno de R\$ 600,00, o restante veio das ajudas extras que recebe dos filhos, que foram em torno de R\$ 500,00. Suas despesas com a produção na agricultura, neste ano, foram de 30% das receitas, com relação ao plantio, compras de algumas mudas de cajú, tratos culturais e

transporte dos produtos ao local da Feira. A média da renda anual com a comercialização foi em torno de R\$ 8.400,00, já a média da renda anual extra (ajuda dos filhos) foi em torno de R\$ 9.600,00. Depois dos cálculos com as despesas na produção, este agricultor obteve com as rendas de comercialização e extras, anual, em torno de R\$ 11.160,00.

No ano de 2008, a renda mensal deste agricultor com a comercialização na Feira, aumentou, foi em torno de R\$ 800,00. Já a renda extra recebida da ajuda dos filhos diminuiu, que foi em torno de R\$ 450,00 mensais. As despesas declaradas neste ano foram em torno de 40% da receita, portanto, maior que a do ano anterior, e que mesmo assim, segundo o agricultor, lhe deu resultado positivo na renda da comercialização dos seus produtos agrícolas, à qual foi de R\$ 4.800,00, anual, e a média das duas rendas, anual, foi de R\$ 11.160,00.

Disse ainda que no ano de 2007, além de ter tido uma renda menor, foi um ano de mais investimento na propriedade com: Cerca de arame farpado e construção de mais uma cisterna. No entanto, não declarou sobre estas despesas, pois os materiais para fazê-los foram comprados aos poucos desde os anos de 2005 e 2006.

Já o ano de 2008, foi um ano que lucrou mais, mas foi muito difícil em termos de saúde, tendo muitas vezes que entregar seu produto para ser comercializado por outras pessoas, porque precisou fazer um tratamento muito sério de coluna (hérnia de disco). Declarou ainda que obteve muita despesas com remédios e tratamento com fisioterapia.

Com relação à questão da sustentabilidade econômica, este agricultor diz que hoje é um agricultor sucedido, porque conseguiu um espaço na Feagro para comercializar seus produtos, que são principalmente a banana e a laranja cravo. As outras frutas como jaca, manga e cajú são poucas. Também leva à Feira feijão e muito milho, quando possui uma boa safra, e ainda vende o milho à sua irmã, a agricultora (9), que comercializa produtos transformados como o bolo de milho, pamonha e outros produtos da época.

Podemos dizer também, a partir da análise de discurso nas entrevistas e dos depoimentos de ex-técnicos e técnicos da EMATER/A.Nova, que este agricultor em épocas passadas, antes da criação da Feagro, em 1996, sua posição como agricultor não era como a dos outros agricultores do município, ou seja, pequeno agricultor de subsistência, mas era considerado um produtor bem sucedido, sendo naquela época considerado e classificado como médio produtor rural, pois comercializava seus produtos, principalmente a banana para fora do Estado da Paraíba. Mas, fatores diversos como dificuldade de cumprir compromissos com crédito rural e mudanças nas condições climáticas, pois o índice pluviométrico neste município era em torno de 1.800 mm³ cúbicos, e com a diminuição do índice, que também

vem afetando esta região do Brejo Paraibano, prejudicou a produtividade da banana chamada de “banana pacovan”. Dessa maneira, segundo ele, ficou difícil ou mesmo impossível competir com outros Estados nordestinos que passaram a produzir o produto da banana com irrigação e tecnologia avançada, como por exemplo, a banana que vem de Petrolina.

Com relação ao empréstimo com o crédito rural, declarou que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente, antes do plano real, foi muito difícil pagar ao Banco do Nordeste a dívida que foi feita através de um custeio agrícola, pois os juros foram crescendo ao ponto de ficar inadimplente com o Banco. Então, segundo o agricultor, com a criação da Feagro, em 1996, ele voltou a comercializar seus produtos, principalmente a banana, que mesmo tendo deixado de ser agricultor bem sucedido, sente-se muito grato, pois está sendo pela alternativa de comercializar na Feagro que vem recuperando sua auto-estima como agricultor.

O mesmo fez o seguinte depoimento, numa visão sócio-política e econômica:

Tive muito medo no início do governo Lula, das coisas piorarem, mas graças a Deus, ele tem sido muito bom para todos os agricultores, é pena que não estudei, não entendo muito de negócios, e ainda porque aqui não se tem a cultura do cooperativismo, pois com a riqueza que é nossa região, e com essa chance que o governo vem dando através de linha de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), se existisse uma cooperativa, Alagoa Nova voltaria, como no passado, antes da década de 90: a ser maior produtora de banana do Estado da Paraíba, e nós agricultores mais valorizados. (Agricultor 4) (Foto 10):



(FOTO 10: FEAGRO/CG - Parque do Povo, C. Grande, jan./2009).

↔ **Agricultor e Agricultora (5), considerados em busca de ser bem sucedidos**

O casal de agricultor é dono da terra, com uma área de 03 ha no sítio São Tomé, e comercializam juntos na Feagro seus produtos, através da transformação de alimentos. Eles comercializam na Feira levando comidas para serem servidas aos agricultores e aos consumidores, a exemplo de um “restaurante ambulante” contendo: galinha caipira, bode torrado, picado de bode, cuscuz, inhame, sucos, licores, principalmente de jabuticaba, e pinga brejeira (cachaça), que é o aperitivo de muitos agricultores e consumidores da região do brejo. O casal possui também uma renda extra com a participação na preparação de coquetéis, bolos de casamento, jantares, junto ao grupo de organização de festas do “Bifê de São Tomé”. (Ver rendas, Tabela 05):

TABELA 05
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E COM RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda com Comercialização	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (com as despesas)
2007	800,00	4.800,00	4.800,00	8.640,00
2008	900,00	4.800,00	6.000,00	9.320,00

FONTE: Entrevista com o casal de agricultor no local da Feira - Parque do Povo, em jan./09

No ano de 2007, o jovem casal de agricultor (5) declarou ter tido uma boa renda anual com relação às vendas de seus produtos na Feagro, através do “restaurante ambulante”. Esta renda foi em torno de R\$ 4.800,00, derivada a partir da média da renda mensal que foi em torno de R\$ 400,00 mensais. As despesas, anual, com a venda dos produtos, no restaurante ambulante da Feira, foram em torno de 20% das receitas, apenas com o plantio e compras de algumas mudas de frutas, deixando a média anual das rendas em torno de R\$ 8.640,00. Já a média da renda extra mensal nesse ano foi também de R\$ 400,00, com o recebido do trabalho no Grupo do “Bifê de Festas”. A renda extra anual foi também de R\$ 4.800,00.

No ano de 2008, a média da renda mensal com a venda dos produtos no “restaurante ambulante”, no local da Feira, foi a mesma do ano de 2007: R\$ 400,00, como também o valor com as despesas com relação a esta atividade, que foi de 20% das receitas. A média da renda anual com a comercialização na Feira pelo “restaurante ambulante” foi em torno de R\$ 4.800,00, o mesmo valor do ano de 2007. Já a renda extra mensal, com o trabalho no Grupo de “Bifê”, aumentou em média R\$ 100,00, levando o casal a investir nele

próprio, através de curso de capacitação no ramo de preparação de festas e eventos. Logo, a média da renda mensal neste ano, com o trabalho no “Bifê”, foi de R\$ 500,00, com uma média de renda anual desta atividade em torno de R\$ 6.000,00.

À agricultora declarou o seguinte:

Conheci meu esposo aqui mesmo na Feira, quando ele esteve visitando seus pais aqui em C. Grande, de férias de seu trabalho de cozinheiro num restaurante em João Pessoa, como já falei. Ele vivia razoavelmente bem cozinhando num restaurante de classe média baixa, mas não tinha como estudar ou fazer cursos de capacitação para melhorar seu currículo. Então, por aqui a gente tá perto dos nossos pais, temos nossa terrinha, e já estamos planejando construir nosso próprio restaurante, já que estamos morando no “Circuito do Turismo Rural”, área de restaurante turístico em Alagoa Nova-PB. Já fizemos curso de gastronomia pelo SESC (Serviço Social do Comércio) e curso de computação, pois com a renda extra no Grupo do “Bifê”, buscamos aprender mais, ou como dizem: qualificação. Também fizemos curso de reciclagem com o lixo, principalmente com o material plástico com garrafas peti, que são transformadas em objetos decorativos nas festas ornamentadas pelo “Grupo de Bifê de São Tome”. (Agricultora 5) (Foto 11):



FOTO 11: FEAGRO/CG – Restaurante ambulante: Parque do Povo, Campina Grande, jan./2009).

O casal de agricultor (5), através do depoimento da agricultora, demonstrou estar preocupado com a questão da sustentabilidade dos empreendimentos, buscando se capacitar para atrair novos fregueses, através de cursos de gastronomia, e ainda com a questão ambiental através da reciclagem com garrafas de refrigerantes deixadas quando do consumo no seu “restaurante popular”. Portanto, mesmo que o casal esteja trabalhando numa área menor em termos de quantidade de hectares, o casal pelo seu desempenho, vem buscando sustentabilidade econômica, sócio-política e ambiental.

↔ **Agricultor (6) considerado em busca de ser bem sucedido**

Nascido em 1940, casado, agricultor e aposentado, morador no sítio Aldeia Velha, ex-aldeia dos primeiros habitantes: os índios Bultrins, desde os tempos dos seus avós paternos. Sua terra corresponde a 6,0 ha. Mora no sítio com a esposa e dois filhos casados. Um dos filhos é separado e tem dois filhos menores que são sustentados pelo agricultor, com 50% de sua aposentadoria; o outro é ajudante no sítio. As rendas com agricultura não é dividida, apenas a terra: 4,5 ha para o agricultor familiar mais um filho separado e 1,5 ha para um filho que é casado e trabalha nesta parte da terra, junto com a esposa, com produtos de subsistência e algumas frutíferas. (Ver rendas, Tabela 06):

TABELA 06
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda com Comercialização	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (com despesas)
2007	1.060,00	8.400,00	4.560,00	5.880,00
2008	1.115,00	8.400,00	4.980,00	5.880,00

FONTE: Entrevista com o agricultor no local de sua residência, sítio Aldeia Velha, jan./2009

O agricultor (6) declarou na entrevista que suas rendas nos anos de 2007 e 2008 foram iguais, e as despesas com a produção na agricultura para a comercialização de seus produtos, foram de aproximadamente 30% das receitas, com plantio, tratos culturais e adubação orgânica, respectivamente aos dois anos. Sua renda mensal com a comercialização nos dois anos citados foi em média de R\$ 700,00, o que lhe deu uma média anual com a comercialização, em torno de R\$ 8.400,00. Após as despesas, restou-lhe uma renda anual de R\$ 5.880,00 nos referidos anos, pois a renda extra com aposentadoria não entrou neste cálculo, devido à mesma servir para pagar pensão dos netos e para pagar ao outro filho, casado, como ajudante no sítio e na Feria.

O agricultor familiar cultiva milho e feijão, consorciado, e batata doce tanto para o sustento da família como para a comercialização na Feira; cultiva, também, algumas hortaliças como coentro, alface, tomate pimentão e repolho, de forma orgânica, que também são comercializadas na Feagro.

Segundo, este agricultor, apesar das chuvas terem diminuído aqui na região do Brejo Paraibano, sente-se muito satisfeito de poder continuar na terra e comercializar seu

próprio produto, sem ter que entregá-lo ao atravessador, pois, por já ter vivido em terras de Engenho, hoje se sente muito compensado e considera-se um agricultor familiar sucedido.

Esclareceu ainda com relação a sua renda com aposentadoria, que esta é totalmente distribuída com os dois filhos, da seguinte forma: 50% da renda da aposentadoria são entregue a esposa do filho, que é separado e tem dois filhos, seus netos, principalmente para livrá-lo também da prisão, pois como o filho não pode pagar uma pensão, a lei exige do avô. A outra parte, os 50% da aposentadoria, o agricultor paga ao filho, que também é casado e trabalha numa parte da sua terra (1,5 ha), junto com a esposa. Sendo ainda, este casal de agricultor, ajudante na plantação e comercialização pela Feagro na parte do sítio do pai agricultor.

Logo, esta renda não foi computada no total da média das rendas, (coluna 5), como já foi dito acima.

Declara o agricultor o seguinte:

Já estou ficando cansado, mas não desisto da luta, pois desde criança que trabalho na roça, terras que foi do meu avô. No entanto, preciso continuar mostrando aos meus filhos que a vida só é bem vivida quando se faz o que gosta, e já que eles gostam da terra, de estarem perto de nós, resolvemos trabalhar juntos um ajudando o outro, porque já que a minha parte é maior e não posso trabalhar nela sozinho, precisaria de trazer ajudante de fora, decidi ficar com meus filhos, e também prá que não houvesse discórdia entre um e outro dividi uma parte do sítio para quem permanece casado com a esposa. Dessa forma quando um precisa se ausentar, ou até mesmo eu, fico um pouco doente com essa gripe dos velhos, eles enfrentam o comércio dos produtos na Feira da Emater. Digo da Emater, porque foi ela quem criou essa coisa boa prá gente, é pena que os técnicos que começaram com a gente tenham saído deixando a gente quase sozinho, porque na verdade a gente só pode contar com um funcionário desta Empresa, e que na verdade ele não é técnico rural, ele organiza com a gente a montagem e retirada dos banquinhos, e também se dispõe a falar com os homens da prefeitura quando precisamos de lâmpadas, pois quando chegamos ao local da Pirâmide do Parque do Povo para instalar nossa feira toda sexta-feira ainda está escuro, essas coisas, que só ele sabe fazer por nós, e a gente procura sempre agradá-lo dando um feijão, uma batata, uma frutinha, sabe como é, quem mora na rua tudo compra. Então a Feira é uma parte de nós, quando não posso vir e vender meus produtos parece que fico mais doente, é muito interessante essa coisa de pensamento, e procuro sempre pensar bem, ter fé em Deus e agir para conseguir ver todo mundo lutando por dias melhores. Afinal, a terra é para todos, pois é ela quem dá o sustento, seja prá o rico, que compra o alimento, ou prá o pobre que recebe.
(Agricultor 6) (Foto 12):



(FOTO 12: FEAGRO/CG – Parque do Povo - C. Grande/2009).

↔ **Agricultor (7) considerado em busca de ser bem sucedido**

Nasceu em 1956, casado, mora com a esposa e duas filhas no sítio Bacupari próximo ao sítio Utopia, com uma distância da cidade sede do município de 09 Km. O sítio é arrendado, com uma área de 2,0 ha, onde planta para o sustento da família e para comercializar: feijão, milho e macaxeira, e algumas fruteiras jaca, manga cajú, banana e laranja cravo. Este agricultor e sua esposa vendem também na Feagro os produtos do sítio Utopia pertencentes ao dono da Terra que o arrendou: banana e as hortaliças (alface, coentro, cebolinha, tomate, agrião, espinafre e pepino), que diz o dono dos produtos serem estes orgânicos, mas sem certificado de qualidade orgânica. (Ver rendas, Tabela 06) (Foto 13):



(FOTO 13: FEAGRO/CG, Parque do Povo - C. Grande, em janeiro de 2009).

TABELA 07
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO E RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda c/ Comercialização	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (c/ as despesas)
2007	500,00	6.000,00	-	4.800,00
2008	600,00	7.200,00	-	5.760,00

FONTE: Entrevista local da Feira: Parque do Povo, em janeiro de 2009

Para o agricultor (7) a média de sua renda mensal nos dois anos declarados: 2007 e 2008 corresponderam apenas às vendas com os produtos agrícolas de subsistência: milho, feijão e macaxeira, algumas frutas e os produtos orgânicos com banana e as hortaliças do sítio Utopia, os quais são do dono da terra que o arrendou.

A renda média mensal de 2007 foi em torno de R\$ 500,00, que lhe proporcionou uma renda média anual com a comercialização na Feagro em torno de R\$ 6.000,00, menos 20% da receita, que correspondeu ao pagamento da terra arrendada, ficou, portanto, a renda média anual em torno de R\$ 4.800,00 (coluna 5, na tabela).

No ano de 2008, a média de sua renda mensal com a comercialização aumentou para R\$ 600,00; a renda anual, já com a despesa de pagamento do arrendamento da terra, foi a mesma: 20% da receita. Logo, para este agricultor rendeu anualmente, no ano de 2008, uma renda em torno de R\$ 5.760,00. Esclareceu ainda o agricultor (6), que o valor do pagamento da terra é em torno de 20% das receitas e não de 50% das receitas, como é de costume em arrendamento, porque ao levar os produtos orgânicos do dono da terra que o arrendou para comercializar na Feagro, não cobra por este trabalho.

Portanto, declarou o agricultor (7) que, mesmo não tendo condições de comprar sua terra, sente-se muito feliz hoje, pois, já foi trabalhador de Engenho, desde adolescente até se casar, já adulto. E, segundo ele, não há nem comparação em relação a ser um agricultor arrendatário, pois pode plantar o que a realidade lhe proporciona, e ainda comercializa o seu produto na Feagro, embora pagando uma porcentagem pelos produtos produzidos e comercializados.

Pois, apesar de não ser eu o dono da terra, sou o dono do meu produto, pois mesmo pagando uma porcentagem não preciso ser gritado como no passado pelos feitores de engenho, e sou agora um cara sucedido como agricultor: tenho a terra prá trabalhar, planto o que dar prá o sustento de casa e ainda comercializo numa Feira de gente boa, explicou. (Agricultor 7)

Foi a partir da entrevista com este agricultor que surgiu esta classificação por categoria: bem sucedido, sucedido e com dificuldades de ser sucedido. Pois percebemos que mesmo sendo um agricultor familiar arrendatário, foi possível observar o grau de contentamento e entender a busca pela sustentabilidade econômica e sócio-cultural deste agricultor familiar, e classificá-lo como sucedido.

Dessa forma percebemos que o mesmo sente-se muito recompensado, pois, apesar de pagar a parte da terra arrendada, tem uma renda que lhe dar condições de independência que, segundo ele, jamais teria como trabalhador de engenho.

Declarou ainda o seguinte:

Como posso reclamar do que ganho com a Feira, pois lucro do meu suor e do que gosto, nada pode ser mais gratificante do que fazer o que gosta, principalmente com o trabalho. Nem por longe troco minha vida de pequeno agricultor familiar arrendatário, pela vida que já tive, ou até mesmo de ser o dono do engenho, pois eles hoje aqui vivem também arrendando terra depois que o governo Lula tem procurado fiscalizar os engenhos que são poluidores das águas e dos solos. E ainda porque não melhoram seus produtos foram à valência total. Digo isso tudo com muita segurança, pois minha mulher fez o supletivo da primeira fase, e entende um pouco e, ainda escuto televisão, coisa que não podia quando trabalhava no eito da cana e, principalmente escuto os comentários quando estou na bodega tomando uma cachacinha feitas por alguns desses donos de Engenho. (Agricultor 7)

A partir dos depoimentos deste agricultor, percebemos sua visão crítica de independência econômico e sócio-cultural que vem adquirindo através do trabalho na terra arrendada, pois, mesmo sendo um agricultor familiar arrendatário, tornou-se sucedido, tanto economicamente, como socialmente, principalmente em relação à exploração que sofreu.

↔ Agricultor (8) considerado com dificuldade de ser bem sucedido

Nasceu em 1956, é casado, reside no sítio Serra da Boa Vista, numa distância de 08 km da cidade de Alagoa Nova. Sua propriedade tem 04 ha e localiza-se mais ou menos no meio da Serra. A esposa mora na cidade com os dois filhos (um casal), pois estudam e trabalham. O rapaz trabalha na Fábrica da Alpargatas, durante o período da noite em Alagoa Nova e estuda durante o dia em Campina Grande, na Escola Técnica Federal. A filha não trabalha, mas estuda o ensino médio, à noite, na cidade de Alagoa Nova, onde reside com a mãe. Esta, ainda trabalha informalmente, às vezes fazendo favores solidários, acompanhando pessoas idosas em hospitais, e dessa forma recebendo algumas ajudas financeiras. O

agricultor não recebe ajuda financeira do filho, pois este ajuda à mãe para manter a casa na cidade, já que a renda do pai só dá para “as despesas com o sítio e com ele mesmo”, declarou a esposa do agricultor (8). (Ver rendas, Tabela 08):

TABELA 08
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E RENDA EXTRA (R\$):

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda com Comercialização	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (c/ as despesas)
2007	600,00	7.200,00	-	4.320,00
2008	700,00	8.400,00	-	5.880,00

FONTE: Pesquisa com o agricultor familiar na propriedade: Serra da Boa Vista, em jan./09.

Os dados referentes às médias com as rendas nos anos de 2007 e 2008: Mensal e anual (R\$ 600,00 e R\$ 700,00; R\$ 7.200,00 e R\$ 8.400,00) são dados exclusivamente retirados da comercialização com os produtos agrícolas, com as despesas equivalentes a 40% e 30% das receitas nos respectivos anos. Logo, podemos observar através destes valores em porcentagens que são muito alto em relação aos valores das médias mensal e anual de suas rendas, fazendo assim com que o agricultor (8) seja um agricultor com dificuldade de ser sucedido ou bem sucedido na realização com a comercialização de seus produtos agrícolas na Feagro.

O agricultor declarou que já foi um “agricultor sucedido” em termos econômicos e sociais antes de fazer um empréstimo rural, em meados dos anos 90, e que até hoje não conseguiu se libertar, pois, mesmo comercializando na Feagro, sem entregar o seu produto ao intermediário, sente dificuldade de poder investir na sua propriedade, porque se tornou um produtor inadimplente, devido os altos juros com o empréstimo agrícola adquirido no passado. Hoje, apenas comercializa na Feira a banana.

A partir das declarações do mesmo, podemos considerá-lo como um agricultor com dificuldade de ter sucesso com sua comercialização agrícola na Feagro. Ele deixou que grafássemos, com muita tranquilidade, o seguinte:

Faz muito tempo que sou pequeno agricultor. Casei-me. como sabem e tivemos dois filhos, graças a Deus bem com a mãe na cidade, minha mulher M. cansou, do sítio, mas nasci aqui e vou morrer aqui. Vivi na cidade como atravessador, comprando na EMPASA, e comercializando em casa e na feira de Alagoa Nova, quando nesse tempo meu sítio vivia abandonado. Resolvi deixar de ser atravessador, mas assumir meu papel de agricultor, pequeno, como sou, mas é o que sou. Então, já sofri com empréstimos de agricultura, como todos sabem, pois eu ia muito lá na

Emater. E é isso aí, estou sofrendo, pagando pelos meus erros, mas estou aqui, deixei de beber, trabalho quando posso, pois hoje não tenho muita saúde, mas é do meu sítio que sobrevivo, e posso deixar ainda como herança prá meu filho e minha filha. Mas o que quero dizer, que mesmo não sendo um agricultor sucedido ou bem sucedido como alguns que vendem comigo na Feagro, esta Feira é tudo prá mim, pois se ela não existisse da forma que ela é, talvez eu já tivesse ido embora prá São Paulo, e lá já tinha morrido, porque aqui no meio da Serra, com o cantar dos passarinhos, com o verde da minha Terra Alagoa Nova, posso dormir e acordar sem tá me preocupando com dinheiro, com distância prá o trabalho e outros problemas. (Agricultor 8) (Foto 14):



(FOTO 14: FEAGRO/CG - Parque do Povo, jan./2009).

A partir deste depoimento, bastante rico, podemos dizer que, mesmo sendo um agricultor com dificuldades de ser bem sucedido ou sucedido com a comercialização na Feagro, observamos que ele vem buscando viver com sustentabilidade, porque na verdade ser bem sucedido ou sucedido, neste caso do agricultor 8, vai depender da visão de mundo que cada um tem sobre viver bem, tanto economicamente, socialmente, ambientalmente, etc., dentro do contexto do modo de ser na sua realidade, pois em sua fala ele reconhece seus limites sócio-econômico e reconhece ainda a importância de morar num lugar sem poluição sonora, apenas com o canto dos passarinhos, no meio da Serra, Serra da Boa Vista, protegido da poluição.

↔ Agricultora (9) considerada com dificuldade de ser bem sucedida

Nascida em 1950, solteira, moradora no sítio Aldeia Velha, ex-aldeia dos índios Bultrins, primeiros habitantes de Alagoa Nova. Sua terra corresponde a 3,0 ha e é arrendada ao agricultor (4), o qual é seu irmão. Mora no sítio com o irmão, e vive da renda com

agricultura através de produtos transformados como bolos, doces, licores, e sucos que são comercializados na Feagro. (Ver rendas, Tabela 09):

TABELA 09
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO NA FEAGRO E RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda com Comercializ.	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (c/as despesas)
2007	400,00	4.800,00	-	3.840,00
2008	500,00	6.000,00	-	4.800,00

FONTE: Entrevista com a agricultora na residência do Sítio Aldeia Velha, janeiro/ 2009

Com relação às rendas da agricultora (9) nos anos 2007 e 2008, pudemos perceber que a mesma não é uma agricultora sucedida ou bem sucedida em termos econômicos, tendo em vista que apesar de negociar seu próprio produto com doces, licores, bolos, sucos e outros produtos transformados tem uma despesa em torno de 20% da receita, à qual se torna muito alta para o tipo de negócio que comercializa, pois precisa dispor além da matéria prima, de outros produtos como copos descartáveis, guardanapos, embalagens para colocar os doces, açúcar, fermento, farinha de trigo, ovos, etc.; despesas com energia, gás e outras para preparar os sucos, bolos e doces, assim declarou. (Foto 15):



(FOTO 15: FEAGRO/CG, Parque do Povo, em janeiro/2009)

Não obstante, sente-se feliz por viver como agregada no próprio sítio, morando com o irmão, pois segundo a mesma o valor da renda que deveria receber do irmão pelo sítio arrendado é compensado por morar com ele e a cunhada, e não precisar pagar despesas com moradia e alimentação.

E, segundo seu depoimento sente falta apenas da boa vizinhança e dos pais quando eram vivos, pois passou a morar com o irmão para ajudar a criar os seus filhos Mas, apesar de muito introvertida, disse:

Então você quer saber o que representa a Feira e a agricultura para mim? Não posso falar tudo, pois hoje procuro escutar mais, devido as coisas erradas que vejo. Bem, primeiro vou lhe dizer que no passado quis crescer, fazer parte de grupos com alimentação alternativa, busquei criar um grupo de mulheres por muito tempo, mas devido a dificuldade de outras mulheres não pensarem assim, terminei me acomodando. Ou, talvez pensem, mas devido a cultura machista, principalmente dessa nossa região da Paraíba, dificulte essa realização. Então arrendei minha parte ao meu irmão, e faço apenas alguns bolos, principalmente de batata doce e banana, alguns doces também de banana e outras frutas da época de safra boa como cajú e jaca, e ainda uns licores que são muito bem aceitos. Mas ainda acredito que o sucesso realmente só haverá quando todos pensarem coletivamente, e não individualmente, como acontece com a maioria dos agricultores que participam da Feagro. Sinto necessidade de uma verdadeira participação na associação da Feagro, pois existe apenas para reunir a gente para recolher uma certa quantia em dinheiro todo mês, para bancar algumas despesas com ajudantes que colocam os bancos e retiram do lugar, ou outros pequenos acertos, na verdade podemos muito mais, podemos decidir sobre o verdadeiro objetivo da criação desta Feira, que é fugir do atravessador, mas por questões politicagens, convivemos com ele ao redor da nossa Feira. (Agricultora 9)

A partir da fala desta agricultora percebemos a importância que a mesma dar a questão da participação, a questão coletiva e não individual e com a questão cultural de gênero, ou seja, com relação de ser apenas o homem, o patriarca, que deve enfrentar os trabalhos de sustento da família, etc.

Nesse contexto, dificilmente será possível encontrar um processo cabal de formação de cidadãos(ãs) que se auto-constituam enquanto sujeitos de direito (...) Esse padrão cultural de relações de poder é combinado com a cultura do patriarcado, para depois incidir duplamente sobre a condição das mulheres e seus direitos (JELI, 1994, p. 129).

Percebemos, portanto, que, mesmo não sendo uma agricultora bem sucedida em termos econômicos, valoriza aspectos da sustentabilidade política e sócio-cultural, caminho indispensável para a conquista da cidadania com participação política e consciência democrática (LEROY, 2002).

↔Agricultor (10) considerado com dificuldade de ser bem sucedido

Nasceu em 1952, casado, mora com a esposa e três filhos, sendo um deles casado, morando na sua terra com a esposa e dois filhos menores. A terra está localizada também na Serra da Boa Vista, com apenas 4,0 hectares. Sendo, destes, 01 ha para o filho casado plantar cultura de subsistência, pois o que este produz não dar para comercializar, no entanto, é quem vai à Feira com o agricultor ajudar a comercializar os produtos, que também se beneficia com uma pequena renda desta atividade. (Ver rendas, Tabela 10):

TABELA 10
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA MÉDIA DA RENDA FAMILIAR
COM A COMERCIALIZAÇÃO E RENDA EXTRA (R\$)

Ano	Média da Renda Mensal (Feagro+Extra)	Média Anual da Renda com Comercializ.	Média Anual da Renda Extra	Média Anual das Rendas (c/ as despesas)
2007	600,00	7.200,00	-	5.720,00
2008	600,00	7.200,00	-	5.720,00

FONTE: Entrevista com o agricultor no sítio Serra da Boa Vista, em janeiro de 2009.

Declarou o agricultor (10), que os anos de 2007 e 2008, na sua memória não foram ruins, no entanto, não foi muito boa sua renda, pois com relação à renda da agricultura com a comercialização poderia ter sido melhor se tivesse feito adubação orgânica, e ainda porque suas despesas com a produção, nos dois anos declarados, foram para ele muito alta, em torno de 40% das receitas, pois, além do normal com plantio e tratos culturais, precisou fazer alguns benefícios no sítio.

Ele cultiva o feijão, o milho e a batata doce para o sustento da família, e comercializa apenas a “banana pacovan” e algumas outras poucas frutas: manga, laranja pêra e cravo, caju e jabuticaba, quando na época de safras.

Considero-me um agricultor com dificuldade de ser sucedido, porque ainda faço práticas que prejudicam meu solo: queimadas em boa parte do meu terreno e faço pouca adubação orgânica, isto porque moro quase no topo da Serra da Boa Vista. Mas, não é por ser quase montanhosa minha terra que sou assim, é porque a gente hoje, apesar das coisas ter melhorado com máquinas, conhecimentos, não consegue essas coisas, os técnicos da Emater não vêm mais aqui, nem no sítio, nem mesmo fazer a reunião com a associação da Feagro, que existe só no nome, e serve apenas para recolher uma quantia de nós de R\$4,00, que seja ruim ou boa a Feira. Mas, mesmo assim, estou caminhando na minha terrinha e agradeço a Deus por isso.(Agricultor 10) (Foto 16):



(FOTO 16: FEAGRO – Parque do Povo, C. Grande, em janeiro/2009).

A partir do relato deste agricultor podemos dizer que ele poderia ser um agricultor sucedido ou até mesmo bem sucedido com qualidade de vida, não só melhorando sua renda, mas se evitasse degradar o solo e ainda pudesse dispor de tecnologia, associativismo e assistência técnica.

Declarou também o agricultor (10), que perto de seu sítio tem um riacho que corre no início da ladeira da Serra, o qual recebe efluentes em suas águas vindos do Engenho que é vizinho à sua terra, contaminando, assim, a água que necessita para os gastos da casa e para dar de beber aos animais.

3.1.2 Identificando as condições de sustentabilidade sócio-culturais, ambientais e de localização geográfica

↔ Com relação à saúde

Todos os agricultores familiares que fazem parte desta pesquisa declararam que dependem do SUS (Sistema Único de Saúde) para poder ter acesso ao serviço de saúde. No entanto, alguns deles, principalmente, o agricultor (4), que recentemente passou por um tratamento de saúde (hérnia de disco), disse que se não fosse o conhecimento do seu filho com os médicos, talvez ainda estivesse em cima da cama sem se movimentar.

Sabemos que o acesso aos serviços de saúde pelo SUS é precário, principalmente para a população pobre, pois não existe na prática uma política social que priorize a questão da saúde, mas é através dele que se beneficiam os agricultores aqui pesquisados.

Nas diversas regiões do país, temos observado a inadequação entre necessidades e oferta dos serviços de saúde, porém essa situação parece ser mais precária em algumas regiões, como a do Nordeste, e ainda mais para os habitantes da zona rural, que às vezes funciona um Posto de Saúde da Família, apenas para amenizar situações irreversíveis, diante da falta de esclarecimento e educação na prática de algumas atividades inadequadas, como por exemplo, usar defensivos químicos sem a devida proteção: máscaras, luvas, etc., como é o caso do uso irracional de agrotóxicos usados pelos agricultores, que adoecem ou morrem por contaminação de produtos que têm seus principais ativos proibidos nos países de origem das multinacionais que os comercializam no Brasil (MINC, 2005).

Segundo declararam os agricultores participantes da Feagro, que só procuram o médico nos casos de doenças graves que não podem ser curadas com remédios caseiros. Logo, a prática de ir ao médico para exames preventivos não ocorre entre eles. Já as mulheres agricultoras declararam ser mais preocupadas com a saúde, principalmente às mulheres mais novas esposas dos filhos dos agricultores familiares, pois disseram por unanimidade terem feito pré-natal quando estavam grávidas.

Não obstante, na maioria das comunidades dos nossos agricultores, existem Posto de Saúde da Família, mas para os casos de saúde mais simples, pois, quando graves, são encaminhados à cidade de Campina Grande, cidade esta vizinha de Alagoa Nova.

Com relação aos programas de prevenção contra doenças, observamos a presença apenas dos agentes de saúde contra o mosquito *Aedes aegypti* e/ou dengue. No entanto, estes, muitas vezes não fazem um esclarecimento educativo de informação contra esse mal, apenas colocam o “remédio”, e dizem se encontrou ali ou entre a vizinhança casos de dengue. Na verdade, o que um dos agentes declarou, durante a visita num local onde se encontrava também no momento a pesquisadora, que o tempo é muito pouco e o número de agentes é pequeno, com apenas 12 agentes para todo o município da zona rural e urbana de quase 20.000 habitantes.

Em relação ao tratamento odontológico, a situação é semelhante. Os agricultores familiares disseram, na maioria, que só procuram o dentista quando não conseguem mais suportar a dor de dente, ou em épocas de eleições, quando os políticos locais levam dentistas para a área com a finalidade única de ganhar votos, extraíndo dentes.

No que se refere à saúde, podemos abrir um parêntese sobre a questão psico-social, pois, segundo os psicólogos especialistas nesta questão, os problemas com saúde física, hoje, na maioria, estão relacionados às questões social e psicológica, mas, por motivo de recorte espaço-conceitual, não foi possível analisarmos sobre a mesma no presente estudo de caso. Não obstante, gostaríamos de registrar que, durante algumas visitas no local dos agricultores observamos que existem no município muitos problemas de ordem mental, problemas estes que acarretaram em problemas de saúde física, mas, em sua maioria, de origem social que, segundo Barros & Nunes (2009), levando em consideração à publicação de Candeias em 1971, num artigo que observa sobre a aproximação entre a sociologia e medicina no Brasil e no Reino Unido, observaram:

Na atualidade, a presença das ciências sociais no campo da saúde é essencial por diferentes razões: corroboram no entendimento das mudanças nos padrões de mortalidade e sua relação com hábitos e comportamentos; permitem compreender a dinâmica das condições crônicas, promovendo trabalho multidisciplinar e intersetorial; explicitam a composição multicultural e multiétnica das sociedades e auxiliam na construção de competências no campo da comunicação, negociação e motivação; ajudam na identificação de fatores estressores e no desenvolvimento de estratégias de ação sobre fatores físicos, psíquicos, culturais e ambientais; e promovem a humanização no cuidado de pacientes e nas relações de trabalho (BARROS & NUNES, 2009, p. 1)

Portanto, é importante que publicações como esta sobre a relação com o social e a saúde sejam levantadas, para que nós pesquisadores não fiquemos numa visão simplista e disciplinar em nossos estudos de casos, como este com relação à saúde.

Diante do exposto, podemos dizer que não só nossos agricultores, mas toda a região, ou até mesmo toda nossa população carente necessitam de políticas públicas e educacionais que se sensibilizem com as causas dos menos abastados, e no caso dos nossos agricultores, de uma maneira geral, mais respeito, solidariedade e justiça, principalmente por serem eles quem cultivam os principais alimentos colocados às mesas das famílias.

↔ Com relação à escolaridade

A situação de escolaridade e/ou educacional dos agricultores familiares aqui pesquisados é muito pequena com relação ao grau de instrução e conhecimento teórico sobre sua realidade e a realidade de um modo geral, principalmente com informação nos dias de hoje.

O grau de instrução dos agricultores é muito baixo, no entanto, possuem um alto grau de conhecimento empírico que os fazem crescer dentro da sua realidade: Os agricultores (2) e (6), possuem pouca escolaridade, no entanto possuem um alto grau de conhecimento empírico, o que os tornam também agricultores sucedidos, não só em termos econômicos, mas em valores humano-sociais, criando condições sustentáveis para continuar passando de geração a geração seus valores, suas histórias, como vêm fazendo ao longo de suas vidas.

Depois temos mais um agricultor em busca de ser bem sucedido, o agricultor (7), e dois agricultores com dificuldade de tornarem-se bem sucedidos (8) e (10) que estudaram até a 2ª. Série do Ensino Fundamental – 1ª. Fase, mas as suas esposas conseguiram concluir este Ensino até a 4ª. Série. No entanto, o filho e a filha do agricultor (8) que vive separado da esposa, estão terminando o ensino médio; a filha, o ensino médio em Alagoa Nova e o filho, o ensino médio tecnológico, em Campina Grande. Já as filhas do agricultor (7) estudam na cidade de Alagoa Nova e fazem respectivamente o 6º e 7º ano do Ensino Fundamental.

Os filhos do agricultor (10) somente um estuda o que é menor de idade, faz o 7º ano, já os netos deste agricultor fazem: o 1º ano, que corresponde a antiga alfabetização, e o 2º ano do Ensino fundamental.

Já com as agricultoras: (3), considerada bem sucedida e a agricultora (9), considerada com dificuldade de ser sucedida, acontece o inverso em termos de grau de escolaridade, mas em termos de experiência empírica se equiparam. A agricultora (3) já é considerada idosa, possui apenas a primeira fase do Ensino Fundamental completo: o Admissão, como era chamado antigamente. A mesma se expressa bem, tem capacidade de interpretação muito boa e já participou de vários cursos de capacitação pela EMATER, SEBRAE e Universidades, principalmente sobre adubação orgânica. Quanto aos filhos desta agricultora, os que ainda são solteiros (as) que moram com ela, estudaram até a antiga 8ª. Série, hoje 9º ano do E. Fundamental. Quanto à agricultora (9), concluiu o antigo curso profissionalizante: Técnico em Contabilidade, na década de 70, em Alagoa Nova, e no entanto, mostra-se menos capacitada para buscar inovar e fazer sustentável sua comercialização em termos sócio-econômico, já que pode viver independente da ajuda do irmão, o agricultor (4).

O agricultor (4), só estudou até a antiga 3ª. Série primária. Tem uma excelente experiência em agricultura, é considerado um agricultor sucedido, mas não desenvolveu esse potencial através de estudos, mas pela praticidade. Sua esposa concluiu o ensino completo do Ensino Fundamental, sua filha é pedagoga e professora municipal em C. Grande, tem um

filho médico, com mais ou menos 05 anos de profissão, e um outro filho que é agente da Polícia Rodoviária Federal, aqui na Paraíba.

O agricultor (1), que é filho da agricultora (3), também não concluiu o antigo primário. Sua esposa estudou também até a 4ª. Série do Ensino fundamental, hoje 5º ano. No entanto, demonstram-se com bastante capacidade para o negócio, principalmente na área de “Turismo Rural”, pois apesar de não terem feito cursos na área, vêm desenvolvendo uma boa relação com este negócio. As filhas estudam o ensino médio, e a mais velha de 18 anos, pretende fazer o curso de Administração de Empresas para dar continuidade ao empreendimento turístico e agrícola com mais segurança e conhecimento. Assim, se referiu a jovem agricultora e empreendedora.

O casal de agricultor (5) estudou o ensino médio e fez curso profissionalizante relacionado à preparação de alimentos (bolos, salgados e doces) e ainda de decoração para festas, quando moraram em João Pessoa, pelo SEBRAE-PB. Através desta experiência e, por gostarem do que fazem, trabalham juntos na Feira, executando na prática o que aprenderam para melhorar seu negócio, através do “restaurante ambulante.”

Diante do exposto, com relação à escolaridade da maioria dos agricultores familiares, segundo Barros et al. (2002), as defasagens na escolaridade da população explicam, de modo significativo, a intensa desigualdade de renda do país. No mercado de trabalho, a heterogeneidade educacional e os anos de escolaridade são os principais determinantes da desigualdade salarial.

Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam o acesso, ou não, à educação como sendo o principal fator determinante da desigualdade no Brasil. Enquanto, cerca de 40% dos brasileiros entre 12 e 18 anos frequentam a escola, na Coreia do Sul e no Chile o percentual de estudantes nessa faixa etária é de 90% e de 70%, respectivamente. (BARROS, et. al., 2002)

A comparação da realidade brasileira com a experiência internacional confirma esse fraco desempenho de nosso sistema educacional nas últimas décadas. O Brasil apresenta um atraso, em termos de educação, de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar ao nosso. (BARROS et al., 2002, p. 21).

De acordo com Cardoso (1999), o problema não se prende à escassez de recursos, mas sim à sua destinação: o Brasil vem aplicando, nos últimos anos, 9% de seu PIB em educação – contra 7% da França e 6% da Alemanha. Porém, 60% desse investimento se

destina às universidades públicas, beneficiando, essencialmente, não a educação dos pobres, mas sim as classes mais favorecidas.

↔ Com relação à moradia e bens de consumo (eletrodomésticos e transporte)

Os agricultores considerados bem sucedidos: Agricultores 01, 02, e 03, possuem boas condições de moradia. As casas são em alvenaria, com energia elétrica e água encanada através de caixa d'água, vinda do armazenamento nas cisternas com água de chuva.

Todos possuem eletrodomésticos: TV com parabólica, DVD, som, geladeira, fogão à gás, ferro elétrico e liquidificador. Apenas o agricultor 01 possui TV à cabo, chuveiro elétrico e forno microondas. Todos três possuem transportes: O agricultor 01 possui um caminhão novo, que transporta suas mercadorias para Feira e restaurante; o agricultor 02 possui um caminhão semi-novo, que transporta suas mercadorias à Feira e à merenda escolar, quando no trabalho por aluguel à Prefeitura local; a agricultora 03 possui um carro gol semi-novo, e um dos filhos possui uma moto Honda, nova.

Os agricultores considerados sucedidos: Agricultores 04, 05, 06 e 07 também possuem casas de alvenaria em bom estado de conservação, energia elétrica e água encanada através de caixa d'água vinda do armazenamento de cisternas com água de chuva. Apenas o agricultor 07 não possui água encanada, mas possui cisterna para armazenar a água de chuva, tem também cacimbas no sítio.

Com relação aos objetos de eletrodomésticos os agricultores 04 e 05 possuem TV com parabólica, e os agricultores 06 e 07 TV com antena tradicional. Todos possuem geladeira, fogão à gás e ferro elétrico, mas liquidificador, somente possuem os agricultores 04 e 05. Com relação ao transporte, apenas o agricultor 04 possui um caminhão pequeno, e um dos filhos do agricultor 06 possui uma moto usada.

Os agricultores considerados com dificuldade de serem sucedidos: Agricultores 08, 09 e 10 possuem casas de alvenaria e com energia elétrica. Não possuem água encanada, mas todos possuem cacimbas no sítio e, apenas a agricultora 09 possui cisterna que armazena água de chuva. Possuem TV com antena tradicional, geladeira, fogão à gás e ferro elétrico. Também é apenas a agricultora 09 que possui liquidificador, que é usado, principalmente na preparação dos sucos, doces e bolos que são comercializados na Feira.

Os dados acima apresentados com moradia e bens de consumo (eletrodomésticos e transportes) entre os agricultores classificados por bem sucedidos, sucedidos e com

dificuldades de serem sucedidos, tornam-se coerentes com a realidade econômica que foi apresentada a partir dos resultados simplificados com as rendas com a comercialização e renda extra, quando existente.

↔ Com relação às vias de acesso (estradas) e segurança

É bastante pertinente esta questão como um dos fatores cruciais dos pequenos agricultores familiares aqui em estudo, não só para transportar os produtos que precisam ser comercializados, como para outras questões como doenças, estudos, dentre outras, principalmente, quem estão localizados em áreas íngremes, com estradas vicinais esburacadas, em locais altos, como as localidades Serra da Boa Vista e Bacupari, ou perto de estradas que foram destruídas por fatores como o rompimento da barragem de Camará, em junho de 2005, perto do sítio Bálsamo onde está localizada a propriedade do agricultor (2).

Os agricultores destas localidades, portanto, sofrem muito com a falta de infraestrutura, relacionada à boas estradas vicinais, porque necessitam transportar seus produtos à Feagro, vir à cidade para resolver problemas com Bancos, EMATER, Correios, reuniões nas escolas dos filhos e, principalmente, às missas aos domingos, como declararam por unanimidade ser um costume muito antigo entre eles.

Devido o município ter uma extensa e muito diversificada em termos físicos: com topografias diferentes, cortado por muitos riachos e por ter uma pluviosidade hoje mais ou menos elevada, no período das chuvas fica mais difícil ainda o acesso pelas estradas vicinais esburacadas.

Também foi colocado pelos agricultores familiares à questão do serviço com o trator, o qual foi conseguido pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF-Infra-estrutura, que na maioria das vezes o mesmo não serve aos problemas dos agricultores, como melhoramento das estradas, construção de barreiros, mas fica servindo a outras pessoas que não são agricultores familiares.

Outro problema muito sério, também declarado pela maioria dos agricultores, para quem estão localizados nestas áreas de difícil acesso, é com a urgência no transporte para resolver problemas de saúde, que, por só procurarem o médico quando já estão muito doentes, e não como prevenção, muitas vezes precisam sair da comunidade urgentemente, e/ou mesmo com as crianças (os netos) acidentadas no dia-a-dia, seja por queimaduras ou mesmo sofrendo quedas.

Juntamente com esses problemas relataram outros: como o de **segurança**, pois está sendo um dos fatores mais sérios enfrentados pelos agricultores, devido invasões, assaltos, furtos, violência e morte na zona rural. O município é muito carente em termos de policiamento que possa fazer a segurança da zona rural além da cidade, ou seja, ir também para os sítios.

Vejamos um depoimento de um agricultor:

Polícia não resolve nada, pois a gente vai dar queixa do ladrão, ele não é preso, porque vende o que roubou da gente e divide com alguns dos policiais. Quando o caso chega num ponto mais alto com juiz e promotor é um tal de “prova” que é quase impossível conseguir, porque se existisse punição prá eles, e se não existissem brechas para os advogados colocarem eles de novo prá roubar tudo seria diferente. Desse jeito ninguém quer servir de testemunha, porque na certa será o próximo alvo, e feliz do compadre ou da comadre que contar a história, aos compadres eles matam e as comadres eles fazem sexo à força. Só temos nossas orações ao Deus Todo Poderoso. (Agricultor 7)

Através da análise desses dados e depoimentos, constatamos que são sérios os problemas enfrentados pelo os agricultores familiares, e por toda a sociedade preocupada com o bem estar das famílias rurais, pois é na verdade um problema político-institucional não só em termos de localidade, mas de região e nação. Basta passarmos os olhos pelos boletins de ocorrência para constataremos que os ladrões que fazem opção preferencial pelo campo não rejeitam nada. “*Roubam tacho, eixo de carroça, bomba d’água, fiação elétrica, utensílios domésticos, ferramentas, veículos, gado e armas que vão engrossar o arsenal do crime.*” (GONÇALVES, 2008).

Portanto, fica nosso registro para que realmente problemas como estes não impeçam a continuidade da vida de tantas pessoas, de tantos jovens, que hoje são assassinados, como o caso do sobrinho de um agricultor, não deste grupo de estudo, mas do município em estudo, que no dia 14 de fevereiro de 2009 foi baleado e morto por ladrões que tentaram roubar sua moto. Era um estudante, que recentemente tinha passado no vestibular de Administração de Empresas para UFCG. Assim, quantos jovens, crianças, homens, mulheres e trabalhadores e trabalhadoras são assassinados fisicamente e psicologicamente, e não vemos a justiça se cumprir igualmente para todos, sem distinção de posição social, cor da pele ou poder econômico. Diante desta realidade são muitos os agricultores que estão abandonando o campo para aumentar o número de desempregados na zona urbana. E mesmo já tendo sido instituído pelo governo federal, em 2006, o *Plano Nacional de Combate à Violência no Campo*, criando varas de justiça, promotorias, defensorias públicas, polícias

militares e civis agrárias ainda não se constata a realização do combate aos crimes por parte destes responsáveis (GONÇALVES In: GLOBO RURAL, 2008), pois com certeza todos nós precisamos do trabalho e da solidariedade de todos, principalmente daqueles que colocam o alimento às nossas mesas através do suor de seus trabalhos.

↔ Com relação à infra-estrutura produtiva e benefícios encontrados nas propriedades

Os agricultores considerados bem sucedidos possuem em suas propriedades: Silos, galpões, foices, enxadas e carroças; cercas, currais, galpões e cocheiras. Na propriedade do agricultor (1): um açude com um pequeno restaurante às suas margens; agricultora (3): 02 barreiros e um pequeno açude e uma casa de morador com 02 cômodos.

Os agricultores considerados sucedidos possuem em suas propriedades: Silos, foices, enxadas, carros de boi, carroças e enxadecos; benefícios encontrados nos sítios: Cercas, currais e cocheiras; barreiros e cacimbas.

Os agricultores considerados com dificuldade de serem sucedidos possuem em suas propriedades e/ou sítios: Silos, enxadas, foices, enxadecos e carroças; benefícios encontrados nos sítios: Cercas, currais, matracas, enxadas, enxadecos e foices; cacimbas.

A partir dos dados acima apresentados com infra-estrutura e benefícios na propriedade, podemos constatar que esses agricultores familiares não possuem condições de tecnologia avançada para buscar uma melhor produtividade nas suas propriedades, portanto, ainda usam técnicas rudimentares. Neste contexto poderíamos chamá-los de agricultores com dificuldades de serem sucedidos.

Logo percebemos que, em termos objetivos, a partir da análise quantitativa de suas rendas, através das tabelas e do gráfico 03: sobre a distribuição das rendas por salário mínimo, fica mais fácil entendermos as suas classificações em categorias: bem sucedido, sucedido e com dificuldade de ser sucedido. No entanto, em termos subjetivos fica difícil classificá-los desta forma, pois os agricultores (7) e (8), por exemplo, que são considerados com dificuldades de serem bem sucedidos ou sucedidos economicamente, disseram ser conscientes da sua realidade econômica, e que poderiam tornar-se agricultores sucedidos ou até bem sucedidos se tivessem condições avançadas com acesso à tecnologia, ao associativismo e políticas públicas. No entanto, sentem-se felizes, gratificados e compensados por poderem continuar trabalhando e comercializando pela agricultura. Isto foi

percebido em suas falas pelos depoimentos, comportamento e demonstração de prazer quando foram fotografados na Feira.

Outra observação a ser considerada, é que mesmo com a classificação de sucesso ou dificuldade de sucesso entre os agricultores, participantes da Feira, a busca da sustentabilidade não ocorre apenas devido a um fator potencializador ou restritivo de forma isolada, como o caso da renda, mas sim por um conjunto de fatores, em diferentes potencialidades, os quais já vêm sendo observados de diversas formas: econômicas, sociais, culturais, ambientais, dentre outras.

↔ Com relação à prática ambiental (Reflorestamento, desmatamento, queimada, adubação química e orgânica, lixo e saneamento básico)

Com relação à prática ambiental dos três agricultores considerados bem sucedidos: Os agricultores (1) e (3) fazem adubação orgânica e química, não fazem queimadas, mas já fizeram desmatamento, e não existem áreas de reflorestamento; o lixo que não é orgânico, principalmente embalagens de perfumes e desodorantes, e ainda o papel higiênico, são enterrados num local distante dos reservatórios de água; o lixo orgânico dos dois agricultores são transformados em adubo orgânico e as garrafas de refrigerantes “pet” e de latas de cerveja do restaurante são entregues a um catador de lixo que leva para a cidade de Alagoa Nova, e as vende. Quanto ao agricultor (2), não faz queimadas, mas desmatou uma área de uma pequena reserva florestal para plantar banana. Disse ainda que só faz adubação orgânica com esterco de gado. O lixo da sua moradia, que é na cidade, é levado para o lixão do município.

Quanto ao saneamento básico, os agricultores (1) e (3), disseram que construíram fossas sépticas em locais de solos pedregosos, onde são levados os dejetos através de uma encanação. E quanto às águas usadas em banho e de cozinha segue depois de encanada, numa distância de 4 metros para o solo pedregoso. Com relação ao saneamento básico do agricultor (2), onde mora na cidade de Alagoa Nova, sua rua ainda não possui infra-estrutura com saneamento, as águas sujas de sua casa seguem a céu aberto até a fossa séptica coletiva do outro lado da rua e os dejetos humanos vão para uma fossa construída no quintal de sua casa. A água para o consumo humano e da casa vem de um poço de um vizinho ao lado, pois na sua também não existe água encanada.

Situação com a prática ambiental nas propriedades e/ou sítios dos agricultores considerados sucedidos: Os agricultores (4) e (5) não fazem queimadas, já os agricultores (6)

e (7) as fazem; todos fazem adubação orgânica; os agricultores (4) e (6) já fizeram desmatamento, mas apenas o agricultor (4) possui uma pequena área com preservação de algumas árvores centenárias; uma parte do lixo é queimada e enterrada, segundo eles, longe de águas no solo, com a preocupação do local. Apenas o casal de agricultor (5) seleciona o lixo orgânico que é doado à agricultora (3) para transformar em adubação orgânica, utilizando-se de minhocas.

Quanto ao saneamento básico, os agricultores (4), (5) e (6) possuem água encanada e disseram ter também encanado os dejetos até as fossas sépticas. As águas de banho e de cozinha são encanadas até um determinado local que segue até se espalhar no solo. O agricultor (7), não possui água encanada, mas encanou os dejetos até uma fossa séptica. As águas de banho e de cozinha deste agricultor são aparadas em bacias e jogadas no quintal.

Com relação à prática ambiental dos agricultores considerados com dificuldade de ser sucedido ou bem sucedido: Os agricultores (8) e (10) declaram já terem feito no passado queimadas no solo, hoje não fazem, e ainda estão adubando o mesmo apenas com adubo orgânico de esterco de gado; não desmatam e, apenas o agricultor 10, tem uma pequena área de preservação ambiental com árvores de sabiá que planta para fazer estacas e vender para a construção de cercas. Logo, quando desmata, depois refloresta. O lixo é queimado e enterrado, longe do lençol freático.

Com relação ao saneamento básico: Não existe água encanada nas casas dos agricultores (8) e (10), mas possuem fossas sépticas nos quintais. Já com relação às águas de banho e de cozinha são jogadas no quintal, colocando em risco à saúde também dos animais domésticos que bebem dessas águas. Com relação à questão ambiental no sítio da agricultora (9), esta não mora na casa do seu sítio, mas mora com seu irmão na casa do sítio deste, o agricultor (4), o qual arrendou o sítio da mesma.

Entendemos que a questão com saneamento básico é muito séria, pois como podemos observar, a partir dos depoimentos, esta questão é mais um problema de risco à saúde, principalmente daqueles agricultores familiares que não possuem água encanada, colocando em risco também toda a comunidade.

Dessa forma as regiões não cobertas pela rede de água encanada, as maiores vítimas são os recém-nascidos e as crianças pequenas, atingidas pelas doenças de pele, diarreias e outras que proliferam nessas condições. A cólera também encontrou terreno fértil para sua disseminação. Além das doenças transmitidas por água, são igualmente graves aquelas disseminadas pela falta de higiene, provocada pelo difícil acesso à água limpa (FERREIRA, 1992).

Quanto à questão do lixo (resíduos sólidos) doméstico entre os agricultores familiares foi observado e ainda declarado nos depoimentos práticas erradas com relação à forma de livrar-se do mesmo. Como podemos analisar a maioria enterra o lixo orgânico, alguns utilizam para transformar em adubo orgânico, e outros queimam alguns produtos, como o plástico e papel, poluindo ainda mais o ambiente.

Este problema torna-se mais sério na zona rural porque os espaços que eles possuem já são muito pequenos, e ao enterrar e/ou queimar o lixo causa danos ao solo, ao lençol freático e todo o meio ambiente, contaminando riachos, cacimbas, barreiros, etc., com prejuízos sérios à saúde e ao próprio local.

Se o esgotamento de recursos naturais ou a poluição do ar, água e solo não fossem suficientes para motivar uma mudança de valores e de comportamento, o oceano de lixo que produzimos diariamente exige repensar e reordenar nossas atividades (HOGAN, 1999). Sem dúvida, avanços técnicos serão necessários nos métodos de tratamento e armazenamento de resíduos, mas, antes de tudo, a solução é produzir menos lixo.

Ainda em relação à questão com aplicação de defensivos, declarou a maioria dos agricultores que, apesar de terem vivenciado o período com a modernização convencional, raramente faziam adubação química, principalmente por não possuírem capital financeiro para isto, apenas dois destes agricultores: (4) e (8) já utilizaram desta prática, quando adquiriram créditos antes da linha do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar.

↔ Com relação à localização geográfica

Observamos também a busca da sustentabilidade pelos agricultores familiares a partir da localização geográfica das propriedades, pois embora estas estejam localizadas no mesmo município, cada uma delas apresenta uma característica econômica, sócio-cultural, ambiental e geográfica diferenciadas.

Logo percebemos que nas localizações geográficas das propriedades dos agricultores familiares existem outros potenciais específicos, além da prática com a agricultura, para que haja desenvolvimento rural sustentável do local. Esses potenciais são recursos físicos, naturais e culturais que interferem na vida dos atores sociais, como: restaurantes turísticos, engenhos de cana-de-açúcar, casas grandes de engenhos, resquícios da primeira estrada de ferro do brejo paraibano, pontes antigas, trilha ecológica, cachoeiras,

açudes antigos e, acima de tudo, modos de vida relacionados à cultura do lugar que interferem no desenvolvimento das comunidades que, segundo Silva (1998, p. 6),

[...]O desenvolvimento da comunidade se encontra primeiro em compreender (i) a história, (ii) as características psico-sociais e sócio-culturais, (iii) o estado de desenvolvimento humano em que se encontra a população, (iv) o padrão de desenvolvimento tecnológico e econômico, (v) o grau de educação tanto formal como social e política, e (vi) o grau de organização dessa população

Esses potenciais existem não somente onde as propriedades se localizam perto de estradas asfaltadas que levam à cidade de Campina Grande, às cidades de São Sebastião de Lagoa de Roça e Esperança, e ainda perto da estrada asfaltada da própria cidade do município de Alagoa Nova que leva ao Distrito de São Tomé, mas também nas propriedades de localizações distantes de estradas asfaltadas onde estão inseridos os agricultores (2), considerado bem sucedido e (7) e (8), considerados com dificuldades de serem sucedidos.

As propriedades do agricultor (1), da agricultora (03), considerados bem sucedidos, e do casal de agricultor (5), considerado sucedido, estão localizadas perto das estradas que levam à cidade de Campina Grande e à cidade sede de Alagoa Nova, como também perto das estradas que levam as outras cidades mencionadas. Portanto, além dessas propriedades estarem localizadas em boas condições climáticas, de solo e com bastante água, como já foi descrito na caracterização de cada comunidade, favorável à agricultura e perto das estradas asfaltadas com boas condições para transportar as mercadorias para comercializar na Feagro, e ainda através delas poderem resolver outros problemas de ordem social como saúde e educação, elas também estão localizadas, hoje, na área conhecida como o “Circuito do Turismo Rural dos Restaurantes do Brejo Paraibano”, que vem sendo desenvolvido como um espaço turístico com potenciais físico, natural e cultural para o “desenvolvimento local sustentável” do município de Alagoa Nova-PB.

Com relação às localizações das outras propriedades onde estão inseridos os demais agricultores, além das boas condições favoráveis à agricultura, existem também nas localidades potenciais físicos, naturais e culturais que estão sendo utilizados para o desenvolvimento turístico do município. Esses potenciais são: a estrada antiga para a primeira ferrovia do Brejo Paraibano, onde está localizada a propriedade do agricultor (7); cachoeiras e trilha ecológica, onde se localiza a propriedade do agricultor (2); as paisagens da Serra da Boa Vista, onde ficam as propriedades dos agricultores (8) e (10), onde se pode ver também uma grande quantidade de pássaros raros como o galo de campina e o curió;

engenhos e casas grandes de engenhos antigos nas localidades dos agricultores (4) e (6) e da agricultora (09), como o conhecido Engenho Geraldo de Alagoa Nova.

Portanto, esses potenciais aqui apresentados oferecem também condições para a sustentabilidade político-institucional, através da participação com decisões nas políticas públicas que venham interferir na vida dos agricultores familiares que, segundo Sachs (2002, p. 5) “[...] sejam respeitados e reconhecidos os direitos ao habitat natural, de forma que o direito das comunidades locais aos seus recursos deve ser integrado às leis nacionais e internacionais...”

Logo, cabem as dimensões político-institucional e ética, através da participação, fazer valer os direitos e as leis, de forma que, sejam prevalecidos os interesses das comunidades, e não apenas os interesses individualistas daqueles que buscam se aproveitar dos recursos físicos, naturais, e ainda dos talentos humanos existentes nas localidades apenas como ganho de mercado.

3.2 Sustentabilidade político-institucional e ética

As dimensões político-institucional e ética foram também incluídas nas perguntas semi-diretivas, através das entrevistas. Elas não só foram analisadas a partir dos dados provenientes das entrevistas e dos depoimentos, mas, também, foram observadas durante as visitas realizadas junto aos agricultores, nas suas localidades.

Constatamos que, não são somente as questões econômicas e sócio-culturais levam a uma qualificação de sucesso ou insucesso dos agricultores familiares participantes da FEAGRO, mas outros fatores são relevantes para que busquem alcançar a sustentabilidade.

Portanto, dentre esses fatores, estão incluídas as questões com dimensões político-institucional e ética, que discurremos a seguir:

3.2.1 Dimensão político-institucional

Para os agricultores familiares deste estudo, sempre foi crucial a questão da sustentabilidade político-institucional, tendo em vista que, durante muitos anos, eles foram reféns de “pacotes tecnológicos” impostos de cima para baixo, os quais, em sua maioria, executados pela EMATER-PB, sem a devida preocupação com a realidade dos agricultores familiares, e ainda menos, com a preocupação dos “talentos humanos” existentes entre eles, para que pudessem decidir sobre o futuro de suas vidas e de suas famílias.

Hoje, apesar das mudanças políticas virem na Constituição de 1988, principalmente com a questão da participação, observamos que os agricultores familiares não participam, não discutem e não decidem sobre as políticas públicas, planos ou projetos que venham beneficiá-los juntamente com a comunidade de forma sustentável. Participação, como bem expressa Silva (1998, p. 14), *“como uma estratégia que ativa o “diálogo de saberes”—entre o conhecimento institucional e a sabedora popular--que é necessário para orientar a intervenção em uma comunidade para transformá-la.”*

Assim, entre os saberes dos atores sociais inseridos no local, com seus conhecimentos empíricos, e os das instituições através de suas políticas públicas, seus planos e seus projetos, seja pela EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural da Paraíba), ou pelo MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), ou de qualquer outro órgão que pretenda executar políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento local dos agricultores familiares, faz-se necessário a existência de diálogos dos saberes.

Com relação à instituição da EMATER-PB, através dos depoimentos dos agricultores participantes da Feira, todos foram unânimes em declarar que sentem muita falta da presença dos técnicos daquela instituição no acompanhamento não só no local da Feira, mas também nas propriedades, no sentido de prestar assistência técnica, de forma que possam melhorar a produção e também informar sobre os processos de mudanças com tecnologias que venham beneficiá-los de forma sustentável.

De acordo com De Souza Silva (2001, p. 58), *“a sustentabilidade institucional é um estado de reconhecimento social e de apoio político, institucional e financeiro logrado por uma organização, como resultado de um processo de interação e negociação permanente com os atores-chave de seu entorno relevante”*.

Constatamos, a partir dos depoimentos dos agricultores familiares, que a sustentabilidade institucional, na visão do autor acima citado, não está acontecendo entre os

atores sociais: Os agricultores familiares e a EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão da Paraíba), porque, de acordo ainda com Leroy (2002) está faltando o reconhecimento de que as instituições são também feitas por pessoas (religiosas, empresariais, governamentais, instituições sociais, famílias, etc.), que estão inseridas no mundo e, portanto, necessitam de diálogo para concretizar a sustentabilidade.

Ainda através das entrevistas com os agricultores do município em estudo, verificamos que abordaram a criação da Associação da FEAGRO – AACB (Associação do Agronegócio do Compartimento da Borborema), em 1996, que teve como objetivo principal buscar uma melhor organização da produção com planejamento, evitar levar produtos trazidos de fora, ou seja, comercializar apenas os produtos próprios das unidades de produção, e que através dela seriam discutidos e decididos todos os problemas e planos da FEAGRO/CG. Não obstante, segundo os agricultores familiares, a Associação não vem cumprindo seu papel político como interventora democrática nas tomadas de decisões sócio-políticas do empreendimento agrícola.

Entendemos, portanto, através dos depoimentos, que a Associação existe, mas não tem a função de organização política e que funciona, hoje, exclusivamente para resolver problemas administrativos como angariar fundos para poder pagar alguns trabalhadores de fora, que colocam os bancos no local da Feira e outras atividades administrativas.

Logo, durante todo o trabalho de campo não foi executada nem uma reunião com os agricultores familiares participantes da FEAGRO, através da Associação, para que fosse possível entender o grau de participação política existente entre eles.

Diante das colocações expostas, entendemos que muito dos problemas que os atores sociais apresentaram estão relacionados com a falta de *“consciência e de politização”* (DA MATA, 2009) pelo caminho da participação com decisão, não só dos agricultores, mas de todos os atores sociais envolvidos com o processo de sustentabilidade: os agricultores familiares, as instituições e os consumidores.

Como nossa preocupação central está voltada para analisar como os agricultores vêm buscando construir sustentabilidade, entendemos que a dimensão político-institucional é sobremaneira importante para que se efetive a sustentabilidade com desenvolvimento humano individual e coletivo, ou seja, o desenvolvimento das comunidades.

3.2.2 Relações dos agricultores familiares com a dimensão ética

Com relação à dimensão ética praticada pelos agricultores familiares, identificamos pelos depoimentos e também pelas ações cotidianas, que os mesmos vêm através de mudanças sócio-culturais, a partir da comercialização na Feagro, executando formas de relacionamentos que tentam prevalecer à ética entre eles; entre os comerciantes e os consumidores; entre estes e os agricultores; e, principalmente, entre o local onde vivem com a família e executam as práticas agrícolas.

Observamos que as relações desenvolvidas entre eles se estabelecem de forma respeitosa, não egoísta e ainda de forma solidária, pois dependendo do problema que surja na vida do agricultor, participante da Feagro, muitas vezes um ajuda o outro, como por exemplo, levando o produto de outro para ser comercializado na Feira, que por algum motivo pessoal não pôde ser realizado pelo dono do mesmo.

Com relação à ética executada entre os comerciantes e os consumidores observamos que os agricultores familiares da Feagro procuram manter o empreendimento de forma organizada como: evitando preços que fujam da realidade do mercado; distribuição dos produtos nos bancos da Feira com agregação de valor; priorizando o consumidor através da oferta de produtos de boa qualidade, como, por exemplo, os produtos orgânicos; e ainda procurando tratar bem os consumidores. Vejamos dois depoimentos que corroboram estas afirmativas:

Sou freguês desde a primeira Feira. Quando comecei a comprar aqui na FEAGRO percebi logo a diferença como esses agricultores comerciantes nos tratam, são bem educados, mas acima de tudo preocupados em vender bons produtos com qualidade. [...] O preço é bom, às vezes percebo mais caro, aí é só pesquisar e falar que eles pedem desculpas se justificando que foram na conversa dos atravessadores, que os perseguem até no local da Feagro, e baixam o preço do produto. (Consumidor A) (FOTO 17: FEAGRO/CG, janeiro/2009)



Esta Feira para mim, não é uma Feira comum, mas ela é especial, pela confiança que adquiri pelos produtos orgânicos de alguns agricultores, e também pelo carinho que eles têm com a gente, consumidor. O atendimento dos agricultores com a gente é muito diferente do atendimento feito pelos comerciantes que são atravessadores. Os agricultores são sensíveis e não pensam somente no dinheiro que vamos pagar, eles se preocupam em escolher até os produtos melhores, conversam, explicam porque tal produto está de cor diferente, queimado de muita chuva ou sol. Eles nos tratam como se fôssemos, é deixa pensar... como se nós fregueses fôssemos seus patrões, os donos de seus produtos [...]. (Consumidora B) (Foto 18):



(FOTO 18: FEAGRO/CG – Parque do Povo, Campina Grande, janeiro/2009)

Com relação à ética entre os consumidores e os agricultores familiares, segundo entrevista com um dos primeiros agricultores de produtos orgânicos da Feagro, declarou que muitos consumidores e/ou fregueses dos agricultores são solidários, pois não se preocupam apenas com a qualidade e preço dos alimentos e/ou produtos, mas também com os problemas sociais dos feirantes, procurando sempre dialogar com os mesmos para tentar ajudar nas soluções de alguns problemas existentes. Declarou o ex-presidente da Associação da Feagro:

[...] Os produtos da FEAGRO, ou mesmo a FEAGRO não só dispõe de valor de compra e venda, mas ela também tem o valor social. Aqui temos fregueses advogados, jornalistas, professores das universidades federal e estadual, curador do meio ambiente de Campina Grande, entre outros, que estão sempre em contato com a gente, perguntando se estamos com problemas aqui e na comunidade para poder nos ajudar (Agricultor 07).

A partir do depoimento acima podemos constatar que a FEAGRO se constitui como um espaço de ação não só da comercialização, mas como um espaço de aprendizagem e de sensibilização para construção da cidadania (BETO, 1999).

Já com relação ao papel ético da instituição da EMATER-PB, principal parceira dos agricultores familiares, foi declarado, através de depoimento de um ex-técnico da EMATER, o seguinte:

Atualmente os trabalhos de extensão rural com assistência técnica através da EMATER vêm sendo executados exclusivamente para a agricultura familiar e também voltados para a questão da agricultura orgânica, tendo em vista que nosso agricultor já executa esta prática, devido à falta de condições financeiras para fazer adubação química. Mas o que falta realmente é um acompanhamento assíduo da EMATER com os técnicos junto aos agricultores da Feagro em suas comunidades. Isto hoje está se tornando uma questão muito séria, não só para os agricultores participantes da Feira, como para os outros agricultores não participantes, devido a falta, também, de recursos financeiros da instituição para realizar o acompanhamento junto ao seu público alvo: os agricultores familiares. (Ex-técnico da EMATER-CG)

Logo, percebemos que é de fundamental importância que as instituições cumpram com seu papel ético, porque além de serem formadas por pessoas, são também para as pessoas que suas execuções irão influenciar.

Para finalizar, vejamos a relação com a dimensão ética que os agricultores familiares estão construindo com a sua família e com o local, a partir da comercialização direta dos seus produtos:

- a) Proporcionando a família uma melhor qualidade de vida, não apenas em termos econômicos, mas também social, através da oportunidade de ampliar os conhecimentos por meio da educação e da capacitação adquirida através de cursos que venham melhorar as relações com suas atividades comerciais e pessoais no local;
- b) Têm buscado, através de algumas práticas sustentáveis, preservar o meio ambiente onde vivem e onde se relacionam no local da Feira, através da mudança de comportamento, como já nos referimos na parte sobre a prática ambiental dos agricultores familiares.
- c) Adquirindo bens de consumo que, de acordo com os agricultores familiares, abrem oportunidades para o atendimento de suas necessidades individuais, da família e para a melhoria dos empreendimentos comerciais;

Não obstante, é necessário que os atores sociais desenvolvam melhor compreensão do papel do consumo nas suas vidas, pois, segundo Feldmann (2005, p. 148), “o consumo é

essencial para a vida humana, visto que cada um de nós é consumidor. O problema não é o consumo em si mesmo, mas os seus padrões e efeitos, no que se refere à conciliação de suas pressões sobre o meio ambiente e o atendimento das necessidades básicas da Humanidade”.

Assim, a partir de todos os relacionamentos mencionados neste item sobre a dimensão ética com os agricultores familiares, concluímos que é possível identificar a presença desta dimensão, como “*cultivo das condições, relações e significados que geram, mantêm e dão sentido à vida*” (DE SOUZA SILVA, 2008, p. 19), com oportunidades para o exercício da cidadania.

3.3 Análise focal da busca pela sustentabilidade e qualidade de vida, através das mudanças na produção e comercialização, depois da participação na FEAGRO/CG

A partir da realização da primeira Feira, que teve como objetivo principal se constituir num evento cultural em comemoração ao “Dia do Agricultor”, a FEAGRO/CG se tornou para os agricultores familiares, dela participantes, uma alternativa de possibilidade sustentável com mudanças culturais na forma de produzir e comercializar, que influenciaram outras questões além das sócio-econômicas, tais como: político-institucionais, ambiental e ética em seus relacionamentos.

Esses agricultores familiares, durante muito tempo, produziram apenas produtos de subsistência, tais como: feijão, milho, mandioca, batata-doce e algumas frutíferas. Alguns agricultores conseguiam deixar sementes de feijão e milho armazenadas, para servir na plantação do ano seguinte, outros agricultores, devido a pouca produção, mal dava para comercializar esses produtos com o intermediário para que o pouco que lucrasse pudesse suprir outras necessidades e da família, como vestimentas e calçados. Vivendo, portanto, uma vida precária em termos de qualquer questão de sustentabilidade.

A partir da concretização da FEAGRO, os agricultores familiares, participantes da Feira, passam de agricultores tradicionais de subsistência e dependentes do intermediário para agricultores familiares que diversificam e comercializam seus produtos, como forma de melhor competir no mercado; agregando valor ao produto; e ainda buscando produzir de

forma orgânica, aproveitando, inclusive, as condições geográficas e climáticas do referido município.

Os produtos mais comercializados nessa Feira são os de fruticultura como a banana, a laranja, cajú e manga; às hortaliças são produzidas de forma convencional com uso de agrotóxicos, mas pouca, pois a maioria é produzida de forma orgânica, devido esta gerar mais rendimento econômico pela aceitação de mercado e por proporcionar uma melhor qualidade de vida tanto para a família como para quem a consome.

Segundo Wanderley (1996, p. 21), essa mudança na forma de produzir, colocada aqui neste trabalho através da FEAGRO, refere-se ao fato de que nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc. –, tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se em um agente da agricultura moderna.

Considerando que existe uma nova realidade na forma de produzir e comercializar os produtos, para enfrentar os desafios, os agricultores familiares necessitam olhar essas atividades com “*profissionalismo*”, ou seja, com a sua experiência possam buscar a superação das dificuldades, através do planejamento da propriedade rural na produção diferenciada, buscando conhecer, inclusive, de mercado e consumidor (TEDESCO et al., 1999).

Em um dos depoimentos dos agricultores podemos observar essa tendência:

Sempre plantei e colhi agradecendo a Deus pelo que a terra me dava só para o sustento da minha família. Nunca pensei que pudesse mudar a forma de produzir, plantando de tudo um pouco, e até de poder comprar um outro sítio e vender meu produto diretamente ao consumidor, e ainda me preocupando com questões de preço e qualidade prá melhor atender o freguês e a vida da minha família. (Agricultor 2)

Ainda, segundo entrevista com um técnico da EMATER de Campina Grande, que iniciou o acompanhamento com os primeiros agricultores na Feira, outros fatores também levaram à mudança da produção e comercialização, aqui no município, para que acreditassem na Feagro:

Com a chegada do Plano Real para acabar com a inflação, os lucros diminuíram mais ainda para o pequeno agricultor rural, pois quando àquela aumentava, aumentava também o lucro, devido o aumento do preço do produto. Mas, logo após a implantação deste Plano, vieram as

exigências do neoliberalismo forçando a descentralização político-administrativa. Assim, diante de todo esse contexto de crise, os pequenos agricultores vêm a Feagro “como uma luz no fundo do túnel”, buscando agora diversificar a comercialização com a produção de produtos hortifrutigranjeiros voltados mais para a forma orgânica. (Técnico da EMATER-Campina Grande-PB.) (Foto 19):



(FOTO 19: FEAGRO/CG – Parque do Povo, Campina Grande, janeiro/09)

Com a divulgação pela mídia, rádio e outras formas sobre a FEAGRO/CG, os consumidores passaram a exigir dos agricultores produtos orgânicos, muito embora sem o selo de certificação. Dessa forma, os agricultores passaram a exigir também da EMATER, através da assistência técnica, acompanhamento e incentivo à produção de mudas dentro da agricultura orgânica com a produção de alimentos hortifrutigranjeiros, livres de agrotóxicos.

Verificamos, portanto, que os agricultores familiares, mesmo com muito obstáculo, a partir dessa nova alternativa de comercializar diretamente seus produtos na Feagro sem o intermediário, houve uma mudança na qualidade de vida entre eles, de certa forma ‘sustentável’, se aproximando da visão de Garcia (1985), o qual ensina que o desenvolvimento é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e suas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e interrelacionadas dimensões: econômica, social, cultural, ecológica, política e institucional, e ainda, segundo De Souza Silva (2008) nas dimensões filosófica e ética.

Para corroborar estas afirmativas, referenciadas aos autores acima, relacionamos as mesmas aos seguintes depoimentos

Com a FEAGRO minha vida e da minha família mudou, pois através da comercialização direta dos meus produtos, sem ter que vender prá o atravessador, não só tenho mais renda, mas tenho conhecimento do valor

do meu trabalho, pois posso decidir sobre o valor do meu produto sem precisar explorar as pessoas, pois desde que entendo de gente que escutava de meu pai: mesmo que lhe roube não roube também, seja honesto, porque na vida só se ganha a fama de ser direito (Agricultor 4).

É pena que meus pais não estão mais aqui para ver que belezura é esta Feira. Onde a gente mesmo decide o preço dos produtos, não com exploração. Agora sim a gente aqui pode trazer o produto, e o que é bem bom é poder ter conhecimento de algumas coisas que acontecem fora da nossa comunidade. Também conhecer novas pessoas e fazer amizades com fregueses que até ajudam a gente, como o Dr. lá do HU. Pois sim, é muito bom vê o que acontece fora do sítio, é muito bom mesmo se juntar e ver todo mundo aqui feliz, negociando a gente mesmo o que se plantou, ser dono sem explorar. (Agricultor 7)

[...] A Feagro não é uma Feira qualquer moça, é a 'Feira da Educação', porque aqui a gente é bem tratado, os fregueses são educados e conversam com a gente. Também a gente trata bem, agrada eles, porque não adianta a gente só ganhar dinheiro, mas tem que buscar ser grato. Mesmo que a gente saiba que foi por nosso trabalho dado por Nosso Deus, mesmo assim, nada é melhor do que reconhecer que sem o outro não se vai a lugar nenhum, pois tudo se acaba, menos as boas amizades da vida que ficam no nosso coração. (Agricultor 10)

Aqui também entendi melhor que os venenos que se compra para as nossas hortas vão matar mais rápido as pessoas, e aí pensei: como é que os filhos dos meus fregueses vão comprar os produtos futuramente dos meus filhos, dos meus netos? Não, não estou colocando veneno nas minhas verdurinhas. Elas às vezes queimam todinha, mas não coloco veneno não. Pois se tem uma coisa que não gosto é de ser mentiroso, e não vou de jeito nenhum enganar a confiança dos meus fregueses. (Agricultor 6)

Quando fiz a primeira Feira, foi muito engraçado, eu não sabia por quanto vender minha banana, o feijão, o milho, nem a batata doce. Porque durante tanto tempo só vendia prá o atravessador. Aí, graças a Deus estou até hoje, aqui. Mas, só acho que a gente poderia melhorar se a nossa Associação não fosse só pra arrecadar uma quantia em dinheiro prá ajudar a pagar algumas despesas, como a de colocar os bancos por outras pessoas. Arrumar num sabe. Mas, a gente era prá se reunir, discutir sobre esses feirantes de fora que tomam conta dos arredores da nossa Feira. A gente sabe que é porque o prefeito disse que é pra eles ficarem aqui também. Mas, até outros colegas agricultores acham certo, porque já que a gente às vezes não tem nosso produto orgânico, os atravessadores vendem os que a gente não tem e os fregueses vêm comprar outras coisas que a gente tenha na Feira. Num sei não, isso parece coisa de politicagem, de conseguir votos. Mas a gente num pode nem reclamar porque o local da Feira é a Prefeitura que dar a gente. Só sei que se a gente buscasse nosso direito a gente ganhava essa parada, e crescia muito mais, principalmente como pessoa. (Agricultora 3).

Tem coisa que não entendo, dizem que tudo está mudando, a gente tá mudando nossa maneira de plantar, produzir e vender nossos produtos. Só não entendo porque os políticos e a EMATER também não mudam. Pois, hoje se fala de crise na televisão, que é preciso economizar, mas a EMATER já economiza faz tempo, pois não vai mais no nosso sítio nos orientar. Os políticos, esses sim é que estão em crise (risos), pois só visita a gente de 4 em 4 anos. Quem trabalha de verdade não tem crise. Acho que falta vontade de querer lutar por nós, porque ricos eles são, trabalhar não trabalham, pois a gente trabalha por eles. Sabe, é de vergonha na cara que eles precisam. (Agricultor 8).

Estou investindo na casa da rua, escolhi o terreno perto do Parque da Lagoa, em Alagoa Nova, pois até fazer caminhada à noite eu posso. Já estou ficando mais cansado, minha mulher também, e meus outros netos do sítio já estão estudando, em breve precisam ficar nesses transportes da educação, que são velhos, e podendo ficar aqui em casa prá estudar é melhor. Não vou deixar o pior acontecer, tenho mais é que ajudar a todos. (Agricultor 2)

[...] Não é fácil prá gente mulher aprender a comercializar na Feira, porque nossos maridos não confiam muito em nós, dizendo que vamos ser enganadas por sermos mulheres. Mas, acho é que eles têm é ciúmes, pois muitas vezes vendemos mais que eles. Mas, de tanto insistir hoje fazemos juntos nossas vendas, através da transformação de alimentos. É um pequeno local onde cozinhamos macaxeira, cuscus, inhame, galinha de capoeira, bode e picado prá quem quer comer na Feira. (Agricultora 5)

Diante dos depoimentos expressos neste trabalho, constatamos que os agricultores familiares, participantes da Feira Agropecuária, estão de alguma forma buscando construir sustentabilidade para uma melhor qualidade de vida, muito embora, às vezes, de forma inconsciente desse papel, mas o que é melhor, fazendo com que outras pessoas também possam ser beneficiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou mostrar como os agricultores familiares do município de Alagoa Nova, participantes da Feira Agropecuária, com a comercialização direta dos seus produtos, vêm buscando sustentabilidade em suas multidimensões, como forma de melhorar também a qualidade de vida.

A comercialização direta dos produtos pelos agricultores familiares, através da Feagro, tem proporcionado aos mesmos uma experiência única em suas vidas, visto que viviam dependentes totalmente do atravessador, desde muito tempo.

Não obstante, a Feagro não somente tem oferecido condições de “autonomia” econômica aos agricultores familiares entrevistados, como também se tornou uma alternativa de inclusão no mercado com competitividade, devido à mudança na forma de produzir com a diversificação dos produtos e com a prática da agricultura orgânica, que, dessa forma, vem também minimizando os impactos ambientais e oferecendo formas sustentáveis de produção para a agricultura familiar e para os consumidores.

Além dessas mudanças, outros aspectos econômicos e socioculturais foram também relevantes como indicativos favoráveis e não favoráveis à conquista da sustentabilidade pelos agricultores familiares com relação à agricultura e a comercialização: a questão da renda, a busca de outra atividade comercial além da comercialização na Feira e a questão da localização geográfica com suas diversidades e realidades. Diante destes aspectos, classificamos os agricultores familiares em três categorias: agricultores bem sucedidos, agricultores sucedidos e agricultores com dificuldade de ser bem sucedido.

Como sabemos que a busca da sustentabilidade não é algo que se pode construir facilmente, ao tentarmos responder os objetivos propostos nesta pesquisa, tivemos mais surpresas, pois, ao respondê-los, nos deparamos com questões que com certeza servirão de base para futuras pesquisas, no entanto, no momento, é relevante ratificá-las neste espaço das considerações finais.

Visto que a Feagro é o pivô das mudanças nas vidas dos agricultores e agricultoras rurais do município de Alagoa Nova, que participam da mesma, e que não estão relacionadas apenas com a dimensão econômica e sociocultural desses agricultores familiares, mas com as multidimensões colocadas aqui nesta pesquisa, gostaríamos de dar ênfase a dimensão político-institucional, porque nos foi muito chamativa, devido, principalmente, a muitas referências feitas pelos agricultores familiares sobre a mesma, talvez por ser ainda bastante

difícil de ser buscada, tendo em vista uma série de fatores percebidos através das entrevistas e da observação participante, como a cultura, a realidade do local onde estão inseridos, a falta de empoderamento, através da oportunidade de participação e decisão, a falta de consciência política e até a falta de ética por algumas pessoas.

Observamos, portanto, que a questão cultural está intrinsecamente relacionada à vida e aos lugares dos agricultores familiares devido às questões de assistencialismo, subserviência e até de dependência política, principalmente com a presença de vereadores “penetras” que dificultam os intentos e desprezam os talentos dos agricultores para a realização plena da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável do local.

A realidade vivida pelos agricultores familiares de um pequeno município como o de Alagoa Nova, que depende principalmente de políticas públicas, de apoio democrático e ainda de recursos governamentais endógenos e exógenos, não é diferente das realidades vividas por muitos outros municípios que necessitam também de empoderamento que, não sendo facilitado pelo poder político, que, hoje mais do que nunca, está submisso ao poder econômico, tendo em vista o egoísmo desenfreado pelo ter e a falta de ética com o ser humano e o meio ambiente, tornando, assim, mais difícil o alcance da sustentabilidade.

Também por não haver entre os agricultores familiares participação com decisão através da Associação, focando-se esta apenas para o controle de funções secundárias como arrecadar dinheiro para cobrir despesas administrativas, que dificulta ainda mais haver uma consciência crítica da realidade para eliminar a sobrepujança da questão do mercado que vem sobrepondo-se, cada vez mais, sobre os interesses de solidariedade e participação política na vida e no local desses agricultores familiares.

Outro problema, relacionado diretamente a questão da dimensão institucional e cobrado pelos agricultores familiares, tem sido a ausência de participação da instituição da EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba no acompanhamento dos trabalhos agrícolas, tanto pela falta de assistência técnica no campo, como pela falta da presença no local da Feira para impor mais organização na comercialização dos produtos e até da ajuda na cobrança da retirada dos atravessadores, que, a cada dia, continuam invadindo os arredores do espaço da mesma, o qual foi conquistado pelos agricultores familiares, descaracterizando, portanto, através da invasão o objetivo principal da Feagro, quando da sua criação, que seria eliminar o atravessador do seu convívio econômico e sociocultural.

Logo, diante da dificuldade encontrada pela busca da sustentabilidade político-institucional, aqui apresentada neste estudo, ficam, portanto, os agricultores familiares

impossibilitados de adquirirem uma sustentabilidade com autonomia e independência política.

Dessa forma finalizamos desejosos para que seja dado a cada cidadão, a cada categoria, a cada instituição o direito de liberdade para atuar com igualdade, justiça e solidariedade, não precisando somente ser tolerado, mas respeitado no seu espaço através da decisão, visto que esta é o único motivo que leva à satisfação plena do ser humano, sendo respaldado pela nossa Constituição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo - Hucitec, 1992.

_____. Ricardo. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

AGENDA 21 GLOBAL. Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (Rio 92). Brasília: Senado Federal, 1996. 585 p.

ALMEIDA, JR. José Maria de. **A construção social de uma nova agricultura**. Editora da Universidade. UFRGS, 1993.

_____. **Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável**. Revista Humanidades, v. 10, n. 4. Brasília, 1994.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

ALVES, E. **Agricultura familiar**. Revista de Política Agrícola, n.3 – Brasília: Conab. jul.ago.set./1997.

AMARAL, Sílvia Corado do. **O papel político da mulher nas ocupações de terreno na periferia de Campina Grande: O cotidiano de uma cidadania em processo**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia. Orientadora: Dra. Deolinda de Souza Ramalho. UFPB/Campina Grande, 1995.

BARBOSA, P. J. **Vida, ecossistema e valores**. São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 1998.

BARROS, Nélon Filice de. & NUNES, Everardo Duarte. **Sociologia, medicina e a construção da sociologia da saúde**. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 43(1), 169-75. 2009.

BARROS, Ricardo Paes at all. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BETO, Frei. **A cidadania ao seu alcance**. In: Revista Mundo Jovem, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 21-22, mar. 1999.

BRAGA, Roberto. **Rota cultural ‘Caminhos do Frio’ é apresentada em João Pessoa.** ‘Caminhos do frio’ irá promover as belezas naturais e a cultura do Brejo Paraibano. Disponível em www.paraiba.pb.gov.br. Acesso em 21 mar. 2009.

BROSE, Markus. **O aprendizado prático com monitoramento e avaliação.** Um estímulo à reflexão. [s.l.: s.n.], mar. 2003. 14 p. Disponível em <<http://www.markus.brose.nom.br/textos.htm>>. Acesso em: 31 out. 2003.

BRUMER, Anita. Agricultura familiar. **As formas modernas de agricultura familiar.** Realidade e Perspectiva 2. Ed. EDIUPF, 1999.

BRUNDTLAND-REPORT Word. Comission on Environment and Development: our common future. Oxford and New York, 1987 IN: OLIVEIRA, A. F. S. **A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar.** UFCE, 2008.

BUARQUE, S. **Desenvolvimento sustentável da Zona da Mata.** Recife: SEPLAN-IICA (Relatório técnico), 1994.

_____. **Qualidade de vida: a modernização da utopia.** Revista de Cultura e Política. São Paulo, Lua Nova, n. 31, p. 33-36, 1993.

BUSS, Paulo Marchiori; RAMOS, Célia Leitão. Desenvolvimento local e agenda 21: Desafio da cidadania. **In: DESENVOLVIMENTO local.** Rio de Janeiro: Oficina Social, 2000. 120 p. (Cadernos da Oficina Social, 3), p. 13-63.

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais.** (Coleção FGV Prática) - Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CAMARGO, Aspácia. **Governança para o século 21.** IN: TRIGUEIRO, André. (Coord.). **Meio ambiente no século 21.** 4ª Ed. Campinas-SP: (Autores Associados), 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade.** Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IRSA, 2000b.

CARVALHO. C. X; MALAGODI, E. A (orientador). **A agricultura familiar convencional e a agroecologia camponesa: desafios e perspectivas.** (Projeto de Tese). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande - PB, 2003.

CHAMBERS, R. **Rural development:** putting the last first. London: Longman, 1983. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

CMMAD (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Agenda 21**, Rio de Janeiro, 1992.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis**. Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>>. Acesso em 24/03/2005.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

COSTA DE SOUSA, Geísa M. **A utopia do desenvolvimento sustentável**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável. Orientador: Dr. Renato Kilpp. Unidade Acadêmica de Economia/UFCG. Campina Grande, 2006.

_____. **Agricultura familiar: A busca da autonomia** (O caso dos pequenos produtores familiares rurais, sócios da FEAGRO/CG, do município de Alagoa Nova-PB). Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Área de concentração em Sociologia, Orientadora: Dra. Deolinda de Souza Ramalho e Co-orientadora: Dra. Silvana Eloísa da S. Ribeiro. Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia da UFCG. Campina Grande, 2002.

DA COSTA, Mary Delane G. **Sustentabilidade e qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária no nordeste semi-árido: uma possibilidade real ou um sonho impossível?** (Estudo de casos no Estado da Paraíba). Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Orientadora: Dra. Ghislaine Duqué – UFPB/Campina Grande, 2001.

DA MATA, Roberto. Entrevista: **Consciência, participação e racismo** (Cota para os negros nas Universidades Públicas). Brasília, TV Senado, fev. 2009.

DANTAS, Leiliam C. **Desenvolvimento local e valorização de produtos dos engenhos de cana-de-açúcar em base territorial: O caso do Brejo Paraibano**, 2003. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DE SOUZA SILVA, José. **La dimensión institucional del desarrollo sostenible: de las “reglas de la vulnerabilidad” a las “premisas de la sostenibilidad” em el contexto del cambio de época**. Proyecto “Nuevo Paradigma” (Servicio Internacional para la Investigación Agrícola Nacional (ISNAR). San José/Costa Rica, 2001.

_____. **A mudança de época e o contexto global cambiante: implicações para a mudança institucional em organizações de desenvolvimento**. João Pessoa, 2002.

_____. **“Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária – Contexto, interação e ética para a inclusão social”**. In: Ciência como instrumento de interação social. SOUSA, I. S. F. de; CABRAL, J. R. F. (Editores). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, Ed. Ícone, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentáveis: Da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo: Esalq/USP, 2003.

ELY, Aloísio. **Economia do Meio Ambiente**: Uma apreciação introdutória interdisciplinar da poluição, ecologia e qualidade ambiental. Porto Alegre, 4. ed., Porto Alegre-RS: Fundação de Economia e Estatística, 1990.

FAO/INCRA. **Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto – Brasília, UTF/BRA, 2000.

FELDMANN, Fábio. **Meio ambiente e consumismo**. IN: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**. 4ª ed. Campinas-SP: (Autores Associados), 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

FERREIRA, L. da C. & FERREIRA, B. **Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade**. Campinas, SP, Ed. Da UNICAMP, 1992.

FONTES, B. (Org.) & MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **Redes, práticas associativas e gestão pública**. 01. ed. Recife: editora da UFPE, 2006. v. 01.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. In: DESENVOLVIMENTO Local. Rio de Janeiro: Oficina Social, 2000. 120 p. 67-97. (Cadernos da Oficina Social, 3).

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. Ambiente & Sociedade – [on line], Jul/Dez 2001, n. 9 (citado 07 dezembro 2004). Disponível na [http:// www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php).

GAMARGO, Aspácia. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, André.; Prefácio de Marina Silva. **Meio ambiente para o século 21**. 4. ed. - Campinas, São Paulo, (Autores Associados), 2005.

GARCIA, A. **Modelos operacionais de reforma agrária e desenvolvimento rural em América Latina**. IICA - San José, Costa Rica, 1985.

GOLDEMBERG, Jose. Meio ambiente/energia: o caminho até Joanesburgo. In: TRIGUEIRO, André. Prefácio de Marina Silva. **Meio ambiente no século 21**. 4. ed. - Campinas, São Paulo, (Autores associados), 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.132.

GONÇALVES, Suely. **O campo na mira**. A Palavra do Campo - GLOBO RURAL, São Paulo, Ano 24, n. 278 dezembro/2008.

HAGUETTE, Tereza Maria F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3 Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

HOGAN, D. J. **Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras**. Campinas-SP, Ed. Da UNICAMP, 1999.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: Desafios de um processo em construção**. Recife - IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), 1998.

JELIN, Elizabeth. **Mulheres e Direitos Humanos**. Estudos Feministas, v. 2, n. 3, p. 117-149, ano: 1994.

JOLLIVET, M. L'Analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire. In: _____. MENDRAS, H. Les Collectivités Rurales Française. Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village? Paris: Librairie Armand Colin, 1974. p. 155-230.

KAGEYAMA, Ângela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas-SP, 1987.

_____. Ângela. (coord.). Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n.2, p. 71-84, jul/dez. 2004.

KRUTMAN, Mariacy Henriette. **Fatores críticos no êxito da gestão de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS)**. Tese de doutorado para obtenção do grau de doutor em Ciências em Engenharia da Produção. Rio de Janeiro, 2004.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito?** Revista Proposta nº 71, fev/1997.

LEAL, Willins. **Alagoa Nova se destaca pela melhor cachaça**. Jornal Correio da Paraíba, Campina Grande, 05 set. de 2007, p. 7.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: PNUMA e Ed. Vozes, 2001.

LEROY, Jean-Pierre. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Projeto estratégico alternativo**. Texto selecionado da área de estudos e capacitação da FASE. Brasília-DF, 1988.

_____. Jean-Pierre. **Tudo ao mesmo tempo agora. Desenvolvimento, sociedade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

_____. JeanPierre.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 232, 2001.

MARINHO, Danilo M. Cortes. **Mudança e sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento, UNB - Universidade de Brasília, 2006.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris: Armand Colin, p.368, 1976 IN WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo - RS: UPF, 2001, 405 p.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento Sustentável**. In: CATTANI, Antonio D. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1994.

MINC, Carlos. Ecologia do mundo do trabalho IN: TRIGUEIRO, André. Prefácio de Marina Silva. **Meio ambiente no século 21**. 4. Ed., Campinas-São Paulo, Autores Associados, 2005.

MOREIRA, J. R. **Agricultura familiar, processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro, RJ. Mauad editora, 1999.

MULTIPLICADORES comunitários de cidadania. Rio de Janeiro: Oficina Social. (Cadernos da Oficina Social, 8), p. 92, 2001.

NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq. : **Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social** 2005. Percepções e atitudes políticas dos cidadãos frente ao desenvolvimento sustentável - Ciências Sociais em Perspectiva (5) 8 : 1 0 - 2 4, 1º sem. 2006

NORGAARD, R. B. **A base epistemológica da Agroecologia**. In: ALTIERI, M. A. (Ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

NOSSO FUTURO COMUM. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: Um novo modelo de civilização**. IN: TRIGUEIRO, André. (Coord.) **Meio Ambiente no século 21**. Prefácio de Marina Silva. 4ª Ed., Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas - ONU. **Relatório Nacional de Acompanhamento do Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 02 janeiro de 2007.

PEÑA, Alberto Sanín. **Proposta pedagógica: formação de formadores em educação para a participação em saúde**. Brasília: Coordenação de Educação para a Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, 1992.

PRADO JR., Caio. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural (1946). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PROATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Documento adequado às necessidades emergentes dos agricultores e agricultoras familiares do município de Alagoa Nova-PB de 2004 a 2008. João Pessoa - EMATER-PB, 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RATTNER, Henrique. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: o mundo na encruzilhada da História**. Revista Espaço Acadêmico [online], Julho de 2002 [citado 06 julho 2005]. Disponível na <http://www.espacoacademico.com.br/014/14/rattner.htm>.

_____. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo. Nobel, 1999.

_____. **Crescimento ou desenvolvimento**. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, v. 3, n. 27, 2003.

RELATÓRIO ANUAL DA EMATER DE ALAGOA NOVA-PB/ 2007

RELATÓRIO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS DO MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA-PB, 2008.

RELATÓRIO DE ESTUDO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB, 2007.

RELATÓRIO ANUAL DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA E PROBLEMAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA, EMATER-PB, 2008.

RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **La democracia em América Latina: Para una Democracia de ciudadanas y ciudadanos.** Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, S. A. Buenos Aires, 2004.

RIECHMANN, J. **Ética y ecología: una cuestión de responsabilidad.** Documento de Trabajo 4/1997. Barcelona: Fundación 1o de Mayo, 1997 In: KRUTMAN, H. M. **Fatores críticos no êxito da gestão de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentado.** Tese de doutorado, UFRJ/2004.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis:Vozes, 1991.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento.** Ed. Vértice. São Paulo, 1986.

_____. **Justiça num mundo frágil. Memorando para a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável.** Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro-RJ, dezembro de 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentável.** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SALES. José Borges de. **Alagoa Nova: Notícias para sua história.** Fortaleza, Editora R. Esteves Tipogresso Ltda, 1990.

SALES, Tereza. **Caminhos da cidadania.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.25, ano 9, junho de 1994.

SANTOS, S. Siqueira. **As diferentes dimensões da sustentabilidade.** Dissertação de Mestrado/UFBA, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Ética ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica.** Córdoba: ISECETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1999. (mimeo).

SILVA, Eduardo Sol Oliveira da. **Estudos sobre agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro:** a ausência do PRONAF na Região Noroeste Fluminense. Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 13, p. 75-81. 1º semestre de 2003.

SILVA, Raimunda Ferreira de Souza. **Desarrollo de o desarrollo en la comunidad? (El “enfoque del desarrollo de la comunidad” en Salinas.** Escuela de Trabajo Social – Postgrado em Gestión Social. Profesor: Galo Ramón. Pontificia Universidad Católica. Quito, 1998.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.2, n.2, p.17-26, abr./jun. 2001.

SOUZA, Aguiar. **Qualidade de vida e cidadania.** Revista Mundo Jovem, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 14, out. 1999.

SOUZA FILHO, Hildo M. de. & BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos: Edufscar – Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do equador.** In: VERÁS, Maura P. B. (Org.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: EDUC, 1999.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; MELO, Cristina. **Uma proposta de abordagem transdisciplinar para avaliação em saúde.** In : CONSTRUINDO Cidadania em Comunidades de Baixa Renda: da idéia à ação. (Cadernos da Oficina Social, n. 6) - Rio de Janeiro: Oficina Social, 2001.

TRIGUEIRO, André. (org.); prefácio de Marina Silva. **Meio ambiente no século 21.** Prefácio de Marina Silva, 4. ed. - Campinas-SP. (Autores Associados), 2005.

TIRADENTES, Hugo. **Conhecendo o rural pelo turismo.** Campinas-SP: ESC. 2005.

TEDESCO, J. Carlos. **Agricultura familiar.** Realidades e perspectivas. 2 Ed. Universidade de Passo Fundo. RS, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Problemas da transição à agricultura sustentável.** Estudos de Economia, vol. 24 (Nº Especial), 1994.

_____. **Delimitando a agricultura familiar.** Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Salvador-BA, vol. 2., 1995.

_____. **A agricultura no mundo moderno: Diagnóstico e perspectiva.** In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**, 4. Ed. Campinas. (Autores Associados), 2005.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Série Textos para Discussão nº 1. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/ Nead), p. 108, 2001.

_____. A dimensão rural do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura.** Rio de Janeiro, RJ, Brasil, n.22, p.21-33, 2004. Disponível: <http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientíficos/2004>.

_____. **A consagração da agricultura biológica.** Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/Textos/Estado1999/51.htm>. Acesso em 13 out. 2006.
VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Paulo Freire. **Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento.** In: VIOLA et all. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania:** desafios para as Ciências Sociais. São Paulo, Cortez; Florianópolis, UFSC, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A modernização sob o comando da terra:** os impasses da agricultura moderna no Brasil. Idéias, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul.-dez. 1996.

_____. Maria de Nazareth B. **Agricultura familiar:** Realidades e Perspectivas. In: TEDESCO, João Carlos. 2 Ed. Rio Grande do Sul: EDIUPF – Universidade de Passo fundo, 1999.

_____. Maria de Nazareth B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil: desenvolvimento e meio ambiente.** Curitiba, UFPR (2): 29-37, 2000.

_____. Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo- RS: UPF, p. 405, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)